



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 09

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 29 de Janeiro de 2009

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, foi anunciada a correspondência entrada na mesa.

Em seguida, e ao abrigo do artigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, usou da palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e António Marinho (*PSD*).

No período dedicado a intervenções de interesse político relevante, proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados José Lima (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), João Costa (*PSD*), Manuel Avelar (*PS*), Piedade Lalandia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), José Cascalho (*BE*), bem como o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*) e os Srs. Secretário Regionais do Ambiente (*Vasco Cordeiro*), da Saúde (*Miguel Correia*), do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e do Ambiente (*Álamo Meneses*).

Na **Agenda da Reunião** foram debatidas em conjunto as 3 primeiras iniciativas:

1- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro (Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores)”, apresentada pelo **Grupo Parlamentar do PS**, aprovada por maioria;

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro (Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), apresentada pela **Representação Parlamentar do PPM**, rejeitada por maioria;

3- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009 - "alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro” apresentada pelo **Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda**, rejeitada por maioria.

Apresentados os diplomas pelos Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraida Soares (*BE*), iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Helder Silva (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Ana Luísa Pereira **Luís**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Soares da **Silveira**
Maria da Graça Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António Silveira **Jorge**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 52 Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Passamos à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deu entrada o Projecto de Resolução – Encarrega a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho de, no uso do direito de acompanhamento dos serviço público de Rádio e Televisão nos Açores, conferido pela alínea d) do n.º 2, do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e pelo n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., proceder à audição anual do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A;

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, envio de cópia do Projecto de Lei n.º 639/X/4ª – “Revoga o factor da sustentabilidade”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros envio do Projecto de Decreto Regulamentar que “fixa os critérios uniformes de classificação e de reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros envio do Projecto de Decreto Regulamentar que “fixa os conceitos técnicos nos domínios de ordenamento do território e do urbanismo”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros envio do Projecto de Decreto Regulamentar que “fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Presidente: Como não deu entrada na mesa qualquer voto, passamos para a apresentação de uma declaração política por parte da Representação Parlamentar do PCP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fomos recentemente surpreendidos pela declaração do Sr. Presidente do Governo Regional – proferida no tom de jubiloso auto-elogio a que já nos habituou – em que dizia: “esta crise, que chegou mais tarde aos Açores, vai-se embora mais cedo”.

Gostávamos de partilhar, sinceramente, o optimismo do Senhor Presidente mas não nos é possível, pois este optimismo presidencial decorre da cegueira há muito implantada em Santana e na Conceição, provocada por uma adesão incondicional às virtualidades do mercado, a momentos disfarçada em declarações de circunstância onde reafirma o apego aos princípios que em tempos nortearam o Partido Socialista.

Mas, todos o sabemos, nem a crise é de imaginação, nem a repetição sistemática de um desejo o torna realidade! E a dura realidade, Srs. Membros do Governo, vivida pelos trabalhadores e pelas famílias açorianas não se altera apenas com palavras nem ao sabor dos apelos do Governo!

E a realidade é que o Governo Regional não conseguiu ou, não quis, perceber é o carácter estrutural da crise que enfrentamos. Crise que radica no próprio modelo de desenvolvimento, que o Governo Regional importou de um paradigma que faliu, um modelo gerador de desigualdades, multiplicador de injustiças, assente na concentração da riqueza em centros de poder obscuros e manipuladores e que se alimenta nas desigualdades sociais e económicas, na precariedade e no desemprego.

E a realidade é que o Governo Regional não conseguiu perceber ou, pelo menos, não o quer admitir, é que sem que existam profundas alterações nas políticas que têm sido seguidas nestes últimos anos, pelos Governos do Partido Socialista, as condições sociais e económicas no nosso arquipélago não só não irão melhorar como se agravarão seriamente. E é claramente visível a forma como a precariedade do emprego se agrava na Região e como surgem até diversas situações de trabalhadores com salários em atraso e o não pagamento ou o pagamento faseado do subsídio de Natal e uma diminuição clara do rendimento das famílias.

A realidade, Srs. Membros do Governo Regional, é que assistimos à continuada subvalorização dos sectores produtivos.

Os produtores de leite vêm diminuir o seu rendimento sem que tenham respostas satisfatórias por parte do Governo Regional e o fim do regime de quotas que o Governo dos seus pares, na República, ofereceu de mão beijada aos interesses dos teólogos do mercado.

Nas pescas, a extinção da Direcção Regional fez paralisar todos os processos e adiar todas as decisões, deixando armadores e pescadores na expectativa e indefinição em relação ao que o Governo perspectiva para este sector fundamental da economia regional. E, o facto do Sr. Presidente não ter agendado com a Federação das Pescas uma reunião para audição desta estrutura representativa do sector, podendo ter sido por mero esquecimento e, se assim foi, não podemos deixar de concluir que esse esquecimento constitui um acto falhado e, não deixa de ser sintomático da desvalorização...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Isso já está esclarecido!

O Orador: Sr. Secretário, a verdade é que aconteceu.

... a que o Governo Regional tem submetido esta importante actividade económica.

A realidade, Srs. Membros do Governo Regional, é que os governos do PS têm vindo, paulatinamente, a desvalorizar os sectores produtivos em detrimento de apostas cuja volatilidade face às conjunturas externas mereceriam uma outra reflexão e, sobretudo, uma outra estratégia. Uma estratégia que considere a nossa singularidade enquanto destino turístico, preservando o património paisagístico, ambiental e cultural que nos pode garantir a sustentabilidade do sector turístico como, aliás, temos vindo a defender.

A realidade que os Srs. Membros do Governo Regional não querem ver é que o Sistema Regional de Saúde continua a padecer dos crónicos problemas de sub-financiamento, deixando milhares de utentes sem médico de família, criando períodos de espera por consultas completamente inaceitáveis, deixando ilhas e comunidades sem as coberturas necessárias em termos de acessos a cuidados de saúde diferenciados.

A realidade é que os transportes marítimos de mercadorias inter-ilhas continuam a não dar as respostas necessárias. O caso da ruptura de abastecimento de combustível à ilha Graciosa revela toda a extensão das insuficiências dos transportes na Região e deveria fazer corar de vergonha os senhores membros do Governo! Por outro lado, o serviço de transportes de passageiros inter-ilhas continua dependente de uma miragem e a novela dos transportes marítimos de passageiros nem sequer tem novos episódios, não passa de mais um “remake” de expectativas a cada ano defraudadas.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

O Orador: Ninguém acredita, a não ser o Governo Regional, que o navio Atlântida esteja operacional para iniciar, a tempo, a operação de 2009.

Talvez não fosse má ideia ter uma alternativa devidamente preparada para evitar que o Governo Regional meta água e afunde, uma vez mais, o sucesso da operação de 2009.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Para lá vamos!

O Orador: E caso isso se venha a repetir, Sr. Secretário, como já estamos habituados, embora isto seja uma herança sua, o Governo terá de assumir as devidas responsabilidades e consequências políticas que daí advêm!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Apoiado!

O Orador: A propósito de água! Não a que sobra sempre que o Governo Regional toma decisões sobre os transportes marítimos mas a que falta. A que falta na Terceira, em Santa Maria e na Graciosa ou a falta de qualidade da que consumimos em alguns dos concelhos da Região. Os problemas do abastecimento de água continuam sem resposta e voltarão a ser duramente sentidos pelas populações. E não apenas na ilha Terceira, onde o Secretário Regional do Ambiente foi na semana que passou chorar lágrimas de crocodilo sobre as “turfeiras”,...

Secretário Regional do Ambiente (*Álamo Meneses*): Era para aumentar o caudal!

(Risos da câmara)

O Orador: Exactamente Sr. Secretário!

... que logo as absorveram, contribuindo para minimizar a escassez deste bem precioso.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Carla Bretão (PSD): Muito bem!

O Orador: Reconhecendo o importante contributo deste membro do Governo, a verdade é que a responsabilidade da ausência de medidas de prevenção e protecção e de obras que não aconteceram vai por inteiro para os Governos do PS.

Os problemas existem e têm responsáveis! O Partido Socialista não pode tratar esta questão como um problema novo! E é bom que este renovado olhar de preocupação sobre os problemas da água se estenda também a outras ilhas, como a Graciosa, São Jorge ou Santa Maria (apenas para citar algumas), por exemplo, onde as dificuldades existem há muito tempo e tardam a ser resolvidas!

Esta Srs. Membros do Governo é a crise, não uma crise de imaginação, mas uma crise real, que não chegou agora, e que, para a expiação dos nossos pecados, vai continuar pois não se vislumbra a necessária ruptura com as políticas que no País e na Região acentuaram ainda mais os impactos da crise internacional.

Disse!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires traçou-nos aqui um quadro negro, mesmo muito negro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! O quadro que eu tracei é absolutamente claro!

O Orador: Eu percebi exactamente o que é que o senhor tentou fazer. É um exercício de razoabilidade muito questionável.

Basicamente o que o senhor tentou fazer foi pegar num tema que todos conhecemos, que tem enchido as páginas dos jornais e os noticiários nos últimos meses, infelizmente, e tentou colar a esse tema as responsabilidades do Governo, que não existem, nesta crise internacional. Foi esse o exercício que o Sr. Deputado tentou fazer.

Ao fazê-lo, fiquei com a sensação que o Sr. Deputado não deve ouvir as notícias, não deve saber como é que está o mundo, não deve perceber como está a evoluir a Rússia ou a China.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não deve ver as notícias do GaCS!

O Orador: E, procurando responsabilizar dessa maneira a Região Autónoma dos Açores, o Sr. Deputado está a tomar uma atitude e uma posição que é, deveras, irresponsável, porque na verdade, um sentido de responsabilidade sua, e de todos os deputados desta casa, deveria ser um sentido de contribuição para a resolução dos impactos da crise na nossa Região Autónoma.

Devia passar pelo reconhecimento daquilo que são as medidas pró-activas e activas deste Governo Regional relativamente à crise, independentemente dos discursos de maior ou menor optimismo, que aliás, qualquer Governo responsável deve ter, sem prejuízo das respostas adequadas que deve encontrar e dar para resolver os problemas que vão surgindo.

O Sr. Deputado não pode vir aqui sugerir que o Governo Regional é o culpado da crise que existe a nível internacional, por via do modelo que adoptou para o seu desenvolvimento.

Independentemente dos modelos que se assistem na Rússia, na China...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Deputado, poupe-nos!

O Orador: ... em Cuba, todos estes países estão debaixo de crises deste género.

O Sr. Deputado Aníbal Pires veio também aqui – este é que é o exercício e o malabarismo – trazer um conjunto de situações que ocorrem esporadicamente na região (temos problemas,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Temos uma crise!

O Orador: ... e temos um governo que os vai resolver), alguns mais virtuais do que reais.

Alguns sempre existiram. Por exemplo, o Sr. Deputado veio falar-nos dos transportes marítimos de mercadorias. Será que ninguém percebe que nunca tivemos tão bons transportes marítimos de mercadorias como temos hoje?

Será que ninguém percebe que houve melhoria nas condições de descarga nalgumas ilhas onde estas situações eram mais difíceis, como é o caso do Corvo, das Flores e Graciosa?

É óbvio que todos percebemos. É óbvio que todos percebemos que a nossa situação, hoje, ao nível do transporte de mercadorias, é muito melhor do que aquela que vivíamos a alguns anos atrás.

Independentemente dos exercícios que os Srs. Deputados possam pretender fazer a esse nível, o transporte marítimo de pessoas, graças aos navios que foram adquiridos pela Região, melhorou muito durante os últimos anos e vai melhor ainda mais com os novos navios que vão chegar,...

Deputado António Marinho (PSD): Ainda não foi nenhum adquirido. Ainda não temos nenhum a navegar. Era isso que deveriam ter feito porque tinham poupado muito!

O Orador: ... independentemente dessa nuvem negra que os senhores procuram pôr por cima daquilo que é a aquisição dos navios que estão a ser adquiridos pela Região. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, é esta a nota de resposta àquilo que é a sua intervenção e um desafio:

O desafio para os Srs. Deputados da oposição terem uma atitude mais responsável perante aquilo que são os crescentes desafios que esta crise nos lança.

Deputado António Marinho (PSD): É internacional ou nacional?!

O Orador: E aquilo que nós assistimos em muitos países, e vimo-lo ainda não há muito tempo nos Estados Unidos, por exemplo, é os partidos darem as mãos e abordarem seriamente a resolução destes problemas.

Os senhores vão ter oportunidade de também o fazer connosco, participando nas perguntas que vamos formular amanhã ao Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado António Marinho (PSD): As perguntas são para esclarecer ou para contribuir?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma resposta ao desafio do Sr. Deputado Helder Silva:

Os senhores não querem o contributo da oposição. Os senhores não querem esclarecer os assuntos e não querem que a oposição dê o seu contributo nesta casa. A prova disso é a nova moda que os senhores querem impor de silêncio, impondo tempos globais para discutir diplomas. É esse o contributo que os senhores querem.

Feita esta nota prévia vamos ao resto.

Começo pelos transportes marítimos.

São bons?

Pois! Antes não tínhamos nada.

Agora, estes não são bons. O senhor não tem termo de comparação.

Estes são maus!

Ninguém vos tira o mérito, como eu já disse nesta casa, de terem introduzido o transporte marítimo de passageiros nos Açores. Agora, também assacamos as culpas pelo seu mau funcionamento. Não conseguiram impor um processo como deve ser e a funcionar. Essa é que é a verdade.

Sr. Deputado Helder Silva, só faltou dizer uma coisa relativamente à falta de água, especialmente em Angra, que é uma vergonha da Câmara Socialista, dos vossos camaradas socialistas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: Não se admite, no séc. XXI, haver falta de um bem essencial, quando os senhores andam a investir no acessório e a esbanjar em festas, bailaricos e fogos de artifício. Essa é que é a vossa política. Isso é que é esbanjar em campanhas milionárias em vez de investirem naquilo que é necessário.

Mas faltou dizer-lhe, Sr. Deputado Helder Silva, que a culpa da falta de água nos Açores e em Angra é da Rússia, é da China. Foi só isso que faltou dizer, porque o senhor atira as culpas para os outros.

Assuma as suas responsabilidades como partido da maioria e aquele Governo que assuma também a sua responsabilidade.

Veio tarde e a má hora e o Sr. Secretário do Ambiente, muito mal acompanhado em fotografia de jornal, foi lá resolver. Julga que vai branquear a incompetência da Câmara de Angra? Está enganadinho, Sr. Secretário!

Nem com lágrimas de crocodilo o senhor chega lá.

Reconheço o mérito, Sr. Secretário, de pôr (vou usar uma expressão daquele lado) mãos à obra nessa matéria. Agora, vem tarde, porque se deixassem isso ao cuidado da Câmara de Angra, nem no séc. XXV os angrenses tinham água, porque eles não sabem. São incompetentes! A palavra é essa!

Secretário Regional do Ambiente e Mar (*Álamo Meneses*): Sr. Deputado, isto aqui é a Assembleia Regional e não a Assembleia Municipal!

Deputado António Pedro Costa (*PSD*): É preciso ter descaramento!

Os senhores estão fartos de falar em Assembleia Municipal!

O Orador: Sr. Secretário, estou a falar consigo, o Secretário Regional do Ambiente e do Mar. O senhor é que foi lá, o senhor é que acompanhou os membros da câmara. É uma notícia do jornal, o senhor está na fotografia e estou a referir-me ao senhor e aos seus camaradas. Não posso?

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, tenho tanto direito como o senhor tem e a minha derrota não será naturalmente tão humilhante como a sua. Será mais ou menos a mesma coisa!

Para terminar, falou aqui num quadro negro.

Este é o lado negro da política rosa que nós estamos a assistir. Se quiserem, para aplicar água, é o lado seco da política rosa que nós estamos a assistir.

E termino com esta “secura” por parte do Partido Socialista que é incapaz de responder a um problema essencial para as pessoas, que é a água, especialmente no concelho de Angra.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para concordar com muitos dos aspectos salientados pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e para dizer que na sequência dessa declaração política ouvimos coisas fantásticas, a que, aliás, já estamos perfeitamente habituados, por parte do Partido Socialista e do seu líder parlamentar.

Quatro notas relativamente a 4 questões que me parecem fundamentais.

Relativamente às notícias. Foi dito que não ouvíamos notícias!

Nós ouvimos notícias...

Deputado Helder Silva (PS): Não estava a falar para si!

O Orador: ... e por isso é que estamos preocupados. Realmente não nos guiamos pelas notícias do GaCS, que muitas vezes distorcem a realidade, para definirmos as nossas posições.

Essas não são a base da nossa tomada de decisão. São outras, são as genéricas e são aquelas que são tratadas com cuidado e que correspondem à realidade.

Segunda nota: vir aqui falar na realidade dos transportes marítimos como uma coisa altamente positiva na Governação Socialista ao longo destes anos.

Que eles existem, existem.

Funcionar mal?

Não funcionaram mal! Funcionaram pessimamente.

Deputado Helder Silva (PS): E antes como é que funcionavam? Explique-me!

O Orador: As provas estão à vista. Todos sabem, todos conhecem e os senhores já o reconheceram.

O problema é que tomaram as boas decisões, se é que virão a ser boas decisões, com o navio Atlântida e com os equipamentos que virão a partir daí. Veremos se será a boa solução.

O problema é que andaram durante 10 anos a torrar dinheiros públicos.

Não resolveram a situação e, pura e simplesmente, espatifaram dinheiros públicos.

Quanto à responsabilidade ou irresponsabilidade da oposição e os seus contributos, ontem quando apoiámos aqui medidas para combater a crise consubstanciada na alteração do SIDER, nós próprios demos contributos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso pelo menos foi reconhecido pelo Sr. Secretário Regional da Economia.

Quantos foram aprovados pelo PS?

Zero!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não eram bons!

O Orador: Uma última questão:

Os Governos devem ter um discurso optimista.

Sr. Deputado, essa significa, pura e simplesmente, que o senhor anda desfasado da realidade.

Na realidade actual (uma crise a nível internacional, nacional e regional), o que é preciso é ter um discurso realista.

Um discurso optimista é muitas vezes falso.

No caso dos Açores tem sido perigosamente falso e pode levar os agentes económicos, empresas e famílias a tomarem más decisões, endividando-se mais e afundando-se cada vez mais nos problemas que efectivamente já têm.

Portanto, falsos optimismos são perigosos e podem ser altamente penalizantes para a vida das empresas e das famílias.

Assumam a vossa actuação com realismo. Devem explicar aos agentes económicos os problemas que eles efectivamente podem sentir.

A palavra “realista” foi recentemente utilizada pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que disse que era realista e que estava moderadamente optimista.

O optimismo não se vende.

Aquilo que se deve vender é o realismo, porque é isso que beneficia os agentes económicos e é aquilo que é mais importante para o desenvolvimento da Região.

De resto, de propaganda, os senhores sabem como ninguém sabe. Mas não é essa propaganda que se reflecte nas condições de vida dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Apenas algumas notas:

Relativamente ao facto de eu ter ou não acesso à comunicação social e sobretudo lê-la, felizmente tenho algum tempo e sobretudo tenho tempo para encontrar informação alternativa à agência governamental de informação, o GaCS, que é fundamental.

Aliás, e relativamente ao GaCS, é bom que um dia destes se introduza aqui a discussão, porque eu considero que a criação dessa agência governamental introduz algumas perversões no mercado de trabalho dos profissionais da comunicação social.

Há até por aí algumas notícias que correm de uma emissão de rádio que é feita a partir do Continente com suporte nos ficheiros áudio da vossa agência de informação.

Felizmente há agências, há alternativa, mas é também uma questão para trazermos ao debate um dia destes.

Quanto à situação da crise e às medidas que o Governo anunciou, Sr. Deputado Helder Silva, é muito simples:

Leia! Porque se for ler verá que, logo que as medidas foram anunciadas, o PCP declarou que apoiava globalmente e que as considerava positivas.

Considerava, no entanto, que, face aos sinais há muito tempo evidenciados da crise internacional e os efeitos que ela iria introduzir na nossa economia (na economia nacional e sobretudo na economia regional), essas medidas deviam ter sido antecipadas e os efeitos, hoje, seriam muito menores.

Foi isso que o Governo, que o senhor suporta, não fez.

Devia tê-lo feito antecipadamente.

Sr. Deputado, o que é que temos ao nível do rendimento das famílias?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Aumentou!

O Orador: Temos a baixa de juros, a estabilidade dos combustíveis. Daí advém uma maior disponibilidade das famílias.

Medidas concretas:

Políticas salariais diferentes. Onde é que isso está?

Não temos e teremos oportunidade de conversar sobre isso aquando das perguntas ao Governo.

Deputado Helder Silva (PS): Quando subiu a culpa era do Governo, agora que desce...

O Orador: Nada disso, Sr. Deputado!

Há aqui uma chamada de atenção que é muito importante.

Se a rosa não tivesse desbotado, com certeza que encarariam esta crise de uma outra forma e não aceitariam linearmente modelos que há muito tempo, também claramente, indiciavam a falência.

Deputado Helder Silva (PS): Esta crise é em todo o mundo!

O Orador: Eu percebo, Sr. Deputado. O Sr. Deputado é contribuiu para que a rosa esgotasse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Helder Silva (PS): Esta crise é em todo o mundo, em todos os modelos!

Presidente: Sr. Deputado Helder Silva, tenha calma. Eu ainda sou o Presidente da Assembleia e vou velando pelo cumprimento dos trabalhos.

Acalme-se e tenha paciência.

O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para...

Deputado Helder Silva (PS): Para uma intervenção sobre a matéria.

Presidente: O debate sobre esta declaração política acabou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma reforma global do Parlamento talvez não seja uma má ideia!

Presidente: Vamos entrar no período de tratamento de assuntos políticos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros da Governo:

O crescimento da produtividade e da competitividade do sector das pescas, bem como a melhoria das condições sociais de todos os que desta actividade dependem, tem sido ao longo dos últimos doze anos e continuará a ser, prioritário para os Governos Regionais do Partido Socialista.

Nos últimos doze anos foi implementada uma grande reforma em todo o sector, a qual tem trazido mais e melhores condições de operacionalidade às actividades económicas relacionadas com o mar e ao mesmo tempo um maior fortalecimento da nossa cultura marítima regional. As actividades náuticas evoluíram muito nestes últimos anos, com a construção das novas marinas, intensificando a ligação do povo açoriano com o mar que nos rodeia.

Há doze anos atrás as Associações de Armadores e pescadores eram incipientes e as que existiam não tinham o espaço de diálogo que tem hoje. Foram criadas condições e incentivos para o seu aparecimento e desenvolvimento tendo, hoje, as Associações de mulheres na pesca um papel importante.

Há doze anos atrás pouca valorização era dada a este sector e às pessoas que nele trabalhavam, bem como às poucas Associações que existiam.

A partir de 1996, tudo mudou neste sector, os governos regionais do Partido Socialista investiram, valorizaram e fortaleceram esta actividade económica, tão importante para a nossa região. Valorizando a actividade, melhoraram a vida de todos que dela dependiam e dependem.

Ao longo destes anos, realizaram-se imensas acções de formação, participações em congressos, fóruns, feiras e seminários de carácter regional, nacional e internacional, onde participaram pescadores e técnicos do sector para que, aos diversos níveis, todos tivessem uma melhor consciência das problemáticas globais do sector.

O fortalecimento das pescas tem passado pela organização colectiva e representativa dos próprios profissionais e pelo diálogo que ao longo destes anos foi iniciado e mantido com todos os parceiros sociais desta fileira. Este diálogo veio permitir mais responsabilidade na partilha de tarefas com as estruturas representativas dos pescadores e ajudou a criar uma dinâmica associativa e representativa dos Açores, como região ultra-periférica no seio da União Europeia. Só assim é possível, através dos conselhos consultivos existentes ao nível da comunidade, influenciar a forma como deve ser feita a gestão dos recursos dos nossos mares.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros da Governo:

Todos estes investimentos são consequência da vontade política dos governos do Partido Socialista em apostar num sector com grandes tradições e de grande importância socioeconómica e financeira a nível Regional sendo, também, um suporte do auto-consumo alimentar de produtos do mar para grande parte da população.

A compra da Fábrica Conserveira Santa Catarina pelo Governo Regional justifica-se pelas graves consequências sociais que o encerramento da mesma implicaria na Ilha de S. Jorge, com a perda de mais de cem postos de trabalho. Ao mesmo tempo, esta compra pode representar uma oportunidade de desenvolver um projecto inovador na área das Pescas, face aos contributos dados pela mesma a nível do mercado regional, nacional e até internacional.

As negociações do passado mês de Dezembro tidas no seio da União Europeia vieram dar mais uma oportunidade para a renovação da frota de pescas dos Açores até 2013, com base num plano de construção de novas embarcações, valorizando assim e melhorando em muito a nossa frota de embarcações costeiras e locais.

Também o acordo efectuado com a União Europeia, referente às quotas de pesca, foi de grande importância para a Região. Assim, foi possível manter o mesmo valor de quotas, conforme foi solicitado pelas organizações de pesca dos Açores, O que demonstra o grande empenho e trabalho do Governo Regional, junto da Comissão de Pescas da União Europeia, para a resolução deste problema.

A aprovação no Parlamento Europeu do Relatório sobre Política Comum de Pescas e a abordagem ecossistémica da gestão das pescas é um documento muito importante para os Açores assim como para todas as (RUP) ao considerar as ZEE das Regiões Ultraperiféricas “zona de acesso exclusivo” com carácter permanente. Desta forma, será garantida a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos, da actividade da pesca e das comunidades piscatórias locais. Os TACs totais admissíveis de capturas e as quotas são indicadas como ferramentas de gestão e é sublinhado ainda, como é da competência exclusiva de cada Estado-Membro, a sua repartição de acordo com as artes e capturas.

A aprovação deste relatório pela Comissão de Pescas, vai possibilitar uma planificação global mais estável, quer da frota quer de meios humanos, assim como a gestão sustentável dos recursos marinhos.

Nem tudo se pode resumir às quotas de pesca, porque também temos consciência de que os nossos stocks não são inesgotáveis e o nosso meio-ambiente marinho é frágil. Por todas estas razões é necessário continuar a aplicar a legislação existente, criando condições para a salvaguarda da vida marinha.

Não podíamos deixar de congratular-nos pelas políticas implementadas neste sector e pelo empenho que os Governos regionais do Partido Socialista têm demonstrado junto das instâncias europeias ao longo dos últimos doze anos. O trabalho realizado tem vindo a valorizar e a afirmar esta actividade como um pólo importante no desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Vamos voltar à prática de maior racionalidade. Portanto, pedia a todos os que quisessem dar ou pedir esclarecimentos sobre esta matéria que se inscrevessem já, com excepção dos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares que poderão fazê-lo a qualquer momento.

Já tenho inscrito para o debate o Sr. Deputado António Pedro Costa e o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Tem o Sr. Deputado António Pedro Costa.

* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção as palavras do Sr. Deputado José Lima, do Grupo Parlamentar do PS, com as quais me congratulo e aplaudo.

No entanto, gostaria de ter ouvido um pouco mais. Um pouco mais acerca daquilo que pretende o Governo fazer neste momento de crise, porque este momento também passa por muitas famílias de pescadores que passam por sufoco financeiro.

Gostaria de saber o que é que o Governo tem a dizer sobre esta matéria relativamente aos pescadores?

Neste plano que o Governo tem para combater esta situação, o que pretende fazer para ajudar os nossos pescadores?

Era uma situação que gostaria que fosse aqui esclarecida.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

* **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às matérias relacionadas com a pesca, o Governo Regional tem 3 instrumentos fundamentais que dão apoio estruturante ao sector.

Em primeiro lugar, temos a Portaria 74/2008, que foi publicada o ano passado, que permite o desenvolvimento da frota de pescas dos Açores podendo modernizar e renová-la nos próximos anos.

Nesse instrumento de gestão financeira são fornecidos instrumentos de apoio financeiro através do pagamento dos juros dos empréstimos que os nossos armadores façam para poder renovar a sua frota, para além dos apoios a fundo perdido que são bastante generosos e que atingem os 70% nas embarcações menores do que 12 metros e os 50% nas embarcações maiores do que 2 metros.

É através deste instrumento financeiro, que foi criado no âmbito de uma negociação com a Comissão Europeia para o plano de renovação da nossa frota, que conseguimos introduzir mecanismos de suporte financeiro para que os nossos armadores possam ter uma comparticipação nos juros dos empréstimos, na parte que não é apoiada a fundo perdido.

Por outro lado também, temos o regime regional de compensação do escoamento das Ilhas da Coesão, um regime que vai majorar as comparticipações do POSEIMA em 10 cêntimos no atum destinado às conserveiras e em 40 cêntimos no pescado demersal que é exportado por via aérea.

Também temos o Fundo de Pesca que é um instrumento que foi introduzido pelos Governos do PS e que tem proporcionado, desde a sua implementação, aos

pescadores da Região um instrumento de compensação salarial por questões de intempérie.

Serão esses três instrumentos fundamentais que servirão para apoiar o sector das pescas nos próximos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem o Sr. Deputado António Pedro Costa.

* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário Regional:

Anotei a vossas preocupações nesta área, que já existiam desde o ano passado. Mas a população marítima dos Açores aguardava uma palavra de carinho, de apreço e de incentivo relativamente a esta situação complicada de crise que vivemos.

Aproveitando também esta oportunidade, seria bom conhecermos o pensamento do Governo relativamente à questão do alargamento para as 6 milhas da pesca da costa.

Qual o posicionamento do Governo dos Açores relativamente a esta matéria?

Se por um lado, alguns pescadores, nalgumas ilhas, têm razão de queixa, por outro lado isso é coarctar exactamente a expansão e a dinamização desta área, nalgumas outras ilhas que necessitam de ver os seus horizontes alargados relativamente aos locais de pesca.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

* **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obrigado pela sua pergunta, Sr. Deputado.

De facto, consta do Programa do X Governo Regional a melhoria da zona de protecção às frotas locais das ilhas que têm menos população, em particular das Ilhas da Coesão.

Mas o Governo, numa política de partilha e de gestão, em parceria com os pescadores e com os cientistas, tem vindo a promover um debate com o sector no sentido de encontrar uma medida mais equilibrada que permita fazer com que os pescadores nas ilhas que têm mais limitações, em termos das suas actividades económicas, possam ter a garantia de poderem pescar a médio e a longo prazo.

Aqui, estão dois conceitos.

Por um lado, temos a pequena pesca local, que são embarcações de boca aberta que fazem pesca com linhas de mão, e temos os palangreiros que têm mais capacidade pesqueira, têm mais tripulações e necessitam de áreas para poder pescar noutras zonas.

Da análise e do debate que temos vindo a efectuar, e que ainda vamos aprofundar, quer com os cientistas, quer com os pescadores, chegámos à conclusão de que a área, se passarmos das 3 milhas para as 6 milhas, que os pescadores palangreiros perdem é equivalente a 12% da sua área de pesca.

Mas também temos a noção de que essa análise não é uma análise proporcional só à área, porque quando está mau tempo os pescadores têm que se aproximar mais de terra.

Eu julgo que será possível encontrar um consenso entre os armadores, os pescadores, os cientistas e a administração, de forma a criar um mecanismo efectivo de maior protecção às embarcações de pesca local das ilhas da coesão, que precisam de ter a garantia de que nos próximos anos têm uma actividade rentável e produtiva, a médio e a longo prazo.

Estamos em debate. A solução ainda não está encontrada, mas faz parte do Programa do X Governo melhorar e reforçar as áreas de protecção da pequena pesca local nas ilhas mais pequenas e que estão mais dependentes da pesca.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para a segunda intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

Deputado João Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção de Bancada nesta “casa da democracia” dos Açores, permita-me, Sr. Presidente, que o cumprimente, fazendo votos de um bom ano de 2009, que cumprimente igualmente a Mesa da Assembleia Legislativa, todos os funcionários e colaboradores, bem como todas as Sras. e Srs. Deputados.

A ilha Graciosa vem sofrendo, desde há várias décadas, um lento processo de desertificação humana, que se agudizou nos últimos anos.

Ao atingirmos o maior índice de envelhecimento da Região, e um número de habitantes que não deverá ultrapassar em muito os 4 mil, levou o tecido social Graciosense a consentir perigosos níveis de ruptura, numa sociedade onde escasseiam pessoas para fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural.

Não se trata aqui de profetizar qualquer desgraça, mas tão só, redobrar os inúmeros alertas que deviam ter tido já, por parte do Governo, um desenhar de estratégias e de medidas para obstar à situação que se torna crítica e que todos, eu repito, TODOS, os Graciosenses, já vão sentindo.

A Graciosa, após ter procurado caminhar a par do chamado desenvolvimento harmónico, tornou-se ilha da coesão, agora já é “da chamada” coesão, sem com isso ter encontrado respostas para os problemas que a afectam.

E os problemas, muitos é certo, são também fruto dessa ausência de estratégias que permitam enfrentar a desertificação humana.

Temos um sistema de transportes que não responde às necessidades da ilha. Temos um, mais que deficiente, modelo de acesso a cuidados de saúde. A discriminação positiva, tem muito de discriminação e pouco de positiva!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Não acontece a criação de emprego, nem a melhoria dos rendimentos das famílias e das empresas, e a fixação dos jovens graciosenses na sua terra torna-se uma miragem cada vez mais inquietante.

É pois, olhando para esta realidade, que não devemos baixar os braços e procurar, em cada momento, em cada iniciativa, em cada decisão governamental, responder a estes desafios do nosso tempo. E diga-se, já era tempo de tal ter acontecido.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falando em desafios do nosso tempo, veio o Governo Regional lançar mão de um conjunto de iniciativas, acelerando investimentos públicos, mas que, especificamente para a ilha Graciosa, se limitam a pouco mais do que anunciar o cumprimento do que

já estava decidido, e, para cúmulo, no tempo que estava decidido, nada antecipando ou até vindo já atrasadas relativamente ao que era esperado.

Refiro-me, concretamente, à decisão de lançar o concurso para a construção do novo Centro de Saúde, algo que já estava decidido e programado, e à decisão de avançar com a construção da nova lota, algo que já devia, há muito, estar feito.

Quanto a outra decisão que directamente irá afectar a pequena Graciosa, relativa ao apoio na exportação do produto da pesca, sendo ela bem vinda, temo não ser o suficiente, pois é mais do que sabido que uma das maiores dificuldades na saída do produto da pesca da Graciosa para o exterior, prende-se com a falta de regularidade de carga aérea, esta sim, verdadeiramente capaz de proporcionar melhores preços para o peixe capturado pelos pescadores Graciosenses. Sobre isso, nada diz o Governo Regional, e podia ter dito. Podia ter aproveitado uma proposta do PSD, também acompanhada pelo CDS, se bem que com contornos diferentes, e apostar, de uma vez por todas, no estabelecimento de um serviço de carga aérea regular e eficiente, tão necessária para a coesão económica, social e territorial destas ilhas dos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É certo que a construção do novo Centro de Saúde, esperada e anunciada durante todo o decorrer do último mandato, é uma boa medida para a Graciosa.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Mas um Centro de Saúde, novo ou velho, onde o Governo é incapaz de colocar médicos, é uma casa cheia de aparências, onde os utentes só encontram problemas, e onde os profissionais que lá trabalham só encontram dificuldades para bem servir a população.

Não é demais lembrar que o Secretário Regional da Saúde deste Governo Socialista, prometeu aos Graciosenses que colocaria mais um médico ao serviço na Graciosa, anunciando uma situação transitória, mas que transitou no tempo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Palavras leva-as o vento!

O Orador: Este Governo baixou os braços e abandonou os Graciosenses. Se vos custa a ouvir, mais me custa a mim, Graciosense, constatá-lo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional esqueceu-se que era importante avançar já, por exemplo, com o núcleo de recreio náutico na Graciosa, com a, mais do que urgente, resolução do gravíssimo problema de abastecimento de água à lavoura Graciosense, com a requalificação da Praia da Graciosa, com a anunciada e mais que apresentada recuperação da zona do Degredo, e sua qualificação para uso balnear, já para não falar da circular a Santa Cruz.

Podia também lembrar-vos das datas em que estas iniciativas foram anunciadas ou prometidas, mas estou certo que os membros do Governo se lembrarão bem de quando se deslocaram à Graciosa para anunciar que algo iria acontecer.

Podia ainda lembrar que este é o Governo que fez deslocar à Graciosa um Secretário Regional para inaugurar a iluminação do túnel da Caldeira antes ainda da electricidade chegar aquele local, que este é o Governo que gastou milhões prometendo melhorar a operacionalidade do Porto da Graciosa e consegue retirar do baú das memórias a falta de combustíveis e de outros bens essenciais, também por impossibilidade do navio atracar na ilha.

Aliás, na passada semana, a Graciosa foi notícia nacional, precisamente pela falta de combustível.

E não se pense que se tratou de um golpe publicitário de promoção da ilha, até porque de ideias luminosas para promoção turística já tínhamos uma semana bem divertida. Não, na Graciosa houve mesmo racionamento de combustível para que a reserva existente pudesse servir a central eléctrica. É certo, o mar estava mau, o Gabinete de divulgação do Governo disse-o repetidamente. Mas será que o mar não estava mau em todos os Açores? Claro que estava. Contudo, o problema só foi sentido na Graciosa.

Estranho! Logo na Graciosa, onde o Governo recentemente concluiu uma obra que, segundo também se fartou de anunciar, viria melhorar a operacionalidade do Porto Comercial.

Aparentemente, a referida obra veio criar novas dificuldades de operação na Graciosa, e não digam que não houve quem vos avisasse! O Governo foi avisado por

operadores marítimos, por gente do mar e por gente com experiência e conhecimento da baía da Praia da Graciosa que a obra que queriam executar não estava bem projectada e que poderia dar problemas no futuro. Mas o Governo não quis saber, não quis ouvir, não quis melhorar. Fechou-se na sua auto-suficiência e no seu autismo político. Podia até pensar-se que estavam apoiados em estudos de marés, em estudos de engenharia portuária, em estudos científicos que indicassem que o melhor caminho era aquele que foi seguido. Mas não, este Governo, o único estudo que seguiu para a obra do Porto da Graciosa foi o estudo de opinião que indicava as vantagens eleitorais de fazer obras naquele local. Se isso iria servir a população, bom, a resposta está à vista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É por estar em crer que o facto de mais medidas, de urgente aplicação, que venham verdadeiramente promover o desenvolvimento da Graciosa, estão esquecidas por falta de quem vos lembre a sua necessidade, que aqui faço este exercício de memória. Porque, podem estar certos que não será pelo facto do Partido Socialista andar distraído que não haverá quem vos exija, em nome da Graciosa, em nome do povo Graciosense, que cumpram com a vossa palavra e que o façam em tempo útil.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, que cumpram as vossas promessas até 2012.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, contem com os nossos alertas, com o nosso trabalho e com a nossa vontade política em desenvolver a Graciosa, contrariando o atraso e o esquecimento a que fomos votados, porque apesar de, para o Governo e para o Partido Socialista, nós sermos filhos de um Deus menor, na verdade a Graciosa, Também É Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos o Sr. Deputado Manuel Avelar e os Srs. Secretários Regionais da Economia e da Saúde. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

* **Deputado Manuel Avelar (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Costa:

Quero saudá-lo (como é a primeira vez que veio fazer a sua intervenção) como deputado eleito pela Ilha Graciosa.

Vamos falar da Graciosa.

Embora o senhor não sendo graciosense, pelo menos é de coração.

Deputado João Costa (PSD): Já cá faltava! É preciso ter lata!

O Orador: É bom clarificar as coisas. Lata tem o senhor e vamos vê-la ao longo destes 4 anos. Cá estaremos!

Vamos começar pelas pescas.

O porto de pescas está praticamente concluído. Um bom porto de pescas!

Temos um bom grupo de pescadores jovens. O senhor sabe que é uma classe que hoje vive muito melhor. O senhor costuma ir à Praia (o senhor até gosta muito da nossa Praia, ainda bem!). Acho muito bem que vá lá, que fale com os pescadores e veja como eles estão satisfeitos.

O senhor sabe muito bem que temos dado apoios para a renovação da frota, para o escoamento. Até sabe que se têm resolvido situações por via marítima, para desbloquear.

O senhor sabe muito bem que se tem tentado criar as melhores condições para os nossos pescadores. É uma verdade.

As casas de apresto estão a ser construídas.

Como é que se podia fazer em simultâneo a lota, com tantas obras num porto?

Era impossível. Estavam lá várias empresas!

A obra da lota vai iniciar-se logo que seja possível. O concurso vai ser lançado e esperamos que ainda este ano tenham início essas obras.

O senhor sabe muito bem que o sector das pescas está bem e recomenda-se. É preciso continuar a investir.

Em relação ao Centro da Saúde, o senhor sabe (talvez não sabe, porque não vivia na Ilha) que não foi uma promessa da anterior legislatura. Foi uma decisão tomada *a posteriori* de que a Graciosa necessitava e que se vai fazer.

O senhor sabe muito bem que o projecto está na Câmara desde a primeira semana de Novembro, mas ainda não teve parecer. Aguarda parecer da câmara para ser lançado o concurso. Nessa altura o senhor era adjunto do Sr. Presidente da Câmara. Portanto, vamos clarificar esta situação.

Deputado João Costa (PSD): E o senhor não é vereador?!

O Orador: Mas não tenho acesso aos processos que lá entram. Cuidado, Sr. Deputado! Vamos devagarinho!

O Sr. Presidente é que tem acesso a todos os processos e é que tem o poder de os despachar.

Quanto ao Núcleo de Recreio Náutico da Graciosa, há quantos anos a câmara investiu milhões num projecto que nunca o executou?

O senhor sabe muito bem que há o Projecto Barra/Santa Catarina. Ele vem nos manifestos já alguns mandatos, mas nenhum passo foi dado nesse sentido.

Que a Graciosa precisa, é verdade!

Precisa de um projecto? É verdade!

Agora, a Câmara nunca deu passos nesse sentido. O senhor esteve em lugares que podia ter influenciado essa situação, mas também não deu nenhum passo para isso.

A zona da Barra precisa de ser requalificada. É uma verdade e nisso estamos de acordo. É preciso requalificar e a construção do hotel naquela zona tornou muito exigente que se invista para a tornar agradável e funcional, não só a quem nos visita, mas também para os graciosenses.

A Graciosa não ficou para trás. A Graciosa continua no seu caminho de progresso, embora o senhor não queira ver.

Há-de ir tentando e havemos de ir conversando sobre este assunto.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado João Costa, pelo menos no tom em que foi feita, merece a refutação por parte do Governo Regional e merece refutação ponto por ponto, como eu passo a explicitar.

O Sr. Deputado diz que a Graciosa foi esquecida por este Governo. Que este Governo já não cuida da Graciosa. Que este Governo não tem em atenção os problemas com que a Graciosa se debate.

A sua intervenção mereceria um tipo de análise diferente, se por acaso o Sr. Deputado tivesse sido intelectualmente sério naquela tribuna, mas não o foi.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Passo a prová-lo por que é que não o foi:

Dizer que o Governo se esqueceu da Graciosa com todo o conjunto de investimentos que estão em curso e com todas as medidas que foram tomadas para a Graciosa, e não só (é certo!), também para as chamadas “Ilhas da Coesão”, fazer isso sem apresentar aquilo que são medidas concretas que estão em curso, e sobretudo medidas que são aproveitadas pelos empresários da Graciosa, não é intelectualmente sério.

Este Governo não precisa certamente de lições do Sr. Deputado João Costa quanto a não desistir da Graciosa, quanto a apostar na Graciosa.

O Sr. Deputado recorda-se de todos os problemas que envolveram a construção do novo porto?

O Sr. Deputado acha que se este Governo não tivesse uma aposta séria na Graciosa não teria resistido, não teria tido um rumo certo e persistente quanto à construção do porto? Hoje está à vista a construção do novo porto e das novas infra-estruturas portuárias.

O Sr. Deputado não falou nisso, mas não acredito que o tenha feito por esquecimento. Sei que não deve ter esquecido!

Se não o fez por esquecimento, fê-lo conscientemente.

Daí a minha acusação de que não foi intelectualmente séria a sua intervenção.

Segunda questão:

O Sr. Deputado sabe, mas o não o disse daquela tribuna, que existe um conjunto de majorações, de incentivos, para as chamadas “Ilhas da Coesão”, nas quais se inclui a Graciosa. Incentivos que vão desde investimentos da mais variada índole, até ao

apoio aos órgãos de comunicação social. Enfim! Cobrem um conjunto muito variado e que exactamente no caso da Graciosa, como no caso das outras Ilhas da Coesão, têm majorações que estão à disposição dos privados para serem aproveitadas.

O Sr. Deputado criticou o Governo por esquecer a Graciosa, mas não falou nessa parte. Não o terá feito por esquecimento,...

Deputado João Costa (PSD): Essa parte do esquecimento deve ter sido por causa disso que está a dizer!

O Orador: ... fê-lo conscientemente, daí a minha acusação de que a sua intervenção não foi intelectualmente séria.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente.

Quanto à questão da estratégia para a Graciosa, o Sr. Deputado esquece-se que o Governo tem um conjunto de investimentos, desde o hotel até outros que estão planeados. Eles dão nota exactamente de uma aposta clara na Graciosa.

Quanto ao porto e à questão do combustível, sem prejuízo de fazer o esclarecimento numa segunda intervenção, o Sr. Deputado conhece algum porto no mundo (não me refiro aos Açores)..

Deputado João Costa (PSD): Na Rússia!

O Orador: ... que esteja aberto em qualquer situação atmosférica, que seja 100% à prova de condicionalismos atmosféricos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

*** Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer o Sr. Deputado João Costa que estamos precisamente em vias de contratar mais um médico de família para a Graciosa.

Era só este esclarecimento que queria prestar.

Deputado Lizuarte Machado (PS): E que não fazemos médicos!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não é fácil fazer chegar médicos cá!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

*** Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Avelar:

Estava à espera, sinceramente (porventura ingenuidade minha!), que o senhor subscrevesse os desafios que fiz ao Governo Regional no sentido de avançar mais rapidamente com as obras que prometeram há já muito tempo.

Infelizmente o senhor mantém-se nesse diapasão de dizer sempre que está tudo bem e que já fizeram alguma coisa, apesar daquilo que fizeram ter sido prolongado no tempo e se ir prolongando, como é o caso do porto de pescas (está lá o placard do início da obra em 2004).

Falou também no porto de pescas.

Vou começar por um indelicadeza sua. O senhor tem família na América, e se calhar tem sobrinhos que nasceram lá. Não os considera graciosenses?

Eu, porque nasci fora da Graciosa, não sou graciosense?

Acho que isso é uma indelicadeza. Fica-lha mal esse tipo de segregacionismo, esse tipo de atitude. Para quem quer cativar gente para a Graciosa, acho isso extremamente infeliz.

Em relação à lota, por aquelas razões que aponte, acho que já devia estar feita.

Eu até enalteci o facto do Governo ter anunciado a lota. Apenas disse que era pena já não estar feita. No plano do porto de pesca a lota já devia estar feita.

Penso que o Sr. Deputado Manuel Avelar é vereador da Câmara Municipal há 8 anos. Participa nas reuniões do executivo municipal. Que eu saiba, a maioria das decisões são tomadas por unanimidade.

Eu não percebo o que é que o senhor faz lá?

Limita-se, aparentemente, a fazer aquilo que faz aqui, que é dizer sim, sim, sim. Portanto, não faz mais nada para além disso.

Mas, acho que é escusado estarmos aqui a transformar este debate, numa discussão da Câmara Municipal, porque não é este o fórum próprio. Acho que o senhor tem um fórum próprio para discutir esses assuntos, mas quero lembrá-lo que a Câmara Municipal, há cerca de dois anos, ofereceu de mão beijada ao Sr. Vice-Presidente do Governo, no Centro Cultural da Graciosa, o projecto Barra/Santa Catarina, porque

efectivamente uma câmara que tem 2 milhões para investimento não é capaz de executar um projecto daquela dimensão.

O que é que os senhores fizeram com o projecto?

Nada! Ignoraram-no!

Quanto ao projecto Barra/Santa Catarina, penso que estamos esclarecidos.

Sr. Secretário da Economia, o esquecimento a que me refiro na minha intervenção tem a ver com todas as medidas que os senhores anunciam, mas que estão desfasadas da realidade graciosense. É esse o esquecimento. Essa é que é (perdoe-me a expressão) a ignorância relativamente à realidade da Graciosa e o senhor vai ver isso nos resultados das medidas que os senhores apresentam para as Ilhas da Coesão, nomeadamente para a Graciosa. As pessoas não aproveitam, simplesmente porque não estão motivadas para aquele tipo de medidas. As medidas estão mal desenhadas. É isso que acontece.

Quando o senhor faz a conta final vê que a percentagem do que é anunciado, do que é executado e do que é aproveitado, não corresponde minimamente ao expectável e ao desejável.

São esses resultados que não aparecem e que eu quero que passem a aparecer.

Desejo que o Governo Regional implemente aquilo que tem prometido e acelere processos que estão atrasados, precisamente para a Graciosa ter alguma expectativa de um futuro melhor.

Quanto à questão do médico, congratulo-me com o anúncio do Sr. Secretário, tal como me congratulei há um ano e quando o anterior Secretário da Saúde foi à Graciosa anunciar que já tinha um médico contratado e ele continua sem aparecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas focar mais dois aspectos que me parecem importantes esclarecer em relação à intervenção do Sr. Deputado João Costa e que têm a ver com o transporte de pescado ou com a questão do racionamento de combustível que efectivamente não existiu na Graciosa. Efectivamente, faltou o combustível no posto de combustível. Não houve racionamento em termos de abastecimento de energia eléctrica.

Mas vamos à questão do transporte de pescado.

Compreendo aquilo que o senhor disse da tribuna e compreendo todas as intervenções que de diversas formas têm sido feitas em relação a essa matéria.

Gostava também de trazer a esta câmara a forma como o Governo entende isso.

Eu percebo que um exportador de pescado não pode dizer com 15 dias de antecedência que precisa de 7 toneladas de carga para sair da Ilha das Flores ou da Ilha Graciosa.

Percebo isso perfeitamente. Percebo porque é da contingência das coisas. As pessoas não podem adivinhar que vão ter pescado.

Mas eu também gostava que os senhores percebessem que da mesma forma que isso não é possível, com a actual frota da SATA também não é possível que haja essa correspondência imediata de, numa questão de duas ou três horas, tirar de uma ilha 7, 8, 15 toneladas de pescado.

Como é que se resolve isso?

Eu discordo completamente da solução de um serviço dedicado apenas a carga, mas o tempo não me permitirá agora fazer esse debate (se os senhores quiserem fazer essa discussão, faço-a perfeitamente). Não é uma solução.

A nova frota da SATA, que os dois aviões entrarão já no primeiro semestre deste ano ao serviço, reforma substancialmente não apenas a capacidade de carga, mas sobretudo um aspecto muito importante, a maleabilidade e a flexibilidade para poder responder às contingências do transporte do mercado. Ou seja, quando houver um pedido de 7 toneladas (estou a falar em 7 toneladas, mas podia falar noutra quantidade)...

Deputado João Costa (PSD): Daqui a dias é menos!

O Orador: ... de uma ilha, pode mais rapidamente dar resposta àquela solicitação.

Quanto à questão do racionamento de combustível, Sr. Deputado João Costa, foi feito tudo. Vou dizer-lhe uma coisa:

Todas as hipóteses teoricamente possíveis de se fazer chegar combustível à Graciosa foram analisadas.

Efectivamente, estávamos a chegar a uma situação em que se calhar até a solução mais esdrúxula deste mundo teria que ser utilizada para se fazer chegar combustível à Graciosa.

Deputado João Costa (PSD): Esta situação vai repetir-se mais vezes!

O Orador: Não senhor, não se vai repetir, porque a orientação que já foi dada ao nível da Secretaria Regional da Economia foi que este é um assunto que temos que resolver.

Temos que detectar onde é que pode haver aqui melhorias em termos de evitar que essas situações aconteçam.

Nós não temos, obviamente uma refinaria em cada ilha. Temos essa contingência.

Não temos obviamente esta disponibilidade total que num território contínuo poderia haver, mas o objectivo é muito claro e isso eu posso garantir-lhe:

Reduzir ao mínimo possível que esse tipo de situações possam acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Regressamos ao meio-dia. Até já!

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Eram 12 horas.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Fui educada na convicção de que não se expõe a vida íntima e de que o sucesso da vida familiar depende sobretudo da mulher. Tentei viver de acordo com este modelo. Até ao dia em que, de braço ao peito e cara desfigurada, deixei de poder andar na rua. Passei a ter medo. Saber que pessoas que nunca estiveram expostas a agressões não condenam a vítima (como no passado) e não viram a cara com indiferença é importante. Devolve humanidade!»

Acabei de citar um excerto de uma carta escrita por uma vítima, uma mulher de 39 anos, casada, mãe de dois filhos, licenciada com várias pós-graduações e que veio publicada no Editorial do jornal Destak, de 19 de Novembro de 2008, assinado por Isabel Stilwell.

Para que hoje possamos estar aqui a falar de violência doméstica, foi preciso a coragem de muitas vítimas, como esta, que ousaram sair da sombra e assumir perante os serviços de saúde, os agentes de segurança e a comunidade a que pertenciam, um problema que muitos lhes diziam para aguentar e calar em silêncio.

Infelizmente ainda agora, há vítimas que se calam, que têm medo de denunciar, apesar da violência doméstica ser um crime.

A natureza familiar e o facto de estarmos perante agressores que são maridos ou esposas, pais, mães ou filhos, impedem uma maior visibilidade das relações violentas. De acordo com as estatísticas publicadas pelo Ministério da Administração Interna em 2007, 86% das vítimas são mulheres, 70% dos casos ocorrem numa relação conjugal. Este facto não invalida que o número de casos envolvendo crianças, idosos e homens tenha aumentado nos últimos anos.

Juristas, políticos, investigadores e muitas organizações de intervenção social, têm contribuído para desenterrar este problema do quadro de referências culturais que, durante décadas, silenciou a violência portas adentro, a cobro da defesa dos valores da família e dos bons costumes.

“Se levaste foi porque fizeste algo para o merecer!”

Comentam aqueles que julgam invioláveis os laços familiares, e a casa um espaço de absoluta segurança onde tudo se explica e se justifica.

“Não mereces a comida que comes, não devias ter nascido.”

Dirão, por exemplo, os agressores, homens ou mulheres, perante as vítimas indefesas, fragilizadas, incapazes de reagir.

A violência doméstica é muito mais do que a expressão da agressividade descontrolada, a agressão física que destrói e deixa marcas no corpo.

A violência doméstica é a falência das relações que se queriam de ajuda, protecção, compreensão e companheirismo, porque como refere Dessieux “amar não é possuir”.

Nas relações violentas, predomina a sujeição, o autoritarismo, a obediência cega, o medo, a humilhação e sobretudo, a perda progressiva da auto-estima e da vontade própria. A violência doméstica é uma patologia das relações humanas, que resulta da incapacidade de gerir conflitos, tensões, diferenças de opinião ou de estatuto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é de admirar que até final dos anos 70, a violência doméstica não fosse reconhecida como problema, sendo pouco ou nenhum o interesse que despertava ao nível da investigação científica ou da acção política.

Não é de admirar porque até essa década, particularmente em Portugal, também não eram reconhecidos os direitos das mulheres ou mesmo das crianças. Eram cidadãos sem estatuto próprio, considerados perante a lei como dependentes dos maridos ou dos pais, condição que alguns agressores ainda hoje reivindicam quando referem: “eu bati na minha mulher” ou “no meu filho quem bate sou eu”, infelizmente corroborados pelas próprias vítimas quando referem, “ele é o meu homem”, “ele só me bate porque é meu pai”.

Até aos anos setenta, as vítimas eram os portugueses em geral, sujeitos a um regime onde não se podia questionar os problemas sociais.

Infelizmente, os governos em Portugal fizeram muito pouco na década de oitenta no que diz respeito ao combate da violência doméstica. E, nesse domínio, a Região Autónoma dos Açores não foi excepção.

É sempre difícil para a oposição, ouvir falar de 1996, mas o certo é que no que concerne às políticas sociais, particularmente no que diz respeito ao combate à violência doméstica e à criação de medidas de protecção para mulheres e crianças vítimas de maus-tratos, esta data é incontornável.

Para a oposição este parece ser um domínio onde as estatísticas são demolidoras para o governo, aliás para alguns são sintoma de insensibilidade social. Esquecem que o aumento do número de queixas e denúncias, particularmente desde 2000, não significa forçosamente um aumento do problema, mas antes a crescente visibilidade que tem sido dada a uma realidade durante demasiado tempo ignorada, silenciada e, de alguma forma aceite.

O ano de 2000 é sem dúvida uma referência com a publicação da Lei nº 7/2000, de 27 de Maio, onde se consagra a natureza pública do crime de maus-tratos, podendo qualquer pessoa denunciá-lo, sendo-o obrigatório para as entidades policiais. Em 2007 de novo se faz história, com a Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, que consagra a violência doméstica como crime autónomo, agravando o limite mínimo da pena, no caso de o ser praticada na presença de menores ou no domicílio da vítima.

Mas o contributo dos governos do Partido Socialista não se fica pelas alterações ao Código de Processo Penal, ainda agora em análise na Assembleia da República, com a proposta de Lei que cria o Regime Jurídico Aplicável à Prevenção da Violência doméstica.

Desde o final da década de noventa, em 1999, foi publicado o Iº Plano de Combate à Violência Doméstica, cuja terceira versão, data de 2007, um importante instrumento de operacionalização de medidas de protecção e assistência às vítimas.

Não se combate a violência doméstica com dramatismo, mas com medidas concretas. E neste domínio, o Partido Socialista na Região Açores tem sabido responder.

Em 1997, foi criada a primeira “casa-abrigo” para mulheres vítimas, inserida no Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada. Passados doze anos, a Região possui seis casas com essas características, três em S. Miguel, duas na ilha Terceira e uma no Faial.

Mas, porque a vítima de violência doméstica carece de um conjunto de apoios, que não se ficam apenas pelo abrigo temporário, desde 2006 que em São Miguel funciona a Rede de Apoio Integrado à Mulher vítima de maus-tratos, onde participam diferentes entidades, numa acção consertada, que procura ser resposta à situação de crise em que se encontram essas mulheres. Iniciativa semelhante abrange os casos de vítimas na Ilha Terceira.

Em 2008, por iniciativa do Instituto de Acção Social, foi criado um programa inovador, intitulado “Contigo”, que envolve o Ministério Público, as forças de segurança, a Inserção Social e o Centro de Terapia Familiar e visa intervir junto dos agressores, em paralelo ao apoio às vítimas, neste último caso procurando prevenir a reincidência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se faz política social com dramatismo e espírito destrutivo.

É preciso agir de forma consequente, dando apoio, protecção e neste caso, segurança à vítima que denuncia uma relação violenta.

Nesse sentido, a proposta de alteração do Código de Processo Penal, apresentada pelo Partido Socialista, prevê que o estatuto de vítima seja reconhecido no momento em que é feita a denúncia e considera a possibilidade de detenção do agressor sem ser em flagrante delito.

Não podemos negar que a violência doméstica resulta de um conjunto complexo de factores. Não se explica pela pobreza ou pela riqueza, não afecta apenas os adultos, nem são as mulheres as únicas vítimas.

Certamente que a má gestão dos conflitos e as condições de vida adversas, as crises, favorecem o surgimento de actos violentos. Mas muitos ficariam na sombra se, apesar dessas condicionantes, não existisse uma cada vez maior sensibilidade por parte das forças de segurança, dos serviços de saúde e das associações que dão corpo a uma estratégia de combate e de prevenção da violência doméstica.

Por esse motivo, a leitura dos números de processos abertos, não corresponde forçosamente ao aumento do número de casos, em parte revela a eficácia das medidas, entretanto adoptadas, que têm permitido uma maior denúncia, tornando visíveis os números que o passado quis esconder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito tem sido feito desde 1996, mas temos consciência que não podemos baixar os braços. Desde logo, porque a violência é uma linguagem que algumas crianças e jovens aprendem demasiado depressa, quantas vezes, influenciadas pela televisão, mas também pelo modo como os próprios adultos se relacionam. Importa insistir na

prevenção dos comportamentos violentos, particularmente os que se registam em casais jovens, namorados que a cobro da paixão tudo aceitam.

É fundamental promover uma cultura de não-violência e fomentar a gestão dos conflitos no quadro formação cívica das crianças e dos jovens.

É urgente implementar a prática da mediação, como estratégia de gestão de conflitos, nos tribunais, nas escolas e nas empresas, e particularmente como prática saudável nas relações familiares. É importante criar momentos de contraditório e espaços de debate que transformem as diferenças de opinião num enriquecimento das relações humanas.

As “casas abrigo” que acolhem as mulheres vítimas são residências de transição. Durante o tempo que aí permanecem, muitas vezes acompanhadas pelos filhos, procura-se garantir a segurança das crianças e das mulheres, mantendo-as a salvo de ameaças, seja no espaço da escola ou no local de trabalho. Infelizmente, alguns agressores apesar de condenados pelo Ministério Público, com uma medida de afastamento, não a cumprem, quem sabe porque esse incumprimento em nada agrava a sua pena.

Na proposta em análise na Assembleia da República, propõe-se que esta medida de afastamento seja concretizada com o recurso a pulseiras electrónicas. Importa que sempre que possível, se possa evitar que a vítima e em alguns casos acompanhada das crianças tenham de abandonar o domicílio.

Quando abordamos o tema da violência doméstica estamos a falar do lado negro da vida das famílias, dos lares, onde supostamente deveríamos esperar segurança e afectos. Infelizmente, para algumas pessoas, a casa é o lugar mais perigoso que frequentam.

Como cidadãos responsáveis, temos o dever de ajudar aqueles que ainda vivem mergulhados em relações violentas, desde logo, fazendo-os tomar consciência de que têm direito à sua dignidade como pessoa; têm direito à liberdade de ser e de agir.

Como políticos e particularmente como legisladores, temos o dever de analisar esta problemática com objectividade, mas sobretudo, não perdendo tempo perante a urgência da ajuda que é devida a quem tem a coragem de romper o silêncio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tenho inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão, Zuraída Soares, a Sra. Secretária Ana Paula Marques, os Srs. Deputados José Bolieiro e Nélia Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

*** Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer, Sra. Deputada, Piedade Lalanda, que gostei muito da sua intervenção.

Considero que as questões que trouxe a este hemiciclo sobre a violência doméstica são perfeitamente pertinentes em relação àquilo que sucede na nossa sociedade. São questões muito graves e torna-se urgente combater na nossa sociedade e com determinação.

Como a Sra. Deputada disse, e muito bem, é urgente que todos, as entidades oficiais mas também as entidades particulares e a sociedade civil, se empenhem nesta luta, que é uma luta diária contra a violência doméstica e contra todas as formas de violência.

É fundamental que o Governo continue a implementar medidas e é inegável (não gosto de fazer qualquer discurso demagógico sobre as questões, procuro centrar-me naquilo que é o objectivo) que temos vindo a conhecer uma série de iniciativas, por parte do Governo Regional, nesta área que têm sido bastante positivas e que têm melhorado a situação.

O único reparo que faço à sua intervenção é que, em relação àquilo que foi concretizado para já por parte do Governo Regional nesta área, não temos ainda razões para acharmos que ganhámos esta batalha contra a violência doméstica.

É preciso multiplicar o número de iniciativas e em muito.

Nesse sentido, a sua intervenção focaliza aquilo que é preciso fazer, alertar para esta questão, que é uma questão fundamental, mas tenho a percepção clara, por aquilo que pude constatar ao longo de todos estes anos de política e conheci alguns casos de mulheres que foram vítimas de violência doméstica, que os mecanismos que temos continuam a ser insuficientes.

Por isso deixo aqui o apelo ao Governo Regional para prosseguir este caminho, multiplicando o número de iniciativas e os meios que coloca à disposição no combate a esta praga social que temos o dever de ganhar todos os dias, legislando nesse sentido e fundamentalmente sensibilizando as novas gerações para um clima de não violência, de colaboração e de tranquilidade nas famílias e fundamentalmente condenando com veemência quem pratica este tipo de actos, que não são de forma nenhuma desculpáveis, seja em que contexto for.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava por saudar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na pessoa da Sra. Deputada Piedade Lalanda, por trazer a esta Assembleia um reconhecido problema social, e até mesmo cultural, da nossa sociedade, que estamos com certeza todos de acordo em classificar como um fenómeno hediondo, indecente e um verdadeiro atentado aos direitos humanos.

Estamos a falar de um crime de que todos, directa ou indirectamente, somos responsáveis quando viramos a cara para o lado, quando licenciámos e quando tentamos apagá-lo da visibilidade a que, pelo contrário, nós o devemos submeter.

Estamos a falar de um crime. E eu orgulho-me de pertencer a um partido que deu um forte contributo para tirar do branqueamento total esta situação vivida por um número esmagador de mulheres, no nosso país e nesta região. Esse contributo foi exactamente o transformar a violência, espaço doméstico, num crime. Portanto, em algo que deve ser denunciado e pelo qual toda a sociedade é responsável.

A insensibilidade social, e todos nos lembramos bem, que tanto irritou o Sr. Presidente do Governo Regional aquando da discussão do Programa do Governo, não decorre da incapacidade do Bloco de Esquerda reconhecer que há um conjunto de respostas (suficientes, ou insuficientes, mas teremos ocasião de ter essa discussão) para as mulheres que são vítimas da violência, espaço doméstico. Aliás, pior seria se não houvesse!

A insensibilidade social decorre do facto de nesta Região, durante o ano de 2008, terem ocorrido 6 mortes (6 crimes!), de mulheres açorianas vítimas de violência,

espaço doméstico, sem que esta Assembleia e sem que o Governo Regional tivesse dito uma palavra, não de consolo, porque não há consolo para a morte, mas pelo menos de compromisso de que continuaria de uma forma convicta, empenhada e decidida a combater este flagelo.

É daqui que vem a insensibilidade social – a terminologia que eu então utilizei.

Se as respostas mais ou menos diversificadas, de consolo e de protecção às vítimas, existem nesta Região de alguma maneira, há uma outra componente complementar desta e absolutamente fundamental, que se chama prevenção, que (as Sras. e os Srs. Deputados vão desculpar-me) nesta Região não existe. Não existe ao nível da violência, como não existe ao nível de muitos outros flagelos sociais como a toxicodependência, o álcool, o alcoolismo e outros.

Ao nível da prevenção, o Bloco de Esquerda considera que tudo está por fazer. Estamos a falar da prevenção da violência doméstica, porque ela decorre – e a descrição e a análise feita pela Sra. Deputada Piedade Lalanda não podia ser mais esclarecedora e completa – de uma mentalidade, de um conjunto de preconceitos, de uma falta de estigmatização da violência, espaço doméstica, feita por toda a sociedade.

Os meios de Comunicação Social, como a Sra. Deputada reconheceu e muito bem, pelos exemplos que dão e pelos seus programas, acabam por dar às crianças e aos jovens modelos de violência, mas são os mesmo órgãos de Comunicação Social, nomeadamente a Comunicação Social pública que é paga por todos nós, que, pelo contrário, poderão dar às crianças e aos jovens exemplos de tolerância, exemplos de estruturação cívica, exemplos de olhar a mulher e olhar a igualdade de género como um par e não como alguém que está abaixo do sexo masculino. É isso que acontece nas sociedades conservadoras, nas sociedades preconceituosas, nas sociedades atrasadas, que é aquilo que nós não queremos que aconteça nos Açores, porque não nos reconhecemos neste tipo de descrição da sociedade açoriana.

Espero, e o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda espera, que o Governo Regional traga a esta Assembleia propostas concretas de medidas de prevenção e de ataque a este flagelo.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

*** Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria cumprimentar a Sra. Deputada Piedade Lalanda pela excelente intervenção que nos trouxe. Intervenção cheia de verdade.

Apraz-me registar o seguinte:

Não vale a pena continuarmos com demagogias, porque ela é inimiga da verdade.

De facto, o Governo, nestes últimos anos, fez um trabalho importantíssimo.

A Sra. Deputada falou nas casas abrigo, mas para além delas e do Programa “Contigo”, tem-se feito imenso. Atribuímos apoios eventuais às famílias monoparentais para resolver imediatamente o problema da habitação, quando são essas vítimas a sair de casa. Também temos programas de apoio aos filhos dessas vítimas; temos feito trabalho com equipas multidisciplinares no terreno; temos parcerias com as IPSS, com os tribunais e com a Procuradoria.

Isto não é trabalho de prevenção, Sra. Secretária?

Se me disser que é necessário continuar a trabalhar, que ainda temos uma sociedade que não nos ajuda nesta medida, é verdade. Mas temos feito muito trabalho.

E é reconhecido por todos os intervenientes nestes sectores que o trabalho de prevenção tem sido uma preocupação.

Há 4 ou 5 anos, levámos a todas as escolas do 1º ciclo um livro fundamental sobre a violência doméstica, que era uma história escrita por escritores e por trabalhadores sociais açorianos, que levaram ao 1º ciclo a discussão desta problemática que foi também aproveitada pelos professores nessa altura.

Isto é um trabalho intenso. Não é um trabalho só do Governo Regional, é um trabalho de toda a sociedade. Se hoje temos conhecimento que há mais violência sobre as mulheres, sobre as crianças, sobre os deficientes ou sobre os idosos, é porque o Governo conseguiu implementar programas e medidas que têm ajudado a denunciar mais essas situações.

Não há mais violência hoje. Há é uma sociedade mais consciente para a violência.

Portanto, move-nos uma vontade imensa para continuar a implementar tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para termos uma sociedade mais justa, mais igual e a constituição, neste Governo, da Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades é uma manifestação inequívoca da nossa determinação.

Dentro de pouco tempo serão anunciadas mais medidas para que esta situação daqui a alguns anos (talvez uma década!), seja diferente.

Também queria aqui referir que as autoridades policiais nunca tiveram tanta consciência como agora para esta situação. Nunca houve tanta formação, tantos seminários.

É por isso que, hoje, este fenómeno é muito visível, mas não quer dizer que haja mais violência.

Eu penso que em termos sociais é importante que tenhamos consciência que não é com demagogia que combatemos este flagelo. É com uma prática consciente.

Sabemos que temos este problema e que estamos a trabalhar para que ele não aconteça num futuro próximo, porque um sinal do bem-estar das famílias é a não-violência.

Há um trabalho intenso nas escolas, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, no Governo, transversalmente a todos os departamentos governamentais e isso é um sinal inequívoco de que estamos no bom caminho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

*** Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para uma merecida saudação à Sra. Deputada Piedade Lalande pela temática que aqui trouxe. E breves palavras para adensar a convicção que tenho, e penso que resulta deste plenário, de que esta matéria é uma verdadeira chaga sociocultural de muitas civilizações e também da nossa. Por isso merece toda a atenção e prudência, não demagógica, para continuarmos a contribuir para um passo civilizacional em frente, na igualdade, na tolerância e em projectos de felicidade comum, entre homens e mulheres e nos lares açorianos.

Todos devemos dar um contributo modesto, nem que seja alertando para esta matéria as instituições, mas também as próprias famílias, a comunidade em geral.

Importa por isso que o Parlamento trate estas questões mesmo que não tenha uma solução de varinha mágica para elas, mas que possa, tratando delas, e através da Comunicação Social, comunicar à sociedade que este é um problema que não somos tolerantes com ele, que queremos acabar com ele e que estamos disponíveis para ajudar a construir um projecto de felicidade entre homens e mulheres, entre os casais e nos lares açorianos.

Quero também dizer que estas soluções podem ter uma componente material.

Por isso, para além da pedagogia e da prevenção para evitar a violência doméstica, é preciso depois construir essa outra parte material dos meios para ajudar quem já foi vítima de violência. Uma é a parte cultural, a de evitar a violência doméstica e é por isso um projecto civilizacional que devemos defender e debater sensibilizando para isso a comunidade.

O outro, é construirmos iniciativas que permitam intervir materialmente quando já estamos confrontados com vítimas de violência doméstica que precisam de apoio efectivo.

Também quero alertar para a importância desta sensibilidade à denúncia, o incentivo à denúncia da violência doméstica.

Ficar no segredo e na intimidade da mulher, vítima da violência doméstica, é um passo atrás no combate à mesma. Por isso importa incentivar à denúncia, mesmo que todos admitamos, e provavelmente com razoabilidade, que não temos assistido a um aumento da violência, mas apenas ao número de violência denunciada.

Importa, ainda assim, continuar a incentivar para a denúncia, porque este é o primeiro passo mais pragmático que temos para combater este flagelo sócio-cultural na Região Autónoma dos Açores.

Era este o contributo que queria deixar nesta matéria em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Uma vez que não sendo fácil fazer aqui o recenseamento total da situação nos Açores, nem encontrar a tal varinha mágica, que possamos contribuir com o debate, com esta reflexão e com o apoio da Comunicação Social, para transmitir à sociedade

que não somos tolerantes com este flagelo sócio-cultural de violência doméstica que ainda subsiste nas nossas famílias.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas também para prestar um pequeno contributo e algumas clarificações.

Em primeiro lugar, aprez-me salientar a perspectiva que é aqui trazida e que parece ser partilhada pelos restantes grupos parlamentares, de que se trata de uma problemática em relação à qual não basta ficarmos passivos, não basta não sermos agressores.

É uma problemática em relação à qual temos que ter uma atitude activa, de denúncia, uma atitude activa de comprometimento com o encontrar de soluções.

Essas soluções não passam, como também já foi aqui dito, só pelo apoio à vítima. Passam pelo apoio à vítima, sem dúvida, numa perspectiva de a retirar da situação de insegurança e de a apoiar no reconstruir de um novo projecto de vida, mas passam essencialmente pelas medidas preventivas.

Aqui, permita-me Deputada Zuraída Soares, que discorde consigo. Nem tudo está feito, obviamente. Basta para isso que haja uma única pessoa, uma única mulher,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ou um homem!

A Oradora: ... ou um homem, uma única criança ou um único idoso que ainda continue a ser vítima de violência, para que nem tudo esteja feito e para que seja sempre necessário fazer mais.

Mas não podemos “enfiar a cabeça na areia” e fingir que nada foi feito. Têm sido desenvolvidas acções que, em meu entender, são muito significativas, no âmbito da sensibilização das camadas mais jovens, para que esta problemática seja encarada, mais do que sendo uma questão de igualdade de género, numa perspectiva de violação de direitos humanos, básicos e essenciais.

Tem sido efectuado trabalho junto dos jovens no sentido de serem desmontados, desconstruídos papéis tradicionais, diferenças tradicionais entre homens e mulheres no ambiente familiar, social e profissional.

Têm sido desenvolvidas acções no sentido de promover junto das nossas camadas mais jovens capacidades de resolução de conflito, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, desenvolvimento da auto-estima, porque se acredita que o respeito pelo outro passa também, e em primeiro lugar, pelo respeito por si próprio.

Aquilo a que a Sra. Deputada Zuraida Soares se refere como sendo insensibilidade social, talvez, em parte, dependa também de alguma falta de informação.

A temática da violência doméstica não é trazida a esta Assembleia pela primeira vez. Ainda no passado mês de Junho foi abordada nesta casa numa perspectiva que me apraz salientar, de trabalho junto dos agressores e que já está em curso nos Açores.

Os agressores, apesar da relação com a vítima poder ser descontinuada, em grande número de casos, não deixam de ser pais, não deixam de ser filhos, não deixam de ter uma relação com a vítima, com os filhos das vítimas, que também de uma forma indirecta são vitimizados.

São dramáticas as 6 mortes, Sra. Deputada Zuraida Soares! Da mesma forma que, do ponto de vista qualitativo, seria dramática mesmo que fosse só uma.

Agora é preciso ter cuidado! Que conclusões é que se tiram dessas 6 mortes?

Pode-se tirar várias conclusões, mas como o Deputado José Manuel Bolieiro teve oportunidade de referenciar, não podemos julgar, não podemos assumir que sabemos, porque o número de denúncias aumentou, que está a haver mais violência.

Não podemos assumir que sabemos, porque houve 6 mortes, que está a haver mais violência nos Açores.

Talvez esteja a haver um recurso em instrumentos de violência diferenciados. É preciso que seja feita essa análise, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Acho que não podemos assumir que há insensibilidade e que nada está a ser feito.

As conclusões que tiramos daí têm que ser responsáveis e consequentes.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, uma palavra de agradecimento pela forma elogiosa como se referiram à intervenção, mas sobretudo ao facto de se ter trazido a temática da violência doméstica a esta Assembleia e alguns apontamentos para completar a resposta às intervenções feitas.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão refere que não está satisfeito. Nós também não estamos satisfeitos.

É evidente que nesta matéria, mesmo que fosse, como dizia a Sra. Deputada Nélia Amaral, só um caso, ainda nos deveria mobilizar para uma intervenção, evitando esse único caso, se é que esse único caso existisse.

Em relação à Sra. Deputada Zuraida e em relação à questão de associar a insensibilidade aos homicídios, se bem conhece, só a partir de 2007, é que o crime de violência de doméstica foi registado de forma autónoma. Portanto, os números anteriores não nos fazem crer numa tendência crescente, mas é realmente um ano excepcional e é um ano que a própria PSP regista como anormal.

Não invalidando a importância desses 6 casos, é evidente que eles não devem ser vistos apenas como uma expressão clara e directa do fenómeno de violência doméstica nos Açores, porque muitos deles realmente envolvem relações familiares entre a vítima e o agressor, mas têm que ser bem explicados para percebermos em que contexto é que ocorreram.

Quanto à questão de se dizer que não se faz nada na área da prevenção, sabe bem que isso não é verdade, porque todas as associações que estão vocacionadas para o apoio à vítima têm actividades ao nível da prevenção, têm actividades até junto dos jovens e nas escolas.

O que é interessante verificar, e é um pouco fruto desta visibilidade do fenómeno, é que esta temática da violência doméstica é trabalhada, não por essas associações, mas por equipas multidisciplinares, de várias escolas, que sentem necessidade de falar sobre este tema e de fazer sessões de sensibilização para os pais e para as crianças.

Portanto, não de uma forma forçosamente orquestrada, institucionalizada, o certo é que o tema tem vindo a ser tratado.

Recentemente, na Escola Roberto Ivens, foi feito um *workshop* com crianças. Iniciou-se com teatro e seguiu-se um debate com os meninos do 6º ano de escolaridade, em que eles próprios também falaram desses modelos culturais que infelizmente ainda são vinculados na nossa sociedade e até em histórias tradicionais onde a violência é incorporada e naturalizada como uma forma de linguagem normal. Penso que esse é o aspecto mais importante, é o facto de hoje podermos falar nisso e esta temática estar cada vez mais facilitada e abordada.

A denúncia torna-se muito mais fácil.

Foi falado aqui que é preciso apostar na denúncia.

É muito mais fácil denunciar quando se sente que isso já não é um problema das portas adentro, mas é um problema que tem que ser partilhado e colocado à luz do dia.

Penso que estamos no bom caminho. Não está tudo feito, mas só o facto, como a Sra. Secretária falava, de existir uma Direcção Regional que se irá preocupar com a igualdade de oportunidades, é já um passo importante.

Outro aspecto que queria deixar em conclusão é que a questão da violência doméstica é cada vez menos uma questão de relação de género em que o homem é o agressor e a mulher é a vítima. Esta foi, digamos, a primeira abordagem que se fez cientificamente a este problema.

Hoje em dia, o que é importante reflectirmos é sobre relações violentas.

A violência nas relações, seja entre as empresas, seja entre mulheres e homens, entre pais e filhos ou filhos e idosos, é um problema social que tem que ser combatido.

Recentemente, vai ser defendida uma tese de doutoramento exactamente sobre os casos de mulheres que são agressoras sobre homens.

Há bocadinho o CDS/PP referia os homens.

É um facto. Existem homens vítimas da violência, só que também existe um modelo cultural em que o homem que é vítima de violência dificilmente denuncia essas agressões porque sente que é menos homem, que não fica bem dizer que apanhou da mulher.

Portanto, nós também vivemos numa sociedade em que os homens se consideram muito fracos, porque foram vítimas de violência.

Também há que dar força aos homens que são vítimas de violência para que sejam mais denunciadores das situações que vivenciam nos seus meios familiares.

Esta é a sociedade de hoje. Já não é a sociedade das mulheres vítimas. É, infelizmente, também a sociedade dos homens vítimas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: É isso que temos que trabalhar para tornar claro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Às vezes a comunicação é difícil. Quando nós dizemos uma coisa e depois põem-nos na boca coisas que não dissemos, e respondem a questões que não levantámos, é porque há um problema de comunicação.

Eu não disse em nenhum momento da minha intervenção que tinha havido um aumento da violência doméstica. Não disse!

Eu não disse em nenhum momento da minha intervenção que não há respostas da parte dos diferentes organismos do Governo Regional. Também não disse!

Eu disse 3 coisas que faço questão de repetir.

Prevenir é evitar que aconteça!

Apoiar, é responder quando acontece!

Aquilo que disse e repito, é que ao nível da prevenção não basta um teatro escolar de vez em quando, não basta distribuir um livro de vez em quando, não basta fazer uma vez por ano acções de sensibilização nas diferentes escolas, porque o facto de não ser sistemático, convicto e planeado, faz com que não tenha reprodução/efeito ao nível da alteração das mentalidades, dos preconceitos e a nível cultural.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Mas isso é prevenção!

A Oradora: É prevenção. É disso que estou a falar, Sr. Deputado! Mais uma vez há um problema de comunicação.

Comecei por dizer que previr é evitar que aconteça.

É exactamente ao nível da prevenção que o Bloco de Esquerda considera que está tudo por fazer, que está tudo no sentido de, com convicção, com planeamento, com insistência.

Já agora, apenas um exemplo:

A Sra. Deputada disse que em Junho de 2008 foi trazida a esta Assembleia a problemática da violência doméstica, e muito bem.

Eu só gostava de fazer as contas e de convidar as Sras. e os Srs. Deputados também a fazê-las. São 6 meses!

Se nos regozijamos porque em Junho de 2008 esta problemática veio à Assembleia, eu continuo a dizer que é muito pouco, porque estamos em Janeiro de 2009. Portanto, devem ter passado 6 meses (dir-me-ão se sim ou não!) em que esta problemática, as medidas e a forma de atacar não foram aqui nem propostas, nem debatidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

*** Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para esclarecer a última intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Não está tudo por fazer, porque se assim fosse não tínhamos as equipas no terreno, como bem sabe. Penso até que nas suas anteriores funções trabalhava nessa área. Portanto, sabe perfeitamente que existem equipas multidisciplinares no terreno, em todas as ilhas dos Açores, a tratar destas problemáticas.

Pode afirmar as vezes que quiser, porque as pessoas, as que são vítimas e aqueles que trabalham directamente connosco, sabem perfeitamente que, através do Instituto de Acção Social, em colaboração com as IPSS e com outros parceiros, como sejam os órgãos policiais e os tribunais, existem equipas no terreno a fazer despiste, acções de formação, a ir às escolas, aos hospitais e a imensas instituições, a publicar folhetos, a trabalhar activamente. Há uma equipa que tem permanência 24 horas!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Isto é prevenir!

A Oradora: Age todos os dias, todas as horas em todo o lado. Isto é prevenção!

Todo o trabalho que temos feito nas escolas, nos hospitais, em todos os sítios onde eventualmente possa haver violência, isso é um trabalho de prevenção. É evidente que quanta mais prevenção fizermos, mais casos aparecem, e daí o fenómeno de, infelizmente, o ano passado aparecer ocasionalmente essa situação.

Há 10 anos não havia nem prevenção, nem respostas!

Não podemos numa década resolver um comportamento social e cultural centenário.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas podem reconhecer que há muito por fazer!

A Oradora: Todas as regras sociais nos dizem que esses fenómenos sociais não se respondem só em 10 anos.

Se calhar vai levar décadas a ter uma sociedade diferente.

Agora, dizer que estamos na estaca zero na prevenção, não é verdade e pode afirmá-lo as vezes que quiser, porque todos sabem, aqueles com quem trabalhamos diariamente, que estamos a fazer esse trabalho e continuaremos determinados em implementá-lo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão dos 6 meses, vamos contabilizar quantos meses vão demorar até que a senhora volte a abordar este tema na Assembleia.

É normal que no vasto leque de áreas sociais, económicas e de vária ordem, que os Deputados trazem a esta tribuna, o tema da violência doméstica não tenha que ser mensal, nem bimensal, porque o importante é aquilo que foi dito aqui, que esta Assembleia não é insensível e que os deputados não estão de costas voltadas perante as vítimas da violência doméstica. Isto é que é importante.

Nem que fosse só uma vez por legislatura, o importante é que se dá uma nota para a sociedade açoriana de que os deputados estão preocupados, atentos e estão em alerta para as acções que o governo está a desencadear nesse sentido.

Isto é que é o mais importante. Não é o número de intervenções de tribuna que conta para revelar a preocupação e a acção directa que é feita.

Em matéria de programas escolares, é evidente que a violência doméstica é uma das áreas em que é importante agir no âmbito da prevenção, mas muitas outras áreas devem ser, e são, objecto de prevenção ao nível das escolas.

Portanto, não se pode polarizar os temas como sendo os únicos importantes. Muitas vezes a violência doméstica associa-se a questões ligadas até com a gravidez na adolescência, associa-se a modelos de vida conjugal e tudo isso faz parte de temáticas que são trabalhadas ao nível das escolas.

Não se pode, porque a palavrinha violência doméstica não está lá contida, pensar que a prevenção não é feita.

Ela está inter-ligada com muitas outras áreas no âmbito da saúde, nomeadamente no âmbito da educação para a saúde, no âmbito da prevenção na área das toxicodependências, há uma série de temáticas que se cruzam com esta questão da violência.

Como disse é uma questão transversal, é uma cultura que tem que ser combatida.

Penso que não se pode dizer que estamos na estaca zero.

O que parecia que a Sra. Deputada nos queria dizer, é que deveria haver uma espécie de programa oficial, estruturado, planeado, um plano curricular, que fosse objecto do plano.

Quem sabe, se no âmbito do currículo regional estas temáticas que nos interessam particularmente trabalhar, do ponto de vista da cultura da família, não possam ser abordadas e organizadas a esse nível. É uma possibilidade.

Agora, o que está sendo feito já é um passo importante em matéria de prevenção.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parte do esclarecimento que queria prestar, a minha colega, Deputada Piedade Lalanda, já referiu. No entanto, gostaria de salientar dois aspectos:

Por um lado, Sra. Deputada Zuraída Soares, a análise quantitativa que aqui faz, da abordagem à violência doméstica ter sido feita uma vez nos últimos 6 meses...

Deputada Zuraída Soares (BE): A Sra. Deputada é que fez, não foi eu!

A Oradora: Eu fiz uma referência à abordagem ter sido feita em Junho. A Sra. Deputada é que fez a contabilização de quantos meses é que não se tinha falado em violência doméstica nesta Assembleia.

Eu quero convidá-la, mais uma vez, a fazer uma análise rigorosa. Veja quantas sessões plenárias (já que quer fazer uma análise quantitativa, faça-a de forma rigorosa) houve nesta Assembleia, desde Junho, qual o agendamento e que assuntos é que podiam ser discutidos ao abrigo do que está disposto no Regimento. Faça essa análise quantitativa de forma rigorosa, se essa análise a satisfaz.

Por outro lado, naquilo que se refere ao trabalho de prevenção que está ou não a ser feito, julgo que se calhar temos aqui uma divergência de perspectiva, que também já foi aqui a florada.

Para mim, Sra. Deputada Zuraida Soares, é importante que se fale de violência doméstica nas escolas, junto dos jovens, mas não é só quando há uma abordagem específica e expressa à violência doméstica que se está a fazer prevenção desse fenómeno.

Todo o trabalho que decorre com os nossos jovens, quer em contexto escolar, quer em contexto associativo ou cultural, para a promoção da defesa dos direitos humanos, do respeito pelo outro ou da própria auto-estima, como eu dizia há bocadinho, e do próprio respeito por si próprio, é trabalho de prevenção de relações violentas, é trabalho de prevenção de violência doméstica.

Esse sim, é um trabalho que tem que ser sistemático, é um trabalho que tem que ser convicto, tem que ser planeado e a Sra. Deputada não pode afirmar que esse trabalho não está a ser feito.

Não é pela contabilização, não é pela análise quantitativa do número de vezes que a expressão violência doméstica ou igualdade de género é feita, que se pode concluir se está ou não a ser feito ou com o nível de empenhamento que está ou não a ser feito.

Parece-me que aqui temos essencialmente uma divergência de metodologia e uma diferença do que é a prevenção e como é que essa prevenção é feita.

Presidente: Não havendo mais inscrições, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As populações do Concelho de Angra do Heroísmo e de parte do Concelho da Praia da Vitória sofreram durante os últimos meses uma situação inadmissível ao nível do abastecimento de água.

Tais anomalias no abastecimento de água nunca obtiveram uma cabal explicação por parte das entidades públicas, que é, aliás, exigível no âmbito das suas atribuições. Pois, às mesmas cumpre fundamentalmente objectivos de interesse público.

Não nos esquecemos que o abastecimento de água à população é uma competência própria das autarquias mas, também, não podemos esquecer as competências, claras e decisivas, no âmbito da gestão dos recursos hídricos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

E é aqui que reside a grande questão... demitiu-se a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo da sua inalienável função junto das populações, como, também, se demitiu o Governo Regional da sua competência nesta matéria olhando para o lado como se nada tivesse a ver com o assunto.

Foi este ano posto a nu, no Concelho de Angra do Heroísmo, a forma de actuar socialista – para quem tivesse dúvidas – quer ao nível autárquico como ao nível governamental.

E a certeza destas afirmações prendem-se tão só com o facto de que enquanto Presidente da Câmara Municipal, o actual Vice-Presidente do Governo, não aproveitou os fundos comunitários para investir competentemente no abastecimento de água à população, mas soube aproveitá-lo ao ínfimo cêntimo, por exemplo, na proliferação de relvados sintéticos. Ao invés de outras autarquias que, apesar de desejarem fazer muitas outras coisas, sacrificaram os seus orçamentos para investir naquilo que mais interessa que é garantir o fornecimento de um bem essencial à população, como é a água.

A água constitui um recurso natural de significativo valor económico e social e numa região insular, como a nossa, a sua protecção e valorização é de superior importância.

Esquece-se, assim, o Governo Regional que não basta enunciar um conjunto de orientações de estratégia em formato de Decreto Legislativo Regional... é preciso e necessário agir em conformidade.

É prova disso mesmo o Plano Regional da Água, aprovado em 2003, que, segundo o Governo Regional, constituía-se como “o elemento estruturante de uma visão proactiva conducente a concretizar, com eficácia e rigor, a gestão integrada dos recursos hídricos”, era assumido como “o instrumento de planeamento de recursos hídricos” onde eram consagrados “os fundamentos e as grandes opções da política dos recursos hídricos para a Região”.

Neste sentido, foi defendido que o mesmo “exige um esforço conjunto das administrações públicas regional e local.”

Por tudo o que se tem vivido temos a certeza que não tem cumprido o seu papel!

E tudo isto se torna cada vez mais caricato, não só, pelas variadas e sucessivas desculpas avançadas, ao longo do tempo, pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pelo parecer inconclusivo encomendado pela mesma, mas, também, pelas declarações contraditórias dos dois últimos titulares da pasta governamental do Ambiente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Afirmou a Secretária do Ambiente e do Mar do IX Governo, em entrevista concedida a um órgão de comunicação social, a 1 de Outubro de 2008, que “No caso concreto da Terceira a questão passará pela Gestão (...). Temos bastante água, precisamos é saber trata-la bem.” Enquanto que o actual Secretário afirmou, há cinco dias, que “a diminuição da precipitação durante 2008 pôs a nu o impacto da actividade humana” assumindo que houve uma “política errada” – nomeadamente ao nível das arroteias – por parte do Governo Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Quando foi?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi antes de 96!

A Oradora: Todas estas declarações não são ingénuas e demonstram que as confissões governamentais surgem ao sabor dos actos eleitorais.

Pois, num momento de eleições regionais, é dito que a culpa é do Município e noutro momento, de proximidade de eleições autárquicas, é assumida uma certa culpa por parte do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso seriedade nestas questões...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Plano integrado anunciado, há cinco dias atrás, pelo Sr. Secretário do Ambiente, não consubstancia qualquer novidade, uma vez que, todos estes procedimentos estão, desde 2003, devidamente previstos no Plano Regional da Água, mas nunca foram implementados.

Deputados Rui Ramos (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E convenhamos, Sr. Secretário, que todas estas declarações passam mesmo um atestado de incompetência aos doze anos de Governação Socialista, qual ânsia de branquear as responsabilidades da autarquia angrése.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não pode a população continuar a ser um mero peão no tabuleiro de xadrez da governação socialista. É preciso apurar responsabilidades – A culpa não pode continuar a morrer solteira!

Há uma real responsabilidade política, quer na acção, como na omissão e até nas más decisões, não só da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo como, também, do Governo Regional e esta tem de ser devidamente clarificada!

Deputado José Rego (PSD): E das câmaras do PSD!

A Oradora: É, assim, de superior interesse constituir uma Comissão de Inquérito, destinada a averiguar as reais razões que provocaram as anomalias verificadas no abastecimento de água, à população e aos diversos sectores de actividade, no Concelho de Angra do Heroísmo, recensear procedimentos adequados para as corrigir e alertar para que outras situações da mesma natureza não ocorram.

Deputados Rui Ramos e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: É, igualmente, determinante saber:

- Quais os efectivos dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) existentes na Ilha Terceira, nomeadamente em Angra do Heroísmo;
- Com que base de suporte – estudos ou plano – tem sido gerido o abastecimento de água à população, em Angra do Heroísmo, e que sustentação teve a decisão de realização dos investimentos recentemente anunciados;
- Quais as acções concretas que têm sido realizadas, pelo Governo Regional, desde 2003, no sentido de pôr em prática as orientações de estratégia definidas no Plano Regional da Água, nomeadamente:

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: - Melhorar a oferta e gerir a procura de água para as populações e actividades económicas;

- Reforçar a gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água;
- Garantir a protecção das origens de água;
- Assegurar a prevenção e o controlo integrado associado às actividades industriais;
- Promover o planeamento e gestão integrada das águas e das zonas de recarga de aquíferos;
- Quais as diligências efectuadas pelo Governo Regional junto da Câmara Municipal no sentido de coordenar a realização das obras da Via Vitorino Nemésio. Tendo presente que existem condutas que atravessam, ao nível subterrâneo, tal estrada e que devido a diversas rupturas foram desperdiçadas elevadas quantidades de água;

Qual o tipo de licenciamento atribuído e fiscalização efectuada, pelo Governo Regional, à actividade industrial localizada no domínio da Caldeira dos Cinco Picos, nomeadamente, no acompanhamento que deve ser feito aos registos das explosões;

Qual o estudo ou plano que sustentou o Governo Regional na decisão de incentivo ao arroteamento de terrenos, nomeadamente, na zona da Caldeira de Guilherme Moniz.

Secretário Regional do Ambiente (Álamo Meneses): Vai ter que perguntar a muita gente do partido!

A Oradora: O senhor já está no Governo há 12 anos!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quer o Governo queira ou não queira, a sua maioria nada poderá fazer quanto ao direito potestativo que nos assiste.

Cabe a esta Assembleia fiscalizar a actividade governativa e assim será... não cedendo perante as recorrentes desculpas de que tudo se está a resolver e o que passou, passou...

Os Angrenses não podem ficar sem respostas...

Os Angrenses não podem ficar a pensar que esta forma de actuar é natural...

E tudo faremos para que assim não seja!

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tenho duas inscrições para debate.

Ponho à consideração da câmara o seguinte:

De acordo com o nº 1 do artigo 62º do Regimento, as nossas reuniões plenárias iniciam-se às dez e terminam às vinte horas. Se porventura houver tempo global (creio que há), não há nada que impeça de prosseguirmos, se consideram que estas questões são muito importantes.

De qualquer modo, vamos fazer um intervalo de 5 minutos para reunir a mesa.

Eram 13 horas e 05 minutos

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 10 minutos.

A mesa deliberou, nesta situação, como critério e orientação genérica para o futuro, que neste caso deve ser dada, ao Governo e cada bancada, a possibilidade para uma intervenção de 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

* **Secretário Regional do Ambiente** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer minhas as palavras da minha antecessora. Na Ilha Terceira, felizmente, existem recursos hídricos que permitem abastecer a população que temos, o dobro, o triplo e talvez mais.

Felizmente, a Ilha Terceira não é uma ilha pobre em recursos hídricos. A sua geologia e a sua hidrologia permite-nos encarar com segurança, no futuro, as necessidades de água. Aquilo que temos é uma questão de gestão global dos recursos hídricos. Foi isso que a minha colega disse e é isso que aqui quero reafirmar.

Isto não quer dizer, quando falarmos em gestão, que seja uma questão camarária. Temos a Câmara de Angra e a Câmara da Praia, mas também o IROA, as Forças Áreas Americana e Portuguesa que operam na ilha sistemas de recolha de água que estão dimensionados e estão adequados para os anos hídricos médios.

Se tivéssemos tido um ano de precipitação média, e não uma precipitação de pouco mais de 60% daquilo que é o normal, teríamos passado este ano, como passámos o ano anterior e como já passámos vários, sem termos tido problemas de maior.

Aquilo que acontece neste momento é que há um crescimento muito rápido no consumo de água na ilha e não houve uma diversificação da captação de água na ilha. Temos, felizmente, para o concelho de Angra, o nosso sistema de abastecimento centrado sobre as nascentes do maciço, Pico Alto/Guilherme Moniz, que produz água de altíssima qualidade, um maciço que em ano médio produz água suficiente para satisfazer as necessidades actuais do concelho.

Em ano que não seja um ano médio, não é assim.

Temos que nos preparar para, por um lado, melhorar a produtividade desse maciço e proteger a qualidade da sua água, e, por outro lado, encontrar fontes alternativas de água. É esse o plano que está a ser seguido.

Sra. Deputada, em relação ao Plano Regional de Água, ele está em vigor, está em execução, já há muito trabalho feito. Aliás, terei muito gosto em oferecer à Sra. Deputada o relatório de acompanhamento do plano, feito, discutido e distribuído esta semana, em sede de reunião do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é o órgão que tem por atribuição apreciar esse documento. O

documento foi, de acordo com a lei, distribuído, é conhecido, está disponível. A Sra. Deputada ainda hoje seguramente o receberá.

Também quero dizer-lhe, Sra. Deputada, que o que o Plano Regional da Água prevê é um conjunto muito alargado de medidas, que são vinculativas para todos os autores neste processo. Os autores neste processo são as autarquias em primeira linha, porque elas têm a atribuição legal de recolher e distribuir a água aos consumidores; o Governo Regional que tem atribuições no fornecimento de água à agropecuária e tem investido (só no último mandato, na Ilha Terceira, foram investidos mais de 6 milhões de euros) na distribuição de água à lavoura. Também tem outra responsabilidade, a responsabilidade de preservar a qualidade dos recursos hídricos e de tomar medidas a montante, as chamadas medidas em alta, de forma a permitir que as câmaras possam captar recursos hídricos com qualidade.

Quanto a conhecer a situação dos recursos hídricos na Ilha Terceira, o Governo Regional conhece muito bem, eu pessoalmente também conheço, e a Sra. Deputada é muito bem-vinda a este processo, se quiser saber mais com seriedade e não apenas com as suas declarações que são puramente demagógicas.

Eu percebo que tem a ver com uma estratégia eleitoral para as autárquicas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é falso, Sr. Secretário!

O Orador: É normal, estamos no ano disso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

*** Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria colocar uma questão que acho que é importante e que foi referida pelo Sr. Secretário. Tem a ver com a poupança da água, não só na Terceira, mas nas outras ilhas.

Acho que são medidas que têm que ser tomadas urgentemente, porque a poupança da água é essencial para o futuro.

Que medidas concretas tem o Governo nessa área?

Como é que vai implementar essas medidas?

Deixem-me referir que, no que respeita à Terceira, o ano não foi de seca. Houve acontecimentos fora do normal para que houvesse falta de água e faz sentido que haja um esclarecimento (houve já em parte) sobre as razões que estão por detrás dessa falta de água.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

* **Deputado Gaspar Lima (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção que a Sra. Deputada Carla Bretão nos trouxe, de facto é uma intervenção que nos traz um rol de “choraminguices” demagógicas, o que é habitual.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas o que é isso?

Demagógica é essa conversa!

O Orador: A Sra. Deputada sabe muito bem que, mal se soube deste problema da água no concelho de Angra do Heroísmo, a Câmara Municipal e o próprio Governo tomaram medidas concretas para resolver a situação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quais?

O Orador: Quais? Foi identificar o que estava avariado e proceder ao respectivo arranjo. Nem mais, nem menos.

O maior problema de água que tivemos foi no vosso tempo. Tínhamos cortes diários de água.

A Sra. Deputada também conhece muito bem as declarações dos técnicos sobre por que é que aconteceu esta situação.

A Sra. Deputada devia pensar era na água que é distribuída aos utentes, por muitas câmaras municipais do PSD dos Açores, que não tem qualidade para ser distribuída. Era isso que a senhora devia trazer a esta câmara.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este problema da água do concelho de Angra do Heroísmo já está resolvido e vamos continuar a resolver outros que surjam.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para objectivar esta questão.

Esta questão não tem esta dificuldade catedrática. É muito simples.

Faltou a água em Angra. E não foram apenas razões de carácter atmosférico que explicaram essas falhas.

De quem é a responsabilidade?

Obviamente que é a Câmara Municipal de Angra.

É governada por quem?

Pelo Partido Socialista.

E quem é que tem mais responsabilidades nessa questão?

O Governo Regional, que é do Partido Socialista (infelizmente, mas é!).

Portanto, foi e é ao Partido Socialista, no âmbito municipal e no âmbito governamental, que cabe essa responsabilidade.

O Sr. Secretário Regional do Ambiente diz que vai resolver o problema.

Muito bem!

Se resolver estarei aqui para lhe dar os parabéns.

Se não resolver, estarei aqui para lhe imputar as responsabilidades.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

* **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia para dizer ao Sr. Secretário que novamente se está a contradizer.

Ainda outro dia, em Assembleia Municipal, a Presidente dos Serviços Municipalizados, tentou provar que o consumo em Angra do Heroísmo até tinha diminuído. Por isso não percebo as suas declarações de que o consumo aumentou muito rapidamente.

As contradições são mais do que muitas e, por isso mesmo, deixam de ter credibilidade, Sr. Secretário.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para finalizar apenas quero reforçar três questões.

A primeira, é que a governação socialista, na Câmara Municipal de Angra, não investiu e não fez o que devia ter feito para que não faltasse água à população em pleno 2008.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso tem a ver com os investimentos que foram feitos nos relvados sintéticos. Não se aproveitam os fundos, como deve ser, naquilo que supostamente não dá votos e então aproveita-se para fazer festa.

A segunda questão, é que o Plano Regional da Água está aprovado desde 2003 e prevê tudo aquilo que o Sr. Secretário veio anunciar há alguns dias.

Não há novidade nenhuma! Se tivesse começado desde 2003 a fazer aquilo que anunciou há 5 dias, talvez não tivesse acontecido o que aconteceu.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por último, cabe a este Parlamento fiscalizar a actividade governativa.

Por isso estamos aqui e não nos podemos alhear destas questões.

Por isso mesmo, iremos saber muito mais na Comissão de Inquérito.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos suspender os nossos trabalhos e retomamos às 15 horas.

Pedia aos líderes e às representações parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para nos encontrarmos na sala da mesa.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Foi combinado em Conferência de Líderes que temos reunião plenária, amanhã, às 10 horas, sem período de tratamento de assuntos políticos.

Também de acordo com o que ficou combinado na Conferência de Líderes, a discussão dos três diplomas relativos a “**Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**”, apresentados por ordem cronológica, pelo Partido Socialista, pelo Partido Popular Monárquico e pelo Bloco de Esquerda, será feita de forma conjunta.

Os tempos foram distribuídos do seguinte modo:

PPM – 10 minutos

PCP – 10 minutos

BE – 13 minutos

CDS/PP – 19 minutos

PSD – 38 minutos

PS – 60 minutos

Governo Regional – 20 minutos.

Começava por dar a palavra, para apresentar o diploma, ao Partido Socialista.

*** Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A alteração da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 5/2006, de 31 de Agosto, por iniciativa do PS, e com os votos favoráveis do PP, introduziu o círculo regional de compensação, aumentando em cinco o número de deputados.

Propusemos e defendemos a nova lei. Congratulamo-nos com a sua aplicação e o consequente aumento de proporcionalidade.

Congratulamo-nos também com o crescimento do número de grupos e representações parlamentares, mas convocamos todos os partidos para a alteração da orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Fizemo-lo na primeira hora desta legislatura tendo em vista a revisão do regime de financiamento da actividade parlamentar e funcionamento dos gabinetes dos partidos políticos, incluindo as subvenções mensais respectivas, assegurando assim um tratamento mais justo dos diversos partidos e contendo dentro de limites razoáveis os custos respectivos.

À pergunta porquê alterar agora este Decreto Legislativo Regional respondemos do seguinte modo:

Se o não fizéssemos permitiríamos um crescimento desproporcionado das despesas da Assembleia Legislativa superior a 800 mil euros...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... representando nestas rubricas um crescimento de cerca de 50% da despesa, isto é, de 1.6 para 2.4 milhões de euros.

Este facto, só por si, num período em que tanto se fala de crise e se projectam negativamente as economias da generalidade dos países, incluindo o nosso, justificaria a medida ora proposta em nome do sinal que devemos dar aos açorianos, do respeito e seriedade na utilização dos dinheiros públicos.

Ao fazê-lo estamos assim também a proteger a vossa imagem perante os açorianos, assim queiram associar-se a esta iniciativa do Partido Socialista.

Por outro lado, as distorções de proporcionalidade motivadas pela anterior lei eleitoral, que a orgânica da Assembleia Legislativa, na actual redacção, procurou corrigir através de uma discriminação positiva das representações parlamentares e dos grupos parlamentares mais pequenos, deixaram de verificar-se com o actual sistema eleitoral.

Concretizando, esta proposta contém as seguintes alterações:

Artigo 36.º

Subvenção mensal

Passa para 2,5 retribuições mínimas mensais, aproximadamente 475 euros, vezes o número de deputados de cada grupo ou representação parlamentar.

Artigo 37.º

As Representações Parlamentares, passarão a contar com um secretário;

Os Grupos Parlamentares até três deputados, passarão a contar com um secretário e um auxiliar de secretário;

Os Grupos Parlamentares com mais de três e até dezasseis deputados, passarão a contar com um adjunto, um secretário e dois auxiliares de secretário;

Os Grupos Parlamentares com mais de dezasseis e até vinte e oito deputados, passarão a contar com dois adjuntos, um secretário e três auxiliares de secretário;

Os Grupos Parlamentares com mais de vinte e oito deputados, passarão a contar com dois adjuntos, um secretário e quatro auxiliares de secretário.

Esta proposta também introduz alterações no artigo 37.º, nº 3, em que passarão a ter mais um ou dois auxiliares por cada 14 dias, consoante tenham os grupos menos ou mais do que 16 deputados.

O artigo 38º- A reduz o apoio aos Deputados Independentes e o artigo 38º-B limita e torna proporcionais as despesas com material de escritório.

É esta a nossa proposta que queremos ver discutida desde a primeira hora e queremos naturalmente também ver aprovada por esta Assembleia.

Impedimos assim o crescimento de 50% das despesa com o financiamento da actividade parlamentar e a constituição de gabinetes e fazemo-lo ainda assim com um nível de despesa por deputado que corresponde, no caso de uma representação parlamentar, a mais do dobro da despesa do maior partido.

Com a actual lei as representações parlamentares receberiam 185 mil euros por deputado, isto é pelo deputado que a contém, versus 27 mil euros por deputado, no caso concreto, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Isto é, com a actual lei, em vez de mais de duas vezes, teria um custo 7 vezes superior a de um deputado de uma representação parlamentar.

A democracia tem naturalmente custos, mas connosco esses custos serão contidos dentro de limites que consideramos razoáveis e sem demagogias.

Termino com uma pergunta às Sras. e Srs. Deputados dos diversos Grupos e Representações Parlamentares:

Qual o impacto financeiro das propostas que apresentam aqui conjuntamente com esta do Partido Socialista?

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): A pergunta é vagamente retórica, Sr. Deputado!

O Orador: Depende!

Presidente: Para a apresentar a proposta do Partido Popular Monárquico tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da alteração da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, introduzida pela Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, ter projectado o incremento de mais 5 deputados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a mesma aprovou, meses depois, o Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro, que expandiu as despesas relacionadas com o financiamento da actividade parlamentar e da constituição dos gabinetes dos grupos e representações parlamentares.

Dado o significativo aumento das despesas que esta decisão acarretou – de todo inaceitável no actual quadro económico por que passa a nossa Região e o País – urge rever os regimes de financiamento da actividade parlamentar e de constituição dos gabinetes dos grupos e representações parlamentares.

A motivação desta alteração não resulta, portanto, da mutação do quadro da constituição partidária da Assembleia Legislativa, na medida em que a alteração das regras não pode, por definição, resultar da mera análise casuística e maniqueísta da conjuntural projecção partidária na Assembleia Legislativa, sob pena de qualquer decisão formulada nestes pressupostos revestir a natureza de autodefinição do financiamento da força política maioritária.

Outro tanto não se passa em relação ao conjunto de argumentos esgrimidos na proposta do PS. Na verdade, o PS defende, num primeiro momento, que o que motivou a sua proposta foi o aumento do número de deputados. Ora o argumento não colhe, na medida em que o Partido Socialista votou, por unanimidade, a actual orgânica em 2006, meses depois de ter aprovado uma lei eleitoral que aumentava em 5 o número de deputados da Assembleia Legislativa Regional.

O aumento da despesa parlamentar, pela via do aumento dos deputados, era assim fatal como o destino. O que o destino negou ao partido governamental foi o usufruto, por pequeno que fosse, da “sua” reforma eleitoral. Enfim, mais uma prova vivencial de que a predestinação é um dogma muito falível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O argumento centrado no aumento do número de partidos representados no Parlamento é também falacioso, uma vez que o Partido Socialista confessa, no preâmbulo da sua proposta, que esperava aumentar a proporcionalidade do sistema,

algo que necessariamente provocaria o aumento dos partidos representados na Assembleia. Assim, resta-me constatar que os resultados das eleições regionais superaram as piores expectativas socialistas.

Por outro lado, é um imperativo do nosso sistema democrático que todos os grupos e representações parlamentares possuam um mínimo de capacidade para enfrentar a extrema complexidade actual da actividade parlamentar.

Tanto mais que a recente revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região aumentou as competências da Assembleia Legislativa Regional.

Nesse sentido, a alteração que propomos pressupõe uma série de modificações que reduzirão, drasticamente, as despesas dos gabinetes parlamentares, mantendo-se, no entanto, as condições mínimas de funcionamento para cada força parlamentar.

Ora, ao invés, a proposta socialista decapita a capacidade parlamentar dos partidos de menor dimensão e desrespeita os princípios constitucionais da proporcionalidade, decorrente do estado de direito democrático, e da igualdade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

Deputado José San-Bento (PS): Está enganado!

O Orador: Meus senhores, oiçam com atenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Como bem refere o Tribunal Constitucional – no Acórdão N.º 26/2009, de 20 de Fevereiro, no contexto da análise do enquadramento material da acção legislativa exercida no âmbito da orgânica que estabelece as subvenções e os gabinetes parlamentares – a competência da definição das matérias atrás referidas, “deverá ser exercida no quadro de determinados parâmetros condicionadores, atendendo-se a critérios de igualdade e de proporcionalidade que não briguem com a unidade legislativa do ordenamento jurídico nacional”.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas o que é que isso tem a ver?!

O Orador: Ora a proposta do PS contém – e passo a utilizar a descrição factual, utilizada no supracitado Acórdão, que no presente caso tem grande similitude material – “uma diferenciação retributiva considerável, por confronto com o montante devido por aplicação das regras em vigor em matéria de subsidiação dos

grupos parlamentares da Assembleia da República, revelando-se altamente desfavorável para estes”.

Assim, a soma das subvenções parlamentares a usufruir pelo grupo parlamentar do PS e da remuneração do seu gabinete parlamentar atingirá os 786.780 Euros (por ano). Se utilizarmos as regras de subsídio dos grupos parlamentares da Assembleia da República para um conjunto idêntico de trinta deputados, atingiremos um valor de “apenas” 567.000 Euros. Ou seja, os 30 deputados açorianos do PS custam mais 219.780 Euros que igual número dos seus congéneres da Assembleia da República.

Como explicar então este tratamento legislativo desigualitário em detrimento dos grupos parlamentares da Assembleia da República? Poder-se-ia invocar os custos associados à insularidade, mas a própria proposta do PS nega qualquer validade a este argumento, uma vez que no caso das despesas associadas ao caso dos deputados de representação partidária singular, a proposta do PS implica – somando a subvenção e o gabinete – uma despesa anual de 49.748 Euros, em contraponto aos 88.200 Euros que resultam da aplicação das regras de subsídio da Assembleia da República.

Isto significa que o partido governamental se beneficia em mais 39% na comparação directa com a Assembleia da República e penaliza os pequenos partidos da oposição em menos 44% no âmbito da mesma comparação.

Neste sentido, só podemos então concluir que não são os custos da insularidade que explicam a situação desigualitária referida, a menos que os custos acrescidos da insularidade só possam ser descortinados para o partido governamental.

Tendo em conta tudo isto – e a prova realizada de que não existem particularidades ou especificidades regionais, reconhecidas universalmente à maioria governamental e à oposição, que possam justificar tão grande diferenciação de tratamento – considero evidente que a proposta do PS enferma de evidente inconstitucionalidade por clara ofensa aos princípios constitucionais da igualdade e da proporcionalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A solução encontrada, na alteração que propomos, visa terminar com o financiamento do sistema partidário através de verbas oriundas das respectivas subvenções parlamentares mensais, seja através de transferências realizadas ao abrigo de

protocolos, seja através de qualquer outro mecanismo jurídico com a mesma finalidade.

Aliás, o Acórdão, a temos vindo a fazer referência, é bem claro nesta questão.

A Assembleia Legislativa da Madeira reconheceu que – conforme se pode ler no ponto 14.º da resposta enviada ao Tribunal Constitucional no âmbito da apreciação preventiva da constitucionalidade que o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira requereu de algumas normas da Alteração à Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Madeira – “as impropriamente designadas Leis Orgânicas dos Parlamentos Regionais (Açores e Madeira) tenham contemplado, desde sempre, associada aos grupos parlamentares, ou por via deles, esta componente do financiamento público partidário”.

Sucedo que ficou claro que o Tribunal Constitucional considera que a subvenção parlamentar está condicionada, em sentido estrito, à actividade parlamentar.

Qualquer outra interpretação, nomeadamente a que permite o financiamento directo ou indirecto do sistema partidário, resvala para a inconstitucionalidade, uma vez que o Tribunal Constitucional considera o financiamento público dos partidos políticos uma reserva da Assembleia da República.

Ora, do ponto de vista material, é isto que efectivamente se passa em relação à forma de financiamento do sistema partidário açoriano, cuja fonte de financiamento maioritária são precisamente as verbas oriundas dos grupos e representações parlamentares.

Assim, do ponto de vista do seu impacto prático, instrumental e material, a proposta do PS implica, dada a sua natureza, que a Assembleia Regional legisle sobre uma matéria que lhe está constitucionalmente vedada.

Finalmente, prevê-se, na nossa proposta, a criação de mecanismos de controlo interno referentes à utilização das subvenções parlamentares, nomeadamente tornando obrigatória a prestação de contas da utilização das mesmas à Mesa da Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em conclusão, considero que a proposta que acabei de descrever cumpre os dois objectivos que presidiram à sua elaboração: uma redução muito significativa das

despesas e a manutenção das condições mínimas para o funcionamento de todos os grupos e representações parlamentares.

A proposta do PS é, sem necessidade de mais considerandos, claramente inconstitucional.

Presidente: Para a apresentar o seu projecto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

No actual quadro de dificuldades profundas vividas pela generalidade dos açorianos e das açorianas, ou mesmo até em qualquer outra conjuntura mais favorável, todos devemos estar – e o Bloco de Esquerda está – particularmente atentos ao rigor e transparência das contas públicas, seja na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, seja em qualquer direcção regional, seja na presidência do Governo Regional, seja, em suma, em todos os organismos públicos.

A tentativa do Partido Socialista de obter ganhos de popularidade fácil com a demagogia do corte de dinheiros aos políticos, utilizando um populismo de direita muito em moda por essa Europa fora, não evitou que “o tiro lhe saísse pela culatra”, pois sectores diversos da sociedade açoriana vieram a público denunciar que esta manobra, para tentar calar uma parte desta Assembleia, é “gato escondido com o rabo de fora”.

Mas nós, Bloco de Esquerda, acrescentamos um novo dado político a este debate.

O Partido Socialista, com os olhos postos daqui a 4 anos, começa a sentir a urgência de calar as vozes à sua esquerda e, não tenhamos dúvidas, é esta a verdadeira razão da forma e do conteúdo da sua proposta de alteração da Lei Orgânica em vigor.

Ao contrário, a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda assume a defesa da democracia, a defesa da casa da democracia açoriana, e da proporcionalidade no respeito pelos votos dos açorianos e das açorianas, porque para nós não há votos de primeira e votos de segundo e os eleitores e as eleitoras que votaram no Bloco de Esquerda não são menos açorianos do que aqueles e aquelas que votaram no Partido Socialista.

Do ponto de vista financeiro, a nossa proposta permite, no novo quadro da Assembleia Legislativa dos Açores, manter a seriedade e a qualidade do trabalho parlamentar em paralelo com uma contenção de custos importantes.

Permite ainda a introdução de um novo paradigma de funcionamento interno das bancadas parlamentares, mais de acordo com a filosofia de cada partido, num modelo já testado e com provas dadas, nomeadamente na Assembleia da República, em prol da qualidade do trabalho parlamentar desenvolvido nesta casa.

Assumindo o nosso Grupo Parlamentar a proposta de alteração à Lei orgânica por nós apresentada, bem como a filosofia que lhe subjaz, não temos a pretensão de ter alcançado uma obra-prima. No entanto, alcançámos certamente uma proposta séria, dignificadora da casa da democracia açoriana e sobretudo isenta de qualquer instrumentalização.

Disse.

Presidente: Para continuar o debate na generalidade, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota prévia.

O PCP não apresentou nenhuma proposta própria, nem nenhuma proposta de alteração, porque relativamente a este assunto não pretende mitigar um cêntimo que seja ao Partido Socialista ou a qualquer um dos outros proponentes.

O que discutimos hoje não são propostas de alteração à orgânica dos serviços da Assembleia. De forma nenhuma! Uma reforma com esse alcance não foi perspectivada por nenhum dos proponentes. O que discutimos hoje são meramente alterações pontuais de alcance limitado, efeito imediato e vistas curtas, declaradamente apenas com o objectivo de reduzir as despesas com os meios técnicos disponibilizados aos Grupos e Representações Parlamentares.

Não se procura tornar o Parlamento mais eficaz, mais célere, mais informado, mais ligado à realidade da vida e dos problemas dos açorianos. Não se procura, com estas propostas, reforçar a capacidade da Assembleia de propor, debater, fiscalizar.

Não se procura, por fim, reforçar e melhorar o funcionamento da nossa democracia, afirmando a maturidade da Autonomia Açoriana.

Não. Nada disto preocupa os proponentes e, com acrescidas responsabilidades, o Partido Socialista.

O PS demonstrou que está preocupado com uma coisa e uma coisa apenas: limitar ao máximo todas as possibilidades de intervenção de uma oposição que poderia eventualmente ser incómoda para o poder socialista! E esse, senhores deputados, é o único e inconfessado objectivo da proposta que apresentou.

E vale a pena perguntar: de que tem medo o PS Açores?

Porque é que o PS Açores receia a existência de um parlamento eficaz, que fiscalize devidamente a acção do Governo, que proponha, discuta e dirija os destinos da Autonomia?

Porque é que o PS tem medo da democracia?

Arriscamos uma resposta:

É que depois de abandonar todas as suas históricas referências ideológicas, o PS tornou-se apenas nisto: uma máquina de perpetuação do seu próprio poder. Manipulando, comprando consciências, tentando calar os descontentes, pressionando as vozes incómodas – mesmo dos profissionais da comunicação social! –...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Ouçam, Srs. Deputados! Eu sei que vos incomoda!

... recorrendo a todos os meios para continuar a infectar a sociedade açoriana com a sua cultura viral do oportunismo, do “chico-espertismo”, do disciplinado silêncio e cega obediência ao chefe, valorizando os medíocres, punindo os inconformados, odiando o pluralismo e a democracia.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Estalinismo, Sr. Deputado!

O Orador: Este PS traz, nos Açores, como na República, a marca dos mais negros tempos da história portuguesa recente e demonstra-o claramente na prática, pese embora as ocas declarações dos seus dirigentes do momento.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ouvimos na passada Terça-feira, nesta câmara, o Partido Socialista tentar disparatadamente reclamar para si a paternidade do novo Estatuto Político-Administrativo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem! Foi ridículo!

O Orador: Mas, hoje, demonstra não ter percebido o alcance das alterações que, com outros (não sozinhos!), aprovou sem ter nenhuma compreensão do que são os novos desafios da Autonomia.

E, senhores deputados, defender a autonomia é valorizar as suas instituições.

Defender a autonomia é combater o abstencionismo e o alheamento dos cidadãos.

Defender a autonomia é reforçar a sua natureza profundamente democrática de proximidade entre governantes e governados. Defender a autonomia é dar voz às muitas vozes do povo açoriano (que não é só uma), origem e destino dos poderes que exercemos.

É, por isso que assistimos, com tristeza, a mais um passo decisivo para a “jardinização” da democracia açoriana, à desvalorização do seu parlamento, à menorização da sua liberdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PCP/Açores está empenhado numa verdadeira reforma do Parlamento, que leve em conta, não só a necessidade de racionalizar recursos, como também lhe dê os meios indispensáveis para assumir o seu novo papel, adaptando-o à realidade da sua nova composição, criando os espaços, tempos e instrumentos para que possa colher da riqueza da diversidade de posicionamentos políticos as soluções que os Açores precisam.

Entendemos que esse processo terá de nascer de uma reflexão profunda que permita construir consensos e dar a necessária estabilidade à regulamentação do funcionamento parlamentar. Por isso, lançámos a todos os partidos representados na Assembleia Legislativa o desafio da criação de uma Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento (já que não nos é dada a possibilidade regimental, por sermos uma representação parlamentar, de a propor formalmente) uma Comissão que possa,

dizia, que possa, em tempo útil – e ao contrário do que sucedeu no mandato anterior – produzir não só uma proposta de alteração da orgânica dos serviços, como também do Regimento desta Assembleia.

Pensamos que este é o caminho a seguir se queremos, de facto, modernizar o nosso Parlamento, recusando soluções apressadas e não ponderadas, que são as que hoje temos perante nós, e que eu me recuso enquanto representante e deputado eleito, de discutir.

Vou abandonar a sala do plenário e só regressarei na altura da votação.

Disse.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Um exemplo de democracia, Sr. Deputado!

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso é que é democracia!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Depois lê o Diário das Sessões! É mais fácil!

Presidente: Vamos prosseguir com o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Está em discussão a alteração da organização do Parlamento dos Açores, o primeiro órgão da Autonomia, o único que é eleito directamente pelos açorianos.

Por isso, e desde logo, gostaria de fazer referência a uma questão de processo. Um processo com esta dimensão deveria ter sido (só poderia ter sido) consensualizado. Não está aqui em causa a organização de um Grupo Parlamentar ou de uma Representação Parlamentar. Está aqui em causa a organização do Parlamento.

Por isso a consensualização parece-nos ser uma condição necessária e absoluta para um processo desta dimensão.

Por outro lado, um processo desta natureza deveria ter sido debatido, maturado, com tempo, envolvendo todos na perspectiva de que não é à pressa...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pressa?

O Orador: ... que se faz uma alteração com as implicações como aquela que o Partido Socialista quis aqui trazer.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Estamos a trabalhar há 3 meses, Sr. Deputado!

Deputado Herberto Rosa (PS): Esteve uma Comissão reunida e não apresentaram uma única proposta!

O Orador: A pressa reflectida desde logo na precipitação de apresentar este projecto com urgência e dispensa de exame em Comissão.

Foi o Partido Socialista que teve essa iniciativa. O Partido Socialista é que teve a iniciativa de apresentar com urgência e dispensa de exame em Comissão.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: Sr. Deputado, percebo que à falta de argumentos, a mentira seja a única arma possível.

Sr. Deputado, quem apresentou nesta casa uma proposta...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi o Partido Socialista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade, Sr. Deputado. O pedido de urgência é posterior!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas vamos esclarecer isso!

O Orador: O senhor não pode esclarecer mais do que aquilo que esclareceu.

O senhor primeiro disse que não havia urgência e logo a seguir diz que o pedido de urgência entrou. O senhor é que disse, não fui eu. O senhor é que colocou na sua boca exactamente aquilo que enterrou o vosso argumentário.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Este processo devia ser de todos, consensualizado e com o devido tempo. Acabou por ser o PS a querer fazê-lo sozinho e à pressa. O que deveria ser de todos e com tempo, o PS quis impor que fosse sozinho e à pressa.

O PS começou muito mal este processo.

De resto, como diz o próprio Partido Socialista (ainda há pouco foi dito aqui na apresentação desta proposta), esta iniciativa decorre da nova Lei Eleitoral aprovada pelo Partido Socialista.

O Partido Socialista enche a boca a dizer que contribuiu para o aumento da representatividade nos Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E o PP também! O PSD é que não! É histórico!

O Orador: O senhor deixe-me falar. É um nervosismo! Ninguém pode falar!

O Partido Socialista enche a boca a dizer que é que promoveu o aumento da representatividade deste Parlamento.

Deputada Catarina Furtado (PS): E é verdade!

O Orador: Ao mesmo tempo que enche a boca a dizer isto, esvazio os meios para o Parlamento funcionar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: Absoluta incoerência!

É importante que fique claro que o PSD não se sente afectado nos meios, em termos decisivos.

O PSD não é o partido mais afectado! Obviamente que não é!

Deputado Helder Silva (PS): Nós também somos!

Deputado Hernâni Jorge (PS): O mais afectado é o PS!

O Orador: O PSD entende que aquilo que o Partido Socialista está a tentar fazer neste Parlamento, calando os pequenos partidos, é de facto indigno para a imagem e para a importância que este Parlamento deve ter.

Deputados Rui Ramos e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o novo Estatuto, que também mais uma vez de forma ridícula o Partido Socialista tentou abraçar como se fosse só seu, dá-nos mais poderes, dá-nos mais competências. Mas na mesma medida em que o novo Estatuto dá mais poderes, dá mais competências ao Parlamento, mais uma vez o Partido Socialista, de forma incoerente, tira meios para o Parlamento funcionar. Mais uma vez absoluta incoerência!

Deputado Helder Silva (PS): Não é ao Parlamento!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Quando se fala aqui na dignificação do Parlamento, é importante que se sinta convictamente o que se está a dizer, porque a dignificação desta casa, perante os

açorianos e perante cada um de nós, é essencial e cabe também ao Parlamento. Não pode ser o Parlamento a dizer, através dos Srs. Deputados, é importante dignificarmos o Parlamento, e esperarmos que sejam os cidadãos por si só a tomar essa iniciativa.

Cabe a nós, ao Parlamento, promovermos acções que dignifiquem esta casa. Mas se é o Parlamento a promover esta mensagem, se é o Parlamento a promover a mensagem que é preciso reduzir meios, isto é, a fazer criar a ideia de que o Parlamento tem meios a mais, tem meios em excesso, anda a esbanjar, quando se está a fazer isso, está-se a pôr a em causa a dignidade deste Parlamento.

Deputado Rui Ramos e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: A isso o PSD não se alia de forma alguma. O PSD está manifestando claramente a sua posição contra isso!

Não é fazendo crer (bem sabem os senhores que não é assim!) que o Parlamento tem meios a mais que dignificam o Parlamento.

Deputado Helder Silva (PS): Não é o Parlamento!

O Orador: Com isso estão a prestar um péssimo serviço ao Parlamento dos Açores e sobretudo um péssimo serviço à democracia!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ninguém disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: Por outro lado, o Parlamento é, de facto, o primeiro órgão da Autonomia a quem cabe designadamente fiscalizar a acção do Governo.

Ora, com esta posição o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer que cada vez menos o Parlamento possa fiscalizar o Governo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer que o Parlamento, o primeiro órgão da Autonomia, tenha cada vez menos meios para fiscalizar o Governo.

O Governo tem, desde logo, na sua máquina administrativa, legitimamente, cerca de 18 mil funcionários.

Só nos gabinetes dos membros do Governo estão 52 elementos.

Deputado José San-Bento (PS): Só?!

O Orador: Estou a falar nos gabinetes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por acaso na minha conta são 53!

Deputado Carlos Mendonça (PS): É menos que o Gabinete do Paulo Portas quando era Ministro!

O Orador: Eles vão entrando e saindo com grande velocidade.

Só o Gabinete do Sr. Presidente do Governo tem 1 chefe de gabinete, 7 assessores, 2 secretários particulares...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faz parte da orgânica!

O Orador: Faz parte da orgânica, mas tem 6 colaboradores contratados em regime de avença.

É este excesso, que para o Governo é uma grande coisa, que de forma absoluta retira toda a legitimidade ao aparente e ilusório esforço de contenção que aqui é trazido pelo Partido Socialista.

Por outro lado, os pressupostos que estão na base da proposta do Partido Socialista também estão errados. Foi feita crer a ideia, como de resto consta do preâmbulo da proposta do Partido Socialista, de que com “a nova Lei Eleitoral há um aumento exponencial das despesas do Parlamento”.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E é verdade!

O Orador: Ora, de acordo com um documento entregue pela Presidência da Assembleia aquando da audição relativa ao Orçamento desta casa, foi referido que para os deputados o aumento foi de 2,17%, decorrente da nova Lei Eleitoral.

Para o pessoal dos Grupos e Representações Parlamentares esse aumento foi de 4,12%.

Isto é, o tal aumento exponencial que faz com se corte em tudo e em todos, especialmente nos mais pequenos é apenas e só de 2,17% para deputados e de 4,12% para os gabinetes.

O próprio argumento do Partido Socialista cai por terra. Ilusão! É só fumaça!

Fumaça, para quê?

Para iludir os açorianos no sentido daquilo que é o vosso único objectivo, cercear a actividade daqueles que podem fiscalizar a acção do Governo.

Isso é que é importante.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O PSD, por seu lado, perante toda esta situação, assumiu uma postura responsável, potencialmente congregadora e envolvendo duas perspectivas. Em sede de Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou contributos concretos. Podia tê-lo feito, legitimamente com propostas assumidas por mais, mas entendemos que este era mais um esforço, se calhar o último esforço, de, sem carimbos e sem protagonismos partidários, envolver todos e trazer todos ao bom senso, especialmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que é necessário a um processo com esta dimensão.

Apresentámos estes contributos com sentido de responsabilidade política, construtivo de uma solução que ao mesmo tempo promovesse a contenção de despesas, que achamos que é essencial, e garantisse os meios necessários para os Grupos Parlamentares poderem funcionar.

Em relação à pergunta que foi colocada, a proposta que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou implica uma redução de 320 mil euros, isto é, um contributo...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: ... que o PSD dá para a redução das despesas deste Parlamento.

O que é certo, é que para nós é essencial que a contenção de despesas não ponha em causa o funcionamento dos Grupos Parlamentares.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Implica um aumento de 350 mil euros em relação a 2008!

O Orador: Uma redução de 320 mil euros.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Há um aumento em relação a 2008!

O Orador: Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o sentido de responsabilidade que o PSD encara em toda a sua actividade política e partidária tem, na sua base, pressupostos de seriedade, seriedade nas nossas propostas, sem atacar ninguém, sem querer calar ninguém, nenhum grupo parlamentar, e sobretudo sem atacar o Parlamento dos Açores e a democracia, porque estamos cientes e esperamos que o bom senso impere e que esta precipitação de quem está a sentir o chão a fugir debaixo dos pés, como o PS vai manifestando todos os dias, tenha tino.

Assumam algumas dessas propostas para dignificarem o Parlamento e para darem um sinal de que cada vez mais este Partido Socialista vai ficando isolado, vai ficando sozinho, sozinho na sua arrogância, na sua vontade de mandar em todos e pelos vistos neste Parlamento também há muitos que não vão na vossa cantiga e que assumem a defesa dos seus interesses com a mesma convicção, com a mesma força, como pelos vistos, o Partido Socialista assume a defesa do poder, pelo poder para se manter na posição pretensamente confortável que estão.

Deputado Ricardo Cabral (PS): A maioria dos açorianos votou no PS há pouco tempo!

O Orador: Da nossa parte, e como disse no início, o PSD não é o partido mais afectado, mas porque entendemos que os interesses das Região, a imagem do Parlamento, é mais importante do que qualquer interesse partidário, assumimos aqui a posição que assumimos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que o Partido Socialista não tem vontade de discutir a fundo este problema e a sua vontade materializou-se na imposição de tempos globais para o debate deste diploma, votados contra por toda a oposição na conferência de líderes.

Ou seja, o Partido Socialista impôs um tempo global para a discussão deste diploma ao arrepio daquilo que era tradição nesta casa.

Não faço nem mais um comentário sobre essa matéria. Os senhores e os açorianos que estão em casa vão tirar as conclusões, porque sobre esta matéria os senhores não deviam ter o mínimo de medo de discutir o que quer que seja e deviam ter aceite discutir até se esgotarem os argumentos. Os senhores não quiseram discutir o problema.

Deputado José San-Bento (PS): Já discutimos isso noutras situações!

O Orador: Então por que é que puseram um tempo global, Sr. Deputado?

Os senhores impuseram tempos globais.

Este projecto de alteração à orgânica teve, da parte do Partido Socialista, uma única motivação. A motivação que o Partido Socialista teve foi os resultados eleitorais de Outubro passado.

Portanto, o verdadeiro fundamento para o Projecto não pode deixar de ser apontado como o concreto resultado eleitoral.

Pelo que agora é dado perceber, o resultado eleitoral para o Partido Socialista foi não só verdadeiramente inesperado, mas sobretudo considerado algo a corrigir.

Portanto, o Partido Socialista quer corrigir a democracia, o sistema democrático...

Deputado Helder Silva (PS): Corrigir sim! A democracia não!

O Orador: ... e a proporcionalidade que o senhor falsamente se orgulha e diz prezar.

Não preza, porque se prezasse não estava a fazer isto.

Nada como a história para nos ensinar.

Eu, que nunca utilizei a expressão “fim de ciclo”, sou obrigado a ver, pela história, que os senhores estão em fim de ciclo.

1992 – Aqui, neste local, um debate parecido, o Presidente do Governo, na altura o Dr. Mota Amaral, queria uma redução de custos na Assembleia, mas começou por dar o exemplo no seu Governo, coisa que os senhores não fazem.

Dizia o Dr. Mota Amaral:

“Este mandato será pois marcado por um sério esforço no sentido da estabilização financeira e da redução das despesas públicas.

A redução do número de membros do Governo aponta já neste sentido.” Estava a dar o exemplo. “Oportunamente se há-de operar a redução do número de departamentos governamentais e das respectivas direcções regionais e outras unidades orgânicas.

Estou certo que a Assembleia Legislativa (fazia um apelo) não deixará de dar, para incentivo de todos nós, o seu próprio contributo”.

A semelhança também vem nos argumentos aduzidos pelo Partido Socialista de hoje.

O Dr. Mota Amaral, na altura, também se escudava na crise e dizia:

“Alastra por todo o Hemisfério Norte um quadro de recessão económica que não pode deixar de nos preocupar a todos.

Muito pior são as condições do Hemisfério Sul onde a estagnação também se alastra.

O Governo tem o papel equilibrador que lhe cabe devido às condições próprias da nossa insularidade”.

A crise repete-se nesta altura. Os argumentos são os mesmos que se usavam na altura. Os senhores usam-nos agora.

Mas agora ouçamos o que dizia o Deputado da oposição Carlos César (e dizia bem, curiosamente):

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Sr. Deputado San-Bento, quando houver uma vaga no teatro o senhor é sempre candidato.

“O Governo teve e tem ao seu dispor todos os instrumentos constitucionais e estatutários para governar melhor e bem e até tem, com reforçada maioria parlamentar (...)”, exactamente como agora, embora com menos um deputado, “(...) que naturalmente o apoiará no que dela depender.

Em termos de eficácia e de modernidade do sistema, atacar a Assembleia, é uma falsa questão.

Em nome dos supostos ganhos de eficácia podemos obter importantes perdas de democracia.

Não defendemos nenhuma sorte atenta na expressão de parlamentarismo serôdio. A tarde e a más horas só chegam os advogados do poder absoluto de um governo e não os como nós, deputados, com sério poder executivo ao lado do poder legislativo fiscalizador, vivo e respeitado.”

Serôdio, era a palavra, e bem, que usava Carlos César.

Meus senhores, a comparação histórica de há 16 anos, esclarece todas essas matérias.

Mais palavras para quê?

“Serôdio”, Sr. Deputado Helder Silva. Presumo que sabe o que quer dizer.

Sr. Deputado Helder Silva, vamos ao exemplo do Dr. Mota Amaral que queria reduzir no seu Governo e queria poupar. Vamos ver então, comparando, o que é que propunham em termos de pessoal de gabinete do governo e dos grupos parlamentares.

Primeiro gráfico, bem elucidativo: Secretário Regionais, Presidente do Governo e os Grupos Parlamentares. É só olhar!

Vejam a proporção. O Sr. Presidente do Governo gasta quase tanto como os Grupos Parlamentares.

Deputado José San-Bento (PS): Vamos comparar o que é comparável!

O Orador: Não! Vamos comparar a despesa, a poupança, o exemplo e os custos com o pessoal de gabinete (adjuntos, secretários, membros do governo, Presidente do Governo e grupos parlamentares).

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é comparável!

O Orador: É comparável. Olhe, poupança, meus caros amigos.

Olhe para aqui. Pessoal de gabinete do Governo Regional dos Açores, dois terços.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista: 11 milhões, 591 mil, na legislatura.

Nestes Grupos Parlamentares, incluindo o vosso, 4 milhões e 300 mil.

Veja a diferença, e isto é que é comparável, se queremos dar o exemplo de redução de custos ao povo açoriano.

O povo tem que saber isto que aqui está escrito.

Deputado Helder Silva (PS): Essas contas estão mal feitas!

O Orador: Estas contas estão muito bem feitas e tenho-as aqui.

Deputado Helder Silva (PS): Também temos!

O Orador: Então faça o favor de apresentar os números. Não temos é tempo, porque o senhor não quis discutir estes números...

Deputado Helder Silva (PS): Peço desculpa, mas estamos sempre disponíveis para discutir!

O Orador: ... porque se o senhor tivesse dado tempo eu explicava-lhe um por um, aqui dentro. Por isso tenho que me socorrer disto para mostrar aquilo que os senhores não querem discutir nesta casa e se recusam. Impuseram aqui “a lei da rolha”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Aqui está outro gráfico para os açorianos verem bem. Não lhe admito e desafio Sr. Deputado Helder Silva (não temos tempo aqui dentro!), lá fora, a discutir comigo os números que aqui tenho. Fiz contas e sabemos fazê-las.

Agora, quem sabe fazer bem contas são estes aqui: olhe, 12 milhões de euros!

Isto o senhor não consegue refutar.

Diga-me Sr. Deputado, quanto é que gasta os gabinetes dos Membros do Governo?

Deputado Hernâni Jorge (PS): A Assembleia gasta mais do que os 4 milhões que o senhor disse aí!

O Orador: Estou a falar só dos adjuntos e do pessoal de gabinete (adjuntos e secretário).

Por último e para terminar, dizer Sr. Deputado, que fizemos uma proposta equilibrada, que mantém o mínimo de dignidade às representações e grupos parlamentares e que em relação à vossa é mais poupada. Na legislatura poupa, em relação à vossa, mais de 200 mil euros.

Deputado Hernâni Jorge (PS): 120 mil euros!

O Orador: A vossa gastará qualquer coisa como 5 milhões, 666 mil e a nossa 5 milhões, 436 mil.

Portanto, 229 mil euros de diferença, mais euros, menos euro, como alguém dizia aqui há uns dias. Estou a falar da legislatura, dos 4 anos.

Nem que fosse um euro, era mais poupada.

Sr. Deputado Helder Silva, respondo ao seu desafio. Aceite aquela que poupa mais. Aceite as propostas que nós fizemos que poupam mais que as vossas, mas que mantém, ao contrário da vossa, a dignidade mínima desta casa.

Um dia há-de explicar isto aos açorianos.

Fico à espera que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresente as suas contas e o CDS/PP está disponível para discutir convosco esse assunto, aqui ou numa próxima reunião plenária.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para solicitar um esclarecimento que já tinha sido feito na parte final da intervenção do líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O CDS/PP de certa forma já respondeu a isso trazendo os números da sua proposta. Era importante para este debate que os diversos partidos que apresentaram projectos e aqueles que entretanto apresentaram propostas de alteração aos projectos em apreciação, informassem a câmara dos valores das respectivas propostas para que o debate pudesse efectivamente ser melhor compreendido por aqueles que nos ouvem e não nos ficarmos por alguns “*sound bytes*” de quem anuncia que propõe reduções quando efectivamente propõe aumentos, como teremos oportunidade de demonstrar.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Só para mais um telegrama, Sr. Deputado Hernâni Jorge.

O custo que um deputado tem com o seu pessoal de gabinete, de valor anual, aqui na Assembleia, é de 18 mil e 900 euros. Anda à volta dos 19 mil euros.

O custo que um membro do Governo tem com o seu pessoal de gabinete, em média, é de 240 mil euros ano e um deputado gasta com o seu pessoal de gabinete, 75 mil euros. Um membro do Governo gasta 965 mil euros, quase 1 milhão numa legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, eu pedia uma reunião de 5 minutos da conferência de líderes.

Eram 16 horas e 10 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 35 minutos.

De acordo com a reunião de conferência de líderes, ficou acordado atribuir mais 5 minutos a cada uma das forças parlamentares aqui representadas.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos sendo certo que os tempo globais são entendidos, conforme resulta do artigo 132º, quer para o debate na generalidade, quer na especialidade.

Ainda não tínhamos terminado o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Temos que centrar a discussão naquilo que efectivamente estamos a apreciar e que é a alteração à orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Mesmo na discussão que estamos a fazer da orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, há comparações que podem ser feitas. O Sr. Deputado Artur Lima podia ter feito e podia ter transformado em gráfico azul e rosa.

No ano de 2008, a média de encargos com o gabinete de apoio ao Partido Socialista, por deputado, foi de 10 mil, 385 euros e 28 cêntimos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É normal!

O Orador: A média dos encargos com o gabinete da Representação do Partido Popular foi de 126 mil, 709 euros e 2 cêntimos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi a vossa proposta orgânica!

O Orador: O gabinete de apoio ao Sr. Deputado Artur Lima custou mais que a média dos gabinetes governamentais. Uma boa comparação! Daria um bom gráfico para o Sr. Deputado Artur Lima nos trazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que votou a favor?

O Orador: Estamos a falar de comparações e de gráficos. Sr. Deputado Artur Lima, é uma comparação que os números não nos deixam enganar.

Repito: 126 mil, 709 euros e 2 cêntimos, foi o que custou o gabinete de apoio ao Deputado Artur Lima no ano de 2008.

Mais uma questão:

O desafio foi lançado, mas o silêncio mantém-se.

Consta do relatório, foi dito em Comissão e foi reafirmado em tom solene daquela tribuna, que o Bloco de Esquerda tem uma contenção de custos pela redução de gastos e que a sua proposta alcança o mesmo efeito que a do Partido Socialista.

Nada mais errado!

Nada que falte mais à verdade do que isto.

A Sra. Deputada Zuraida Soares gosta de fotografias, certamente que também apreciará um gráfico.

No ano de 2008, os custos a que se referem os artigos 36º e 37º da orgânica foram de 1 milhão, 608 mil, 129 euros e 23 cêntimos.

A aplicação da orgânica, sem alterações, ao ano de 2009 e à nova configuração parlamentar, resultante da alteração à Lei Eleitoral, implicaria um gasto de 2 milhões, 402 mil, 662 euros e 24 cêntimos no ano de 2009.

A proposta do Partido Socialista implica uma ligeira redução relativamente aos gastos verificados em 2008 e custa, nestes dois artigos, ao Orçamento da Assembleia, 1 milhão, 553 mil, 225 euros e 4 cêntimos.

A proposta do Bloco de Esquerda custaria, se fosse aprovada em 2009, 2 milhões, 544 mil, 697 euros e 76 cêntimos, mais 140 mil euros do que a manutenção da actual orgânica sem qualquer alteração.

Sra. Deputada, não bastam os “*sound bytes*”. Já dizia William Paley, nos seus princípios da moral: “os sons às vezes operam milagres, mas apenas operam milagres pela ignorância”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

*** Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Já ouvimos dizer muita coisa neste debate e ouvimos por exemplo dizer alguém que, no exercício da democracia, e cujas origens pertence está ausente desta sala, o Deputado Comunista, que o Partido Socialista tem medo da democracia.

Talvez porque não estava cá na altura, o Sr. Deputado Comunista não sabe, ou não se recorda, ou não foi informado, que foi o Partido Socialista que apresentou, que defendeu na primeira linha, a alteração da Lei Eleitoral que permite que hoje tenhamos esta configuração neste Parlamento, contra aqueles que também nessa altura punham dúvidas de constitucionalidade (como a história se repete!) relativamente ao círculo regional de compensação.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Dizia nessa altura, e vou citá-lo com muito gosto, o então Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, hoje digníssimo Presidente desta Assembleia, Deputado Francisco Coelho:

“Aceitemos alegremente pagar o preço da generosidade, que só os grandes em número e em valor ousam suportar e alegremente sobreviver. Facilitemos o aumento da pluralidade nesta casa.”

Claro, Srs. Deputados, que nesta altura tínhamos consciência que o aumento de Deputados no Parlamento Regional ia ter implicações financeiras. Eram mais 5 Deputados, com tudo o que se associa à sua actividade.

Mesmo que nós socialistas estivéssemos distraídos, nessa altura, teríamos tido cá o Deputado Alvarino Pinheiro para nos recordar que o único aspecto menos positivo, do então Projecto de Lei do Partido Socialista em apreciação, “prende-se com o aumento do número de deputados e com o impacto negativo nos gastos da Assembleia”.

O Partido Socialista fez uma opção, assumiu uma via. Não foi pela via preconizada pelo PP de que só 25% dos deputados é que estivessem afectos permanentemente. Não foi pela via de reduzir 15% nas despesas do Parlamento, porque a democracia reside no povo e os deputados são os legítimos representantes do povo e, como tal, tinha que se sobrepor a representatividade e a pluralidade a qualquer outra questão.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também é verdade que não se pode fazer isso a qualquer preço.

Não se pode concomitante e paralelamente, ao aumento dos deputados, também fazer disparar as despesas com o funcionamento do Parlamento.

Portanto, o Partido Socialista apresenta esta proposta.

Também ouvimos aqui dizer, e lemos nomeadamente no preâmbulo da proposta do Bloco de Esquerda, que existem deputados de primeira e de segunda.

Existem, Sra. Deputada! É verdade!

E eu diria que se todos os homens nascem livres e iguais nos direitos, também os deputados têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações, porque o seu mandato emana do voto livre e democráticos dos açorianos e das açorianas que neles confiaram.

Portanto, há deputados de primeira e de segunda.

Há deputados que têm direito, com a actual configuração orgânica, a um *staff* de 3 elementos.

Com a actual configuração, o *staff* do Deputado eleito pelo PPM, na Ilha do Corvo, é de 3 elementos.

O *staff* do Bloco de Esquerda, que integra dois elementos, é 2,5 por cada um, ou seja, tem 5 elementos para dois deputados.

O Grupo Parlamentar do PP tem a *ratio* de 1, ou seja, para cada deputado tem um elemento de apoio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é pouco!

O Orador: E é pouco? Muito bem!

Mas então o que dizer do PSD que para 18 deputados tem um *staff* de 7 elementos e uma *ratio* de 0,38?

E das vítimas, neste caso, que são os Deputados do PS...

(Risos do Deputado Artur Lima e de alguns Deputados da bancada do PSD)

... que para 30 deputados tem apenas um *staff* de 8 elementos com uma *ratio* de 0,27?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Qual é a legitimidade que qualquer um destes deputados dos grupos e representações parlamentares que aqui citei, tem mais do que eu?

Deputados Ricardo Cabral e Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Pergunto:

Como é que se resolve isto?

É aumentando exponencialmente?

É dando aos Deputados do PS as mesmas condições de trabalho que têm esses deputados?

Ou é tentando, numa perspectiva de contenção, mas também de equilíbrio e de justiça relativa, digamos, pedir um pouco de sacrifício a todos?

É o que a nossa proposta faz. O PS começa por cortar na sua próprio estrutura de apoio.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: E corta obviamente em todos de forma proporcional porque é a única forma de conseguirmos obter o desiderato de conter (não é reduzir!) os custos de funcionamento da Assembleia.

Portanto, há uma coisa que tem que ficar muito clara nesta Assembleia:

O Partido Socialista não tem, por mais que digam que o Partido Socialista tenha, vergonha ou qualquer complexo com a sua maioria nesta casa.

Temos maioria porque ela foi-nos conferida pelo povo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: E vamos exercê-la sempre que acharmos justo e de direito, porque foi para isso que o povo nos deu o mandato e nos colocou nesta casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Vamos lá ver se nos entendemos.

Há aqui uma inversão curiosa.

Os senhores têm maioria absoluta, os senhores vão votar a alteração que muito bem entenderem e estão nervosíssimos.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Não! Não!

Deputado Berto Messias (PS): Chama-se democracia!

A Oradora: Neste caso o Bloco de Esquerda vai perder o pouco que tem e está altamente tranquilo.

Portanto, esse nervosismo deve vir de alguma outra razão que não é propriamente aquilo que se está a discutir, porque os senhores devem estar tranquilíssimos. Têm legitimamente a maioria que o povo açoriano vos deu e vão votar como, quando e aquilo que entenderem. Sobre isso ninguém tem a mínima dúvida, nem a vossa bancada, nem as bancadas das diferentes oposições.

Eu parti do princípio que o debate sobre a alteração de uma lei orgânica desta Assembleia não é só, nem exclusiva nem essencialmente, um debate contabilístico. É sobretudo um debate político, é um debate de justiça e é um debate de proporcionalidade.

Eu não tenho especialidade contabilística e acredito que a maior parte dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas não a terão.

Os números são muito importantes, Sr. Deputado. Claro que sim.

Mas a manipulação dos números é que serve a política.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Já devia ter feito a conta!

A Oradora: Tenha calma, Sr. Deputado. Deixe-me acabar.

Eu já vi esse papelinho na sua mão várias vezes. Escusa de me amostrar. Melhor! Eu tenho óculos, mas venho bem!

Sr. Deputado, eu não falei em deputados de primeira e de segunda. Falei em votos de primeira e votos de segunda. Releia aquilo que está escrito.

Se os deputados de primeira e de segunda, existem, resultam da lei orgânica que os senhores aprovaram.

Deputado Herberto Rosa (PS): A senhora conhece isto?! Leia e depois fale!

A Oradora: O Bloco de Esquerda não participou dessa votação.

O Bloco de Esquerda não participou de uma discussão e de procura de consenso alargado ao longo de 5/6 meses, até que a actual lei orgânica em vigor estivesse concluída e consensualizada.

Os senhores tiveram todo o tempo do mundo para elaborar e aprovar uma lei que não criasse deputados de primeira e de segunda.

No entanto, os senhores criaram. Agora, não ponha o ónus da culpa em cima das outras bancadas e muito menos em cima da bancada do Bloco de Esquerda, porque nem sequer estava cá.

Portanto, se há deputados de primeira e de segunda a responsabilidade primeira é da vossa bancada.

Quando à redução de custos, a nossa proposta é uma proposta, como muito bem sabe, aberta, é uma proposta para ser debatida e discutida, que é isso que se faz numa Assembleia plural e democrática, em que as oposições são ouvidas e têm uma palavra a dizer e onde a maioria, exactamente por ser maioria absoluta, tem atenção as opiniões dos outros para não se tornar autoritária. É a diferença, Sr. Deputado, entre uma maioria democrática e uma maioria autoritária e autista.

Se o Sr. Deputado tivesse feito as contas sabia que naquilo que não ficou aberto, que são as subvenções (outra vez o papelinho, Sr. Deputado? Isso já é perseguição!) e nos apoios parlamentares, a proposta do Bloco de Esquerda, só aquilo que está aparentemente fechado, poupa 6% relativamente à lei orgânica actual.

Portanto, esse papelinho apenas prova, aliás foi provado neste debate, que os números são manipuláveis.

Os senhores falam de uns números. As bancadas das oposições falam de outros.

A leitura política dos números é que é importante, Sr. Deputado, porque isto não é uma central de contabilidade. Isto é uma assembleia de representantes do povo.

Portanto, não é só a contabilidade que importa.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas é ou não verdade que aumentam os números!

A Oradora: Sr. Deputado, acabei de responder a isso.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É verdade!

A Oradora: Não, Sr. Deputado, não é.

Agora, há uma pergunta que gostaria de fazer ao Sr. Deputado Helder Silva, porque criou-me alguma curiosidade e até estranheza.

O senhor na sua primeira intervenção, quando apresentou o projecto de alteração da lei orgânica, virou-se para nós, concretamente, para aquela bancada e disse: fazemos isto para proteger a vossa imagem.

Sr. Deputado, queria perguntar-lhe, se me permite, onde é que o senhor está?

Isto não é a nossa imagem?

Deputado Mark Marques (PSD): Ele é autista!

A Oradora: Ou, se o senhor está tão fora desta imagem tem a pretensão de nos proteger de quê?

Eu queria lembrar ao Sr. Deputado que o senhor está tão dentro desta casa quanto qualquer outro deputado ou deputada.

E não é facto de estar na maioria que o põe fora seja daquilo que for.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista:

Com toda a estima que tenho pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge, devo dizer-lhe que a sua argumentação é politicamente desonesta, porque foram os senhores os proponentes e os autores da revisão da orgânica.

Foi este Partido Socialista que em 96 fez questão de marcar a diferença em democracia e marcou a diferença dando os adjuntos, que não existiam noutra tempo, aos Grupos Parlamentares.

Orgulhava-se então César, o seu Governo e essa maioria, e bem, de dar mais condições aos Grupos Parlamentares dando-lhes os adjuntos que na altura não tinham. Fez muito bem! Refrescou a democracia!

Agora está a fazer o contrário, por isso, usando as palavras do Sr. Presidente do Governo, ela é serôdia. Perceberam, Srs. Deputados?

Pelos vistos aprende-se depressa com a história.

Nós defendemos 25% de redução de Deputados não afectos por uma razão muito simples, para dar oportunidade de vir a esta casa gente com muita qualidade e que

não pode despende o seu emprego para vir aqui a 100%. Esse é que é um contributo para a democracia, porque não temos obviamente empregos a dar a gente não qualificada.

Deputado Herberto Rosa (PS): Isso é uma falsa questão!

O Orador: Isso, sim, era uma poupança interessante.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, quanto aos gastos, vou responder-lhe com produtividade:

Intervenções na anterior Legislatura:

Deputado do CDS/PP - 31

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não conhecemos o folheto!

O Orador: Custa-lhe ouvir, mas vai ouvir.

Deputado do PS – 7

Deputado Hernâni Jorge (PS): Trabalhamos em equipa!

(Aparte inaudível do Deputado Ricardo Cabral)

O Orador: O senhor não usou uma média. O argumento é o mesmo que o seu. É a média precisamente.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, tenho muito gosto em que V. Exa. se inscreva e participe no debate. Sabe que tenho sempre muito gosto em debater consigo.

Declarações políticas:

Deputado do CDS/PP – 4

PS – 0.2, ou seja, 0 em números matemáticos.

Projectos de Decreto Legislativo Regional:

CDS/PP – 6

PS – 0.4, ou seja, em termos absolutos, 0. Ainda não passa para 1. Não sei se percebe, mas tem que ir acima do 0,5.

Está explicado, Sr. Deputado. O critério foi honesto, foi o que o senhor utilizou.

Eu socorri-me da média.

Deputado Rogério Veiros (PS): Quero ver essa média para 5 deputados!

O Orador: Foi o critério que o senhor usou.

Acho que toda a gente ficou esclarecida nesta casa.

Outros comentários, podia até fazê-los, mas não vou descer ao nível de os fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de lhe mostrar uma folhinha, Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Eu sou míope, não consigo ver o que está escrito!

O Orador: Depois eu desloco-me e mostro-lhe!

Nesta folhinha está o que os 30 deputados do Partido Socialista vão receber por ano em termos da soma global da despesa do gabinete e da subvenção.

De acordo com a vossa proposta a soma global é de 786 mil euros.

Na Assembleia da República, 30 deputados recebem, no conjunto do gabinete e da subvenção (temos que calcular assim, em termos das regras da Assembleia República) 567 mil euros. Ou seja, a despesa dos mesmos 30 deputados, comparando entre a Assembleia da República e a Assembleia Regional, é mais de 200 e tal mil euros, o que corresponde a mais 38%.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso não é comparável!

O Orador: Quero que o senhor me explique, se tiver explicação, a que é que se deve este diferencial, porque o Tribunal Constitucional, num acórdão da Madeira, que o senhor não quer falar, mas vai falar neste debate, disse que o referencial é a Assembleia da República e este diferencial pode ser inconstitucional (e é!) se não tiver explicação.

Vai explicar com quê? Com a insularidade?

Uma representação singular (com muito orgulho, tenho o azul e branco da bandeira dos Açores), na Assembleia da República, somando as subvenções e todo o gabinete, recebe 82 mil euros. Aqui, na Assembleia Regional, recebe 49 mil.

Como é que o senhor explica?

É com a insularidade, ao contrário?

Isto não tem explicação.

O senhor sabe muito bem que a partir daqui ofende os critérios da igualdade e da proporcionalidade.

Responda-me por favor a esta pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já fez as contas?!

O Orador: Essas contas estão erradas, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão?!

O Orador: Estão, Sr. Deputado.

Depois dos exercícios de demagogia que temos vindo a assistir ao longo deste debate, quer à esquerda, quer à direita, tenho a dizer o seguinte:

Aquilo que fica claro neste debate é que a proposta do PS é justa, é séria, é responsável e é consciente.

Do ponto de vista político é também importante sinal de credibilização das instituições públicas que nós, agentes políticos, damos aos açorianos.

É preciso clarificar também que a proposta que o PS traz aqui salvaguarda o legítimo direito que todos os partidos e todos os grupos parlamentares têm a funcionar.

Vamos sair do patamar político e vamos para o patamar material.

Com esta proposta do PS, que repõe justiça depois da aplicação da Lei Eleitoral proposta pelo PS (é preciso não esquecer), e que lhe dá, aliás, o legítimo direito de aqui estar, e muito bem, porque o PS não tem medo da pluralidade, no âmbito da subvenção, o valor por deputado é exactamente igual para todos os partidos.

É preciso clarificar também, para que todos os açorianos fiquem a saber, que no âmbito dos gabinetes de apoio, o PS é o partido prejudicado com esta contenção.

Podemos especificar as contas porque manipulação de números fazem os senhores e o resultado é o que ali está.

É preciso clarificar que todos os Grupos Parlamentares têm a garantia de funcionamento com esta proposta.

Deixem-me dizer aos alegados “paladinos da liberdade” que o Partido Socialista tem o legado histórico e tem, aliás, um passado recente, como os senhores sabem, que nem a mais profunda demagogia e desonestidade intelectual podem abalar.

Deixem-me dizer-vos também que o PS não recebe, de ninguém, lições sobre democracia e sobre liberdade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma primeira nota para manifestar aquele exercício absurdo que o Partido Socialista aqui manifestou nas suas sucessivas intervenções. Aquilo que até agora servia, aquilo que até agora era bom, aquilo que até agora propuseram, aquilo que até agora votaram, era tudo da vossa parte grandes manifestações de apoio à democracia.

A partir de certa altura aquilo que os senhores aprovaram, propuseram, elogiaram, auto-elogiaram, deixou de servir, deixou de prestar.

É essa a coerência do Partido Socialista.

Deputado António Maria Gonçalves (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, e para que fiquem bem claras as coisas, para o PSD a verdade e a seriedade estão sempre e sempre acima de tudo.

Quando em anterior intervenção referi aqui que a proposta do PSD implicava uma redução de verbas, para que não fique qualquer réstia de dúvida, perante a malévola posição e má fé do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ficam aqui os números claros.

Os senhores fazem esse exercício que aprenderam com alguma malabarismo das contas, que por acaso não está aqui, que é comparar coisas incomparáveis para dar sempre o resultado certo.

Mas vamos comparar coisas comparáveis.

Subvenções:

Com a actual lei em vigor, implica 1 milhão, 70 mil, 496 euros.

A proposta do PSD reduz para 938 mil e 700 euros.

Despesas de Gabinete:

Com a actual lei, implica 978 mil, 693 euros e 54 cêntimos.

A proposta do PSD reduz para 790 mil, 447 euros e 76 cêntimos.

Isto é uma redução em qualquer parte.

Por muitas cambalhotas que dêem ao raciocínio não conseguem alterar isso.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a números de 2008?!

O Orador: Estes números são de 2008.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não, não, Sr. Deputado! São números de 2009!

O Orador: Por outro lado, e já que estamos aqui a falar em *ratios*, as *ratios* que o Partido Socialista tentou fazer crer de que um deputado custa tanto, para o PSD as *ratios* das despesas do Parlamento não são o problema. É um custo necessário da democracia.

Para nós não nos incomoda que um deputado que está sozinho numa representação parlamentar tenha os apoios necessários para o exercício da sua função.

Para o PSD, o partido da alternativa, um partido com responsabilidade, isto não nos incomoda nada.

Eu não vou falar em médias, vou falar em números absolutos. Os senhores gostam de falar em médias quando dá jeito e falam em números absolutos quando lhes dá jeito.

Nós falamos conforme os senhores quiserem.

Deputado Berto Messias (PS): Conforme vos dá jeito!

O Orador: Números absolutos:

Na anterior legislatura os 31 deputados do Partido Socialista apresentaram 45 propostas.

Os 19 Deputados do PSD apresentaram 71 propostas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E o povo açoriano votou em vocês! Escolheu-vos!

Deputado Berto Messias (PS): Vamos discutir a substância!

O Orador: Na anterior legislatura, os 31 deputados do Partido Socialista apresentaram 6 requerimentos.

Os 19 Deputados do Partido Social Democrata apresentaram 357. É isso que vos devia incomodar.

Como também vos deveria incomodar as tais *ratios*. Sabe qual é a *ratio* do Presidente do Governo?

O Presidente do Governo tem 17 pessoas ao seu serviço no seu gabinete. Como já referi aqui, tem 1 chefe de gabinete, 7 assessores, 2 secretárias particulares e mais 6 colaboradores. É isso que vos deveria incomodar.

A isso – é um desafio que o PSD faz – proponho uma redução, das verbas dos gabinetes dos membros do Governo

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É disso que estamos à espera.

Só nos gabinetes dos membros do Governo a despesa é de 2 milhões, 303 mil, 881 euros e 38 cêntimos.

Com a actual lei, no Parlamento, a despesa com o apoio aos Grupos Parlamentares é de 978 mil, 693 euros e 54 cêntimos.

Os senhores ainda querem reduzir mais. O que querem é, apenas e só, calar o Parlamento.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais do que os números, mais do que os cêntimos para cá e cêntimos para lá, o que fica claro com este debate é que o PS quer reduzir os meios.

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

O Orador: Quer reduzir o apoio ao funcionamento dos Grupos Parlamentares, quer reduzir as pessoas que dão apoio aos Grupos Parlamentares.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

O Orador: Então não é? São os números que resultam da vossa proposta.

Já alertei numa anterior intervenção que a falta de argumentos, quando a mentira é a última arma, é demonstrativo da fragilidade das vossas posições.

Para terminar, porque mais cêntimo, menos cêntimo, o que o PS quer é calar a oposição.

Durante estes 12 anos, o Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores tentaram calar muita gente, alguns calaram dando, mas quando vêem que não conseguem calar dando, tentam calar tirando.

É essa a grande diferença que o PSD quer aqui demonstrar.

Na mesma medida que os senhores se vão reduzindo cada vez mais ao seu ínfimo espaço, tirando tudo a todos, os açorianos vão percebendo que o vosso tempo está mesmo a acabar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Começa por me dirigir à Sra. Deputada Zuraida Soares para lhe dizer que já percebi que o Bloco, entre outras coisas, gosta de adjectivar. Fala de populismos fáceis, fala de restrições da democracia, e também, porque a verdade é importante, e é importante que se fale a verdade nesta casa, eu encontro no preâmbulo da sua proposta a expressão “votos de primeira e votos de segunda categoria”, para logo a seguir ver escrito o seguinte: “logo, e em consequência, existem também deputados e deputadas divididos por estas mesmas categorias”.

Então, quando eu disse que V. Exa. afirmava que havia deputados de primeira e de segunda, disse a verdade ou faltei à verdade?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Era a questão que devíamos esclarecer, para começarmos a perceber, desde o início desta legislatura, como é que as coisas funcionam e, não é por se afirmar, que as coisas são verdade.

Mesmo que repita mil vezes, uma não verdade continuará a não ser verdade e o que V. Exa. disse, neste caso concreto, não é exactamente verdade. É só meia verdade.

É verdade que, passe a redundância, começa por referir votos de primeira e votos de segunda, para acabar dizendo que também há deputados, concomitantemente como eu disse e repito, de primeira e de segunda.

Mas nesta segunda intervenção pretendo também dizer, relativamente àquilo que é a distribuição dos apoios em termos de *staff* aos grupos e representações parlamentares, que poderá perpassar a ideia, dos discursos da oposição, de que agora, digamos, é uma razão, ou seja, o Partido Socialista, alancorado na sua maioria, decidiu coarctar de forma radical os poderes e a capacidade de intervenção da oposição.

Desde logo, até a prática demonstra que isso não é verdade.

Não é verdade, porque, por exemplo, o PPM conseguiu, logo a seguir à entrada do projecto do Partido Socialista, apresentar também um projecto.

O PSD, por exemplo, não apresentou embora tenha “forçado” a que o assunto não fosse debatido em Novembro e tivesse transitado para este período legislativo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PSD?

O Orador: Sim! Uma conferência de imprensa conjunta, uma grande unicidade da oposição...

Deputado António Marinho (PSD): E a liderança onde é que está?

O Orador: Não vamos por aí!

Deputado António Marinho (PSD): Os senhores navegam na contradição!

O Orador: O que é verdade é que o PSD, o maior partido da oposição, continua a ser igual a si próprio. À última da hora e na véspera do dia apresenta aqui umas propositazinhas, o que nem corresponde à responsabilidade e provavelmente intelectualmente honesto.

Deputado António Marinho (PSD): Seja honesto! Leia o relatório da Comissão!

O Orador: Mas vamos continuar, esclarecendo mais algumas coisas.

Sr. Deputado Artur Lima, os deputados não afectos estavam e estão previstos no actual Estatuto Político-Administrativo. É só ler o que diz o número 1 do artigo 99º. Portanto, não era necessária nenhuma medida especial para alguém que quisesse vir para esta casa e não quisesse estar permanentemente afecto. Temos ali na ponta da nossa bancada um deputado que não está afecto permanentemente. Aliás, temos dois. Ou melhor três. Está a ver, “não há dois sem três”!

Quando as pessoas querem participar na vida democrática e exercer um mandato de deputado, vêm e não vêm afectos permanentemente. Essa parte está desmistificada.

Mas o que é que resulta, em termos de *staff*, de gabinete e de recursos humanos, da proposta de alteração do Partido Socialista – artigo 37º da orgânica?

As três forças mais pequenas, o PPM, o PCP e o Bloco de Esquerda, têm uma relação entre o *staff* e os deputados. No caso do PPM, de um para um; no caso do PCP idem ásperas, e no caso do BE duas unidades para dois deputados, não contando aqui com as 60 horas no círculo, que é igual para todos.

O PP ficará com uma *ratio* de três para cinco, ou seja, uma proporção de 0,6.

O PSD 0,3.

O PS 0,23 (7 para 30).

Ou seja, continuamos a ter uma diferença muito significativa. As três forças mais pequenas nesta casa têm uma relação entre elementos de apoio e deputados que relativamente ao Partido Socialista é quatro vezes mais.

É importante perceber que o que o PS fez não foi calar a oposição, nem foi calar os partidos mais pequenos.

A ignorância às vezes é má conselheira, Srs. Deputados.

Penso que na procura de argumentos e num afã de vitimização, há muita gente nesta casa que ainda não leu a orgânica toda. Remeto-vos para o que dispõe o artigo 20º da Orgânica dos Serviços da Assembleia, que diz nomeadamente que “os serviços...”, e os serviços inclui nomeadamente um gabinete técnico, onde tem contabilistas e juristas, “... têm por finalidade prestar apoio técnico e administrativo aos órgãos de administração e aos deputados, devendo garantir, nomeadamente, o suporte técnico e administrativo no domínio de actividades do secretariado e apoio directo ao plenário e às Comissões, a elaboração de estudos técnicos especializados necessários à actividade da Assembleia e a execução das demais tarefas necessárias à actividade da Assembleia Legislativa”, onde se inclui obviamente o apoio aos deputados.

Portanto, não é apenas através do apoio directo que os Deputados desta casa podem ter apoio para o exercício da sua actividade, sendo que também é preciso não esquecer que entre grupos e representações parlamentares há diferenças, nomeadamente em termos das próprias competências e direitos de intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu quero, antes de iniciar a minha intervenção, dar um esclarecimento, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi indicado como tendo impedido que esta discussão prosseguisse por tempo ilimitado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E bem!

O Orador: Quero dizer que nunca foi nossa intenção coarctar a palavra aos nossos colegas deputados, mas foi, e temos essa intenção, de garantir que este Parlamento funcione de forma eficaz. Portanto, tudo faremos nesse sentido.

Com isso em mente e dadas algumas dificuldades de tempo, nós inclusivamente propusemos, e mostrámos abertura, para que esta limitação de tempo por partidos fosse esquecida e terminávamos o debate até ao fim desta sessão. Tal não foi aceite, mas conforme aqui foi dito, cada um de grupos e representações parlamentares passou a ter mais 5 minutos.

Portanto, não fique a ideia, e isto tem que ficar absolutamente corrigido, que o Partido Socialista quer de alguma forma diminuir ou reduzir o tempo desta discussão. A nossa vontade, desde o início foi sempre discutirmos com grande abertura, mas também tivemos – devo realçá-lo, sublinhá-lo – muita vontade de discutir muito rapidamente (é verdade!) esta nossa proposta. Mas compreendemos!

Passaram dois meses e estamos hoje a fazê-lo. Portanto, acho que devemos fazê-lo com toda a abertura, com todo o tempo, desde que os nossos trabalhos se concluem nos tempos devidos.

Quero também deixar aqui algumas notas na sequência de algumas intervenções que ouvi. Ouvi aqui alguns termos repetidos. Um deles foi demagogia!

A nossa Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares, falou várias vezes em demagogia...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não mudei!

O Orador: Peço desculpa. Já agora, Sra. Deputada, utilizo esta expressão para também proteger a vossa imagem. Disse proteger também a vossa, porque o sentido é

completamente diferente. Dizer *proteger a vossa imagem* e dizer *proteger também a vossa imagem*, é diferente.

Estamos naturalmente preocupados em proteger a nossa imagem enquanto políticos e trazemos aqui uma proposta que pretende também, se assim o entenderem, proteger a vossa imagem, porquanto ela reduz aquilo que é o encargo, aquilo que são as despesas decorrentes do funcionamento dos gabinetes dos diversos grupos e representações parlamentares.

A propósito de demagogia, quero dizer com toda a frontalidade:

Demagogia é pretendermos ser racionais na utilização dos dinheiros públicos e, por outro lado, querermos cortar tudo, não se percebendo bem o quê, menos aquilo que nos interessa, que deve descer mais um bocadinho. Foi isso que foi evidenciado pelo gráfico que o Deputado Hernâni Jorge mostrou há pouco.

Quando mostrava aquilo que são as despesas deste Parlamento, víamos que as rubricas 36 e 37, relativas aos gabinetes, que representam 1 milhão e 600 mil euros, passariam a representar, no ano corrente, 2 milhões e 400 mil.

O Bloco de Esquerda apresenta-nos uma proposta que custa qualquer coisa como 2.5 milhões de euros.

Estamos, de facto, confrontados com uma proposta que aumenta ainda mais aquilo que é o funcionamento dos gabinetes e dos nossos grupos e representações parlamentares.

Isto sim, e tem que ser dito com esta frontalidade, é verdadeiramente demagogia.

A Sra. Deputada falou aqui em defesa da democracia, da proporcionalidade. Aliás, este termo proporcionalidade saiu de vários sítios.

Eu fico pasmado!

Porque se há alguma coisa que a proposta do Partido Socialista pretende fazer não é tornar absolutamente proporcional. É tornar mais proporcional aquilo que é a distribuição dos recursos financeiros alocados ao funcionamento dos gabinetes pelos diversos grupos e representações parlamentares. Ainda assim, a proporcionalidade não é perfeita, porque para o ser nós teríamos aí, no nosso entender, que retirar meios às representações parlamentares que não seriam razoáveis.

Conforme tive oportunidade de dizer, ainda assim, com esta proposta do Partido Socialista, um deputado, numa representação parlamentar, custa mais de duas vezes aquilo que custa, em termos de funcionamento de gabinete, um deputado deste grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que na Assembleia da República só um custa o dobro?

O Orador: Portanto, isto não é ainda, nem pretende ser absolutamente proporcional. Agora, o que não era naturalmente proporcional era a situação vigente em que um Deputado de uma representação parlamentar custa, em termos de funcionamento, rubricas 36 e 37, sete vezes mais do que custa o funcionamento de cada um dos deputados deste grupo parlamentar.

Isto é que consideramos que não é razoável e isto é que nós consideramos uma aproximação a um sistema proporcional.

Portanto, não percebo. Ouço alguns deputados falarem em proporcionalidade, mas aquilo que estão a defender é tudo menos a proporcionalidade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Não vou, por respeito, embora naturalmente ninguém o tenha obrigado a deixar esta sala, fazer nenhuma referência ao Sr. Deputado do PCP. Gostaria de fazer, mas nem preciso de fazer, porque foi aqui falado, noutra âmbito, em consensos, “consensos alargados”, “nós queremos consensos”.

Ao nível dos consensos tenho duas coisas a dizer, uma deixo um pouco para mais tarde; a outra é que (e eu não posso deixar de retirar esta nota com clareza) esta casa, esta Assembleia, já teve uma comissão para a reforma do Parlamento.

A verdade é que ela funcionou cerca de dois anos. Eu não fiz parte dessa comissão, nem sequer quero fazer qualquer juízo de valor relativamente a ela, mas há uma constatação que eu retiro, é que criar uma comissão para a reforma do Parlamento é algo que não resolve o problema que temos que resolver e que não pode esperar mais do que dois anos, porque se não há nada concluído em dois anos, certamente precisamos de mais do que os dois anos. E não se pode esperar mais dois anos para que se faça uma reforma que contenha aquilo que é importante fazer já, que é conter

as despesas de funcionamento dos gabinetes dos grupos e representações parlamentares.

Acho muita piada quando vejo o PSD preocupado com os pequenos partidos. O PSD agora está muito preocupado com os pequenos partidos!!!

A verdade é que o PSD, por aquilo que foram as suas posições nesta casa, historicamente e mais vincadamente com a posição que tomou na votação da Lei Eleitoral hoje em vigor, nunca quis pequenos partidos.

Fica-lhe bem vir neste momento falar nos pequenos partidos, mas nunca os defendeu, nem nunca promoveu uma lei que pudesse proporcionar aos partidos mais pequenos estarem aqui representados hoje connosco, como resulta daquilo que foi a lei que nos propusemos, fizemos aprovar...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: ... com os votos também do PP, como já tive oportunidade de referir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já estão a criticá-la!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não, estamos a elogiar!

O Orador: Democracia.

Acho muito bem que falemos no Parlamento como uma peça chave do nosso sistema democrático, mas há uma coisa que devo dizer: a democracia e autonomia não se esgotam nesta casa.

Portanto, estarmos aqui a falar de democracia e resumi-la aos meios para que os grupos possam funcionar e como se sem isso não há democracia na Região Autónoma dos Açores, eu lamento muito, mas não posso aceitar. A democracia não se esgota aqui.

A democracia e a autonomia estendem-se muito para além daqui e também naturalmente para o próprio Governo Regional.

Sr. Deputado Artur Lima:

Gráfico e pessoal de gabinete.

Devo confessar uma coisa: eu não me dei ao trabalho (dou-lhe os parabéns por o ter feito) de ver quanto é que custa o funcionamento dos gabinetes do Governo Regional.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas devia. Era sua obrigação!

O Orador: Já lá vamos!

Eu não me dei ao trabalho de ver, mas acredito nos seus números. Se eu me lembro dos seus números, o funcionamento dos gabinetes é qualquer coisa como 11 milhões de euros.

Então faço um exercício muito simples. Se não mudarmos esta lei, o funcionamento dos gabinetes da Assembleia vai custar 2.4 milhões de euros. Certo?

Ora, 2.4 milhões de euros vezes 4 anos, dá aproximadamente 10 milhões de euros.

Portanto, ao seu gráfico, eu contraste o seguinte número:

O funcionamento dos gabinetes do Governo custa 11 milhões de euros;

O funcionamento dos gabinetes dos grupos e representações parlamentares custaria, se nada fizéssemos, 10 milhões de euros.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Faça para o Governo!

O Orador: Pergunta: em que sítio do mundo é que os gabinetes das Assembleias custam tanto quanto os gabinetes dos governos?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade!

Deputado António Marinho (PSD): Mais um vício de raciocínio!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Relativamente ao antes e ao depois, posições do PS e do PSD, eu não lhe vou responder directamente,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não lhe interessa!

O Orador: ... mas vou responder-lhe com uma outra constatação, que é o aqui e o lá. É muito curioso (muitos dos partidos que aqui estão fazem parte de outras Assembleias, designadamente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira) assistir à reacção de alguns partidos que aqui estão, relativamente àquilo que é a lei da Madeira, mais conhecida como “lei do Jackpot”.

O único partido coerente aqui é o PSD, porque cá como lá, quer mais dinheiro para os partidos políticos. Os senhores deputados são congruentes. Parabéns!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está a ser desonesto!

O Orador: Todos os outros não são!

Relativamente aos outros, a constatação que faço é:

Na Madeira, os mesmos partidos dizem: “Queremos mais dinheiro para a Assembleia! É uma roubalheira! Tanto dinheiro para o funcionamento da democracia!”

Aqui dizem o contrário: “Nós precisamos de mais dinheiro para a democracia funcionar melhor!”

É interessante constatar estes factos. Quão facilmente mudam as perspectivas em função da localização geográfica dos deputados.

Antes e depois! Eu não vou comentar.

Como deve calcular não estive a ler...

Deputado António Marinho (PSD): E não leu as propostas do PSD também. Mas devia ler!

O Orador: ... o que se passou em 92. Mas nem sequer ponho em causa.

Mas há uma coisa que é actual e que todos percebemos. É que há uma lei na Madeira, que aliás está a ser questionada, que faz uma coisa muito interessante: 47 deputados na região Autónoma da Madeira custam (sabem quanto?) 17 milhões de euros. Sabem porquê?

Sobretudo porque o PSD na Madeira encheu os partidos de tal forma que até há um partido (e vimos na televisão) que andou durante uns dias a distribuir dinheiro.

Aqui, os nossos 47 deputados custariam muito menos. Custam 11 milhões e qualquer coisa, de acordo com o orçamento que aqui aprovámos, mas o que é interessante verificarmos é que o custo dos gabinetes custa cerca de um terço destes 17 milhões na Madeira.

Como é sabido, aqui temos um terço e estamos orgulhosos disso.

Temos um preço muito menor para o funcionamento dos gabinetes e devemos ter menos ainda.

São 15 salários mínimos regionais por deputado é quanto recebem na Madeira.

Nós propomos 2,5.

Eu sei. Entre os 15 da Madeira e os 2,5 que aqui propomos, lá está errado, cá, de acordo com as apreciações que os Srs. Deputados fazem, está errado. No meio estaria a verdade. Só que eu tenho que fazer uma pergunta: qual verdade?

É que eu não vejo nenhuma posição igual nos diversos partidos da oposição.

Pergunto: qual verdade? Qual meio? Onde?

Lamento muito Srs. Deputados, mas não são donos da verdade; nós não seremos donos da verdade, mas continuamos a considerar que esta é a melhor proposta, esta é a proposta que será naturalmente aprovada nesta Assembleia para futura distribuição daquilo que são os meios para o bom funcionamento dos gabinetes dos grupos parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Vamos fazer o nosso intervalo regimental.

Recomeçamos às 18 horas e 10 minutos.

Pedia aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência para nos encontrarmos às 18 horas na Sala da Mesa.

Muito obrigado.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

*** Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respeitando *a contrario* o argumento que ontem invoquei e aduzi relativamente à orgânica do Governo Regional e à alteração que aqui debatemos em relação à Agência de Promoção de Investimento, o entendimento do Governo sobre esta matéria é que, tratando-se da orgânica da Assembleia, tratando-se da sua organização

interna, era suposto, dizemos nós, que a participação do Governo neste debate fosse residual, embora com interesse no facto de poder assistir ao mesmo.

Era essa a minha intenção, mas como não tenciono dar razão ao epíteto que o Sr. Deputado Artur Lima me quis dar, e como houve neste debate, até agora, uma clara intenção de discutir menos as questões fundamentais para a orgânica da Assembleia, chamando para o debate o Governo Regional e a orgânica do Governo Regional, sinto-me obrigado a esclarecer os açorianos sobre certas matérias e certas afirmações aqui proferidas e que não são correctas, não são verídicas e têm um único objectivo: não discutir o que aqui deve ser discutido e que é essencial para o funcionamento desta Assembleia.

O Governo tem servido como pretexto e gostava que isso ficasse perfeitamente clarificado com a intervenção que pretendo fazer.

Falou-se inicialmente, embora depois percebi que os Srs. Deputados da oposição começaram a abandonar essa linha de argumentação, no número de funcionários públicos.

Presumo que não era intenção da Sra. Deputada Zuraida Soares sugerir um plano de diminuição de funcionários públicos ou um corte radical no funcionalismo público. Mas se era esse o objectivo, agradecia que numa próxima intervenção explicasse como, quantos, em que medida, em que sector e com que critérios, porque os funcionários públicos iam gostar de saber qual é a sua opinião sobre essa matéria.

Sobre essa questão, os Governos Regionais do PS têm a consciência tranquila e têm um bom trabalho efectuado, porque têm conseguido privilegiar de certa forma um certo equilíbrio no número global de funcionários públicos, aliando a isso uma considerável melhoria na prestação de serviços. Portanto, julgo que por aí estamos conservados.

Depois existe o outro lado da questão.

Os Srs. Deputados Clélio Meneses, Artur Lima e também em certa medida a Sra. Deputada Zuraida Soares, pretenderam, de alguma forma, sugerir que os gastos com o pessoal de gabinete e o pessoal ligado ao Governo vinham a aumentar substancialmente, são exorbitantes e compararam o incomparável.

Compararam a Assembleia com o Governo, que são órgãos independentes, diferentes, com propósitos, com objectivos, com modo de funcionamento diferente.

O Governo tem características, como sabem, executivas. Os seus serviços têm que se estender por todas as ilhas, os seus serviços têm diversas valências que têm que ser estendidas pelas ilhas. Portanto a acção do Governo não pode ser medida da mesma forma que a acção da Assembleia.

Mesmo assim, mesmo tendo em atenção essa matéria, os senhores estão enganados e por várias razões, porque como sabem (presumo que sabem!) esta matéria resulta das orgânicas dos vários departamentos governamentais, são legítimas, não foram alteradas e não há aqui nenhum aumento.

Poderiam ter sido alteradas em função da tomada de posse e entrada em funções do novo Governo, mas não foram. Portanto não há aqui nada de assustador, nem de novo, para que os senhores tenham feitos esses comentários dessa forma, tão desabrida.

Só para dar um exemplo concreto, o novo Governo Regional tem mais dois departamentos do que tinha o anterior Governo. Mesmo assim, posso assegurar-vos que o reflexo desse aumento, em termos dos gastos despendidos pelo pessoal de gabinete e pessoal dirigente, não será superior a 1,5%. Portanto, essa ideia que os senhores queriam fazer passar de que a máquina continua a aumentar, que é gigantesca e que deve ser comparada com a Assembleia, não é verdade.

Deputado António Marinho (PSD): O Orçamento já está feito?

O Orador: Mas vamos comparar valores. Aqui, se me permitem, gostaria de corrigir o Sr. Deputado Helder Silva que, involuntariamente, utilizou um número que não é o número que devia ser usado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh!

O Orador: ... porque usou o seu número, Sr. Deputado Artur Lima. Falou, de boa fé, nos 11 milhões que o senhor referiu, mas o seu número está errado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é o número?

O Orador: Os 11 milhões que o senhor referiu!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está errado?

O Orador: Sim. Para começar é preciso explicar, para que não fiquem dúvidas, que o seu número inclui, como sendo custos do gabinete, o próprio titular do gabinete...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não!

O Orador: Sim, sim! De outra maneira esse número ainda está mais errado.

... e o pessoal afecto a esse gabinete de acordo com cada uma das orgânicas.

Depois o senhor multiplicou esse número por 4 e obteve esse valor que aí está. Esse valor está errado.

O valor que se poderia obter, já com o X Governo em funções, seria ao todo 9 milhões de euros. Portanto, seria menos do que se esta orgânica da Assembleia continuasse em vigor. Portanto, não dava esse gráfico de fatias tão interessante que o senhor apresentou.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Dava!

O Orador: Eu, infelizmente, não tenho gráfico de fatias, mas tenho aqui uma tabela que, concedo, não tem o mesmo impacto mediático. Esta orgânica do X Governo Regional dará menos do que dariam os custos dos deputados nesta Assembleia, se se mantivesse esta mesma orgânica. Portanto, é isso que os açorianos precisam saber e não o gráfico às fatias que o senhor aqui mostrou. Têm impacto, mas precisam de ter informação correcta.

Há mais uma coisa que gostava de dizer ao Sr. Deputado Clélio Meneses. É que já que acha que é interessante fazer esta comparação de níveis diferentes de poder, que é interessante comparar o poder executivo e os seus custos de funcionamento, por que é que não comparou também com o poder municipal?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é que não é comparável!

O Orador: Há exemplos interessantíssimos!

Por que é que não comparou ao “mini governo regional” que se pretende montar em determinadas autarquias da Região?

Podia ter ido ao pessoal avançado, aos recibos verdes, ao número de pessoas a trabalhar nos gabinetes. Teria sido interessantíssimo e mais esclarecedor para os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O senhor assume a responsabilidade de dizer aqui que os nossos números estão errados.

Vou explicar-lhe os nossos números. Efectivamente, eles não contam com o ordenado do titular da pasta, como é óbvio. Contam com assessores do gabinete do Presidente do Governo, com o pessoal do gabinete (chefe de gabinete, adjuntos e secretária) e com os recibos verdes e os contratados que os senhores têm à dezena. Percebe? Tudo trabalha!

O exemplo é do seu gabinete.

O senhor tem o seu gabinete constituído e ainda tem uma senhora para lhe prestar apoio na área da comunicação pelo índice 710, que custa 2.385 euros por mês.

Faça as continhas e junte-as às dos seus colegas e vai ver se não chega aos 11 milhões de euros?

O seu número é que está errado, porque o senhor não entrou com estes números. Tenho aqui a tabela para lhe entregar a indicar exactamente quem e quanto ganha, porque o senhor esqueceu-se de incluir na sua tabela os que são extra-tabela.

O senhor só veio confirmar. E o que eu disse aqui foram os gastos com o governo. Não foi uma comparação. São factos.

O Governo gasta aquilo. É um facto, Sr. Secretário.

Mais grave do que isso, como o senhor aqui disse, sempre gastou. Isso é que é grave. Quando o senhor diz que aumentou 1,5% é ir buscar atrás, aplicar e ver a fortuna que se gastou.

Quanto a ter gabinetes em todas as ilhas, é verdade! É mais um dado! Os senhores aumentaram a despesa, porque agora andam gabinetes inteiros a viajar de SATA, de ilha para ilha, porque os senhores não arranjam ninguém competente na respectiva ilha para colocar no Governo. É essa a verdade!

Nalgumas ilhas, até desprezaram e passaram um atestado de menoridade aos naturais dessas ilhas, como é o caso do Faial.

Julgo que o Sr. Secretário ficou esclarecido sobre o que eu disse. Os números estão aqui, estão aqui os cargos, os recibos verdes, as avenças, os correspondentes, os fotógrafos, enfim... Está aí todo esse batalhão que não está no seu quadro.

Tudo isto dá os 11 milhões de euros.

Sr. Deputado Helder Silva, o senhor não está errado. O Sr. Secretário corrigiu mal. O senhor está certo.

Os nossos números são efectivamente concordantes com os vossos. Os 2 milhões e tal dá 8 milhões por legislatura, com uma diferença, Sr. Deputado Helder, e aqui é que é preciso ver a diferença, é que a diferença para os tais 4 está na subvenção, e da subvenção quem leva a “fatia de leão” são os senhores, porque os senhores, com a actual orgânica que está em vigor, levam por ano 425 mil euros. No fim da legislatura, 1 milhão e 700 mil euros, o que corresponde a 75 salários mínimos por mês. Aí é que está a democracia Sr. Deputado!!!

O que propomos é uma poupança e essa poupança corresponde a 400 mil euros, em que os senhores aceitem o limite máximo de 50. Chega e sobra para os senhores, porque isto é esbanjar, é para pagar a campanha eleitoral (1 milhão e 700 mil euros).

Deputada Catarina Furtado (PS): Não paga!

O Orador: Portanto, a diferença é esta e por isso há *décalage* nos números dos 2 milhões, Sr. Deputado, porque o senhor inclui a subvenção, mas na subvenção a “parte leão” é do PS.

Deputado Hernâni Jorge (PS): A do Bloco de Esquerda até podia dar mais!

O Orador: Isso era uma boa proposta!

Eu queria esclarecer este ponto e a nossa proposta propõe uma redução de 40% na subvenção aos partidos. Obviamente a “parte de leão” é para quem é maior, é ao Partido Socialista, mas isso os senhores não querem. Democracia, democracia, na casa dos outros!!!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

*** Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para fazer pela terceira vez a mesma pergunta ao Sr. Deputado Helder Silva ou a alguém que queira responder dessa bancada.

Quero que me indiquem quais são as razões que explicam que os 30 Deputados do Partido Socialista custam mais 219 mil euros, ou seja, mais 38%, que os mesmos 30 na Assembleia da República?

É uma questão muito simples e gostava que me respondessem directamente. Não fujam à questão, por favor!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo e parece-nos que começa a ser importante apresentarmos algumas conclusões sobre aquilo que se passou durante esta tarde.

A primeira delas é que me interessa muito pouco o que se passa na Madeira ou as contradições entre os partidos de cá e os partidos de lá. O que me interessa verdadeiramente é o que se passa nos Açores em 2009 e as contradições do Partido Socialista entre aquilo que diz e defende hoje e aquilo que dizia e defendia ontem, apenas por questões de mero interesse partidário. Isso é que é preocupante e é isso que ocupa como deputado eleito.

Sr. Deputado Manuel Herberto, a ignorância é má conselheira, mas a mentira é mesmo coisa feia.

Vou referir apenas duas das mentiras que foram aqui ditas.

Primeira: “o PSD apresenta umas propostasinhas na véspera”.

Isto é de uma profunda má fé. Desde logo, o relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares refere expressamente que o PSD apresentou propostas e fê-lo informalmente. É verdade. Mas fê-lo informalmente, de forma propositada e assumida, para que, através disso, pudéssemos promover o consenso, conforme foi reconhecido, expressamente pelo Presidente da Comissão.

Ao PSD nada custaria ter posto um carimbo e assinado formalmente uma proposta, mas para nós, mais importante do que a propostas partidária, mais importante que o partido está o Parlamento e os Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que os senhores não percebem, porque para o PS, apenas e só existe o Partido Socialista. Está sempre acima de tudo, do Parlamento e da dignidade. Por isso é que os senhores não percebem que, com sentido de responsabilidade, o Partido Social Democrata tenha apresentado em comissão (não na véspera!) a semana passada, um conjunto de contributos, de propostas sérias, que pretendiam, elas sim, promover o consenso e a dignificação desta casa.

A segunda mentira, dita pelo líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: o PSD quer aumentar as despesas.

A proposta do PSD implica, a valores de 2008...

Deputado Helder Silva (PS): 2 milhões de euros!

O Orador: ... uma redução, relativamente à actual lei, (foi sempre isso que foi dito, e para não haver dúvidas pode pedir o registo do diário das sessões) de 320 mil, 41 euros e 78 cêntimos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É mais! São 440 mil!

O Orador: A verdade sempre acima de tudo!

Isto implica claramente uma absoluta falta de seriedade política.

O que o PS não explica é por que não promove a redução das despesas do Governo. Isso não foi explicado.

Dos 2 milhões, 303 mil, 881 euros e 88 cêntimos de despesas do Governo, para os 978 mil, 693 euros e 88 cêntimos, o PS e o Governo nunca conseguiram explicar por que é que não reduzem.

Depois aparece essa coisa incrível que é não se poder comparar o Governo com a Assembleia, porque são dois órgãos regionais, mas pode-se comparar a Assembleia com os municípios!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso não é para o Grupo Parlamentar do PS!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria de saber, já que o senhor está tão bem informado, e talvez se lembre das suas lides de jornalista, em que é que aumentou o gabinete do Presidente do Governo desde 1996, até hoje?

O gabinete do Presidente do Governo aumentou em quanto?

O senhor está a dizer que não, é porque não sabe, mas eu vou dizer-lhe:

Em 1996, o gabinete do Presidente do Governo, Carlos César, tinha 5 assessores, 1 chefe de gabinete e 1 secretária particular, tal como tinha o gabinete do último governo do PSD (não falo em 96 porque os senhores ficam muito nervosos!).

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E agora?

O Orador: Logo de seguida arranjam mais um colaborador.

E agora?

Agora têm 1 chefe de gabinete, 7 assessores, 2 secretárias particulares, 6 colaboradores (17 pessoas!). Quer que diga o nome dos assessores, dos colaboradores?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga!

O Orador: De 7 passou para 17 e vem o senhor dizer que não houve aumento nos gabinetes?

É preciso ter lata!

Dizer-se que não há aumento no número dos membros do gabinetes sabendo-se que há um aumento de 7 para 17, é demonstrativo da vossa falta de razão.

Deputados Rui Ramos e Carla Bretão (PSD): Muito bem!

O Orador: No fundo, esta proposta que o Partido Socialista quis impor a este Parlamento, quer apenas emagrecer o Parlamento para continuar a engordar o Governo.

Deputados Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Já se ouvem rumores de que a próxima iniciativa do Partido Socialista é alterar o Regimento, com o argumento de que segundo dizem, agora tiramos os meios, a seguir tiramos o “pio”!

Oxalá que isto seja só rumor!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é má fé!

O Orador: Oxalá que seja só rumor e que a vossa conduta futura não venha comprovar aquilo que revela, de facto, que o Partido Socialista dá voz, quando aqueles que podem confrontar o Partido Socialista elogiam o Partido Socialista.

Deputada Catarina Furtado (PS): Falta de argumentos! Isso é pequenino!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não conhece o Regimento!

O Orador: Perante aqueles que podem elogiar, o Partido Socialista o que faz é dar voz!

Perante aqueles que podem criticar, apresentar diferenças, apresentar alternativa, o que o Partido Socialista faz é tirar a voz!

Por isso, pedia que fizessem aqui um exercício.

Imaginem que o PSD era maioria neste Parlamento e apresentava uma proposta como aquela que o Partido Socialista apresentou. O que é que não seria?

Mais do que isso!

Qual seria o sentido de voto do PS se isso acontecesse?

Tendo como certo e sabendo todos que o PSD vai ser maioria nesta Região, escusam de concluir o vosso exercício.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está obcecado com isso!

O Orador: Sabem por que é que escusam de concluir o vosso exercício?

Porque o PSD com maioria nunca iria fazer à democracia e a este Parlamento aquilo que os senhores querem fazer. É esta a diferença.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Porque para nós, mais do que o partido, interessa sempre e sempre mais a Autonomia, a Democracia e os Açorianos!

É este o nosso compromisso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque fui directamente visado e acusado de mentiroso pelo Sr. Deputado Clélio Meneses...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

Deputado Domingos Cunha (PS): Disse. Quem mente é mentiroso!

O Orador: O senhor falou de mentiras. Quem mente é mentiroso. Nem sequer precisa ser especialista em letras para saber isso.

... tenho que perguntar directamente o seguinte:

Nós estamos num Parlamento. Há regras, procedimentos, praxis. Não estamos nem numa tertúlia, nem sequer numa roda de amigos, apesar da data ser sugestiva para esse efeito.

Estamos num Parlamento.

Eu gostava que o senhor me dissesse, à luz, à letra do nosso Regimento, o que é que entende por propostas informais em Comissão?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já lhe disse! Eu não sou relator!

O Orador: Conversa da treta? É isso? É isso que o senhor quer referir?

Se é o anúncio de uma iniciativa legislativa, ela tem forma. Tem que ser por escrito, com números, alíneas, etc., sob pena de não poder ser aceite.

Se são propostas de alteração também estão tipificadas, ou são de substituição, ou são de emenda ou de aditamento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: Os senhores não fizeram coisa nenhuma. Os senhores foram iguais a si próprios. Reservaram-se para plenário, deixaram para a chicana em vez de dar um contributo para um debate sério.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os senhores não querem debater. Os senhores querem chicana política.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então por que é que está relatado?

O Orador: Hoje como sempre, o que os senhores querem, como dizia um ilustre terceirense nesta casa há uns anos, é enriquecer!

É isso que os senhores querem!

Se os senhores quisessem fazer um debate sério e honesto, tiveram muito tempo na Comissão, que é o local onde se habilita o plenário a pronunciar-se. A posição do PSD em Comissão, está aqui e vou citar muito rapidamente porque tenho pouco tempo:

“Defende ainda o PSD que os processos relativos à alteração da orgânica da Assembleia Legislativa devem merecer o mais amplo consenso de forma a reflectir o peso de cada força política.” Ainda não vi a proposta!

“Tendo apresentado informalmente algumas propostas que consideram poder gerar o necessário consenso...”

Sou deputado desta casa. Já revirei o relatório de todos os lados e não encontro proposta nenhuma.

Eu, como deputado desta casa, não estou habilitado, por este relatório, a pronunciar-me em consciência sobre as propostas do PSD porque elas não existem, pura e simplesmente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que aquilo que disse teria sido mais ou menos claro em relação às comparações com o número do Sr. Deputado Artur Lima.

De qualquer forma, volto a dizer-lhe que os gabinetes, de acordo com a orgânica do X Governo Regional, têm um custo próximo dos 9 milhões de euros, que foi o que eu lhe disse.

O senhor quer pessoalizar.

No caso do meu gabinete, eu tenho muito prazer em explicar-lhe, embora acho que isso não correcto para a pessoa envolvia, acho até desagradável, mas não me importo nada em lhe explicar.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O senhor não me vai obrigar a dizer os nomes aqui!

O Orador: O senhor disse que era uma pessoa que fazia qualquer coisa de comunicação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Comunicação Social!

O Orador: Pois, essa pessoa que faz qualquer coisa de comunicação social, se for assessor de comunicação social é um assessor; se for uma pessoa que está a trabalhar no meu gabinete, que é a essa que se refere, que tem a responsabilidade de gestão do portal do Governo, que é um serviço que o Governo presta aos açorianos, moderno, eficaz, de interactividade, permitindo aos açorianos uma aproximação da Administração, tem uma função válida.

Essa pessoa, se for essa a questão, ganha pelo índice que ganhava do sítio de onde veio (iniciativa privada).

Portanto, estamos conversados sobre esse aspecto, embora eu continue a achar que é extremamente deselegante vir para aqui com casos pessoais, tentando fazer de um caso concreto, uma justificação para as coisas que disse e que eram menos correctas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor está a obrigar-me a dizer os nomes, um por um!

O Orador: Sobre isso acho que estamos conversados.

Em relação ao Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor trouxe para aqui as minhas lides jornalísticas. Não sei muito bem, porquê? Mas eu poderia ter trazido as suas lides jurídicas (não sei se é advogado, mas jurista pelo menos é!).

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor é funcionário público?

O Orador: Não senhor. Sou jornalista passivo.

Não lhe levo a mal, mas podia ter trazido as minhas lides e a minha experiência como membro do gabinete do Sr. Presidente do Governo Regional.

A orgânica do gabinete do Sr. Presidente do Governo Regional já previa 7 assessores quando tinha 5 e já previa 7 assessores quando tinha 6.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quantos tem agora?

O Orador: Agora tem 7. Portanto, a orgânica não foi alterada.

O que acontece é que houve o preenchimento pleno do número que estava atribuído.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho (PSD): E os colaboradores?

O Orador: Quanto a isso não me parece que haja aqui nada de extraordinário.

Esse discurso é muito interessante para desviar as atenções do que aqui se passa, para desviar as atenções dos apoios que toda a gente procura garantir para si, alegando

depois que está a garantir para os outros, mas não é para isso que o Governo Regional está aqui. Não é para servir de pretexto, nem de força alternativa aos argumentos que os senhores não têm.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando ser breve, obviamente as coisas têm a importância que lhe damos. A reacção do Sr. Deputado Herberto Rosa foi completamente despropositada, porque de resto vai em contradição com aquilo que foi a posição do seu grupo parlamentar em sede de comissão.

Era importante que o senhor antes de dizer o que disse, se informasse de qual foi a posição do seu grupo parlamentar.

Vir para aqui dizer que a proposta não foi recebida, que não tem valor nenhum, é de uma absoluta falsidade e continuo a manter, porque as propostas do PSD foram recebidas.

Deputado Herberto Rosa (PS): Mas são escritas?!

O Orador: Não tinham o carimbo, mas foi dito formalmente que só não tinham carimbo para promover o consenso na perspectiva de ser uma proposta de todos, mas foram recebidas, escritas em papel, indicando números e alíneas.

Está assumindo que faltou à verdade, foi ofensivo e de uma profunda falta de civismos democrático.

A proposta estava escrita, em papel, com números, só não tinha o carimbo. Foi recebida pelo seu grupo parlamentar, em sede de Comissão e disse que ia estar atento a elas.

Deputado António Marinho (PSD): E que as ia analisar!

O Orador: O senhor está a dizer que não, mas está agora a “engolir” tudo aquilo que disse, porque o seu grupo parlamentar, em sede de comissão, recebeu o papel, assumiu e disse mais, disse que ia analisar. Vou citar:

“Esta é a proposta que mais se aproxima da proposta do Partido Socialista. Esta proposta merece a nossa análise. Esta proposta merece alguma perspectiva de consenso.”

Tão importante era que reuniram, como foi dito e assumido publicamente, com meios da Assembleia, em teleconferência, para analisá-la, legitimamente. Era isso que queríamos.

Agora, vir dizer aquilo que o Sr. Deputado disse sem saber o que está a dizer, de facto, é mais um exemplo daquilo que é a falta de dignidade que os senhores querem impor a esta casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Pedia 30 segundos da sua atenção.

Não vou dizer o nome da pessoa, obviamente que não vou.

Vou só referir o que está aqui neste despacho (agradecia que ouvissem com muita atenção, porque isto é muito importante):

“Nomeio (...), licenciada (...), técnica superior de 1ª classe, índice da escala salarial 460”.

O senhor nomeou-a pelo índice 710, assessor principal.

O senhor quando me disser uma coisa vai ter a certezinha daquilo que está a dizer, porque mais uma vez o senhor não foi correcto, para não lhe chamar outro nome, com o respeito que tenho por si. Estamos conversados?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Primeira nota para lamentar uma vez mais que a oposição pretenda desviar este debate do essencial, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Deputado Herberto Rosa é que veio para aqui desviar!

O Orador: ... que é a apreciação dos projectos de alteração à Orgânica da Assembleia Legislativa no que respeita essencialmente aos artigos 37º e 36º, relativos aos apoios aos gabinetes dos grupos e representações parlamentares e insista em desviar este debate para um debate sobre custos de funcionamento do Governo, custos de funcionamento da Assembleia da República e só não trouxeram ainda os custos de funcionamento da Assembleia Legislativa Regional da Madeira por razões que se compreendem, obviamente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Marinho (PSD): O seu líder parlamentar é que trouxe a Assembleia da Madeira?

O Orador: A oposição não trouxe. Sabe-se lá porquê? Adivinhemos porquê? O único órgão parlamentar deste país que foi esquecido e que não foi trazido para aqui foi a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Vai-se lá saber porquê?

Talvez porque os números não fossem da sua conveniência.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não nos vamos desviar do essencial deste debate. Nós vamos debater a orgânica da Assembleia e respondo-lhe com números da orgânica da Assembleia.

Com o projecto do Partido Socialista, no que respeita aos gabinetes de apoio, a média de custos, por Deputado do Partido Socialista, são 8 mil, 270 euros e 73 cêntimos por ano.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a média de custos com a proposta do Partido Socialista do gabinete de apoio à sua representação parlamentar são 35 mil, 698 euros e 64 cêntimos, 4 vezes e meio a mais que a média que eu custo no meu grupo parlamentar. São estes números, são estas comparações que se devem fazer neste debate, no debate da Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Quanto à questão e à insistência do Sr. Deputado Clélio Meneses, o relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é claro e foi aprovado por unanimidade relativamente àquilo que se passou em sede de Comissão.

Vou ler para que não sobrem dúvidas:

“O Grupo Parlamentar do PSD entende que a proposta do PS restringe os recursos de forma exagerada, colocando em causa a dignidade do Parlamento. Defendo ainda o PSD que os processos relativos à alteração da Orgânica da Assembleia devem merecer o mais amplo consenso de forma a reflectir o peso de cada força política, tendo apresentado, informalmente, algumas propostas que consideram poder gerar o necessário consenso.”

Deputado Clélio Meneses (PS): Então está tudo escrito, ou não está?

O Orador: Sim, mas informalmente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas está escrito no papel. O Sr. Deputado estava a dizer que não!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses o relatório diz tudo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Diga a verdade. Entregámos o documento ou não?

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, entregaram um documento. Um papel informal.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi um documento escrito, não foi?

O Orador: Claro que foi, como eu podia ter tomado nota das propostas se fossem verbais. Portanto, foi uma proposta informal que nós recebemos, que está registada e está referenciada no relatório que foi aprovado por unanimidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então explique ao Sr. Deputado Herberto Rosa!

O Orador: O que o Sr. Deputado Herberto Rosa disse foi que, formalmente, só ontem é que foram entregues propostas nesta casa. Isso corresponde efectivamente à verdade.

O Sr. Deputado Clélio Meneses também trouxe a esta casa uma insinuação que nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não aceitamos.

Eu não conheço nenhum Deputado do Partido Socialista que tenha defendido qualquer alteração ao Regimento, fosse para que o fosse, muito menos com os propósitos insinuados pelo Deputado Clélio Meneses.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Contudo, e vou cometer uma pequena inconfidência, sem referenciar os nomes:

Conheço Deputados do PSD que defendem a alteração do Regimento.

Ademais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a alteração ao Regimento para ser feita e ser aprovada, carece de uma maioria de dois terços dos deputados desta casa, conforme resulta do artigo 204º.

Nunca esta bancada, por si só, poderia fazer aprovar qualquer alteração ao Regimento.

O Sr. Deputado Clélio Meneses trouxe aqui uma insinuação que não podemos aceitar e que recusamos liminarmente e em absoluto.

Para terminar e porque o debate já se aproxima do final, relativamente à questão dos consensos, existem neste momento sobre a mesa, para além da do PS, dois projectos e duas propostas de alteração (4 propostas para além da do Partido Socialista).

O consenso é feito com o Projecto do Partido Socialista.

O Projecto do Partido Socialista contém 13 normas. Destas 13 normas que contém o Projecto do Partido Socialista, apenas duas, as das alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 37º, é que não correspondem ou não existem nas outras 4 propostas, propostas no mínimo idênticas ou mais radicais do que as do projecto do Partido Socialista.

Das 13 normas que contém o Projecto do Partido Socialista, existem, das oposições, para as outras 11 normas, propostas mais radicais ou no mínimo iguais às do Partido Socialista.

As únicas duas que não preenchem esse requisito são, e repito, as das alíneas a) e b), do nº 1, do artigo 37º.

Este é um projecto consensual.

As propostas da oposição justificam a razão que nos assiste desde do princípio. Nada! Nem as propostas que já conhecíamos, nem as propostas novas que entretanto surgiram, nem os argumentos entretanto esgrimidos nos levam a alterar uma vírgula do nosso projecto.

Este é o projecto do consenso, este é o melhor projecto, é o mais equilibrado e é aquele que responde efectivamente às necessidades de contenção da despesa da Assembleia, particularmente nestas rubricas relativas ao custo da actividade parlamentar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Eu sou teimoso.

Pedi-lhe uma resposta e vou, enquanto tiver tempo, continuar a perguntar. O senhor não quer responder a esta questão, porque sabe que o projecto que está a apresentar é inconstitucional.

Por que é que os 30 Deputados do Partido Socialista custam mais 219 euros que o mesmo número de deputados na Assembleia da República?

O senhor não nos explicou isso. Eu já lhe coloquei 4 vezes essa questão.

Digo-lhe mais:

Tem um aumento de 38% em relação às regras da Assembleia da República e tem uma diminuição, em relação ao Representante de um partido único, de 44%.

O senhor sabe que há essa discrepância.

Eu estava à espera que o senhor me falasse nos custos da insularidade, mas não fala, porque sabe que tem essa discrepância.

O senhor não responde à questão, mas vou dizer-lhe uma coisa:

Em relação às posições que o PPM aqui defendeu, vou pedir, ainda esta semana, uma audiência ao Sr. Representante da República para que esta questão seja apreciada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero reiterar, Srs. Deputados, que esta casa não é um clube de amigos.

Também quero dizer que, como deputado desta casa, embora integrado num grupo parlamentar, tenho direitos que me são inerentes ao cargo.

Os relatórios nos termos do artigo 39º do nosso Regimento, têm por objectivo informar e habilitar o plenário sobre a matéria em apreciação.

O Partido Socialista teve uma iniciativa legislativa, apresentou um Projecto de Decreto Legislativo Regional a 19 de Novembro sobre as alterações à orgânica.

O PPM secundou e algum tempo depois apresentou também uma iniciativa sobre idêntica matéria.

Mais tarde, fê-lo o Bloco de Esquerda.

Estas três iniciativas baixaram à Comissão, por despacho do Sr. Presidente.

Em Comissão, não há registo no relatório. E é no relatório, e não no diz que disse ou em “conversa de pé de orelha”, que tenho que me basear para formar a minha opinião, para votar em consciência as matérias em apreciação.

Relativamente a posições do PSD sobre a matéria em apreciação, não conheço nenhuma iniciativa legislativa.

Relativamente a propostas de alteração tenho na minha posse 4 propostas de alteração datadas do dia 28 de Janeiro de 2009 e que mereceram despacho à sessão do Sr. Presidente desta casa exactamente na mesma data.

Concomitantemente tenho uma proposta sobre a mesma matéria do Partido Popular.

Portanto, o Partido Social Democrata (volto a repeti-lo e vou repeti-lo tantas vezes quanto for preciso) não apresentou, de modo relevante e que seja importante para a formação da posição dos deputados, qualquer iniciativa.

Se tiveram conversas de amigos,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não foi conversas de amigos!

O Orador: ... se tiveram troca informal de conversas ou de galhardetes, isso não tem nada a ver com a dignidade do Parlamento e com a função de uma comissão. As comissões não existem, não reúnem e não consomem recursos do erário público para isso.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rápido, porque isto não merece de facto qualquer comentário.

Era apenas para dar um conselho ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista: entendam-se!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar para a votação na generalidade dos diplomas.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma apresentado pelo Partido Socialista, que altera o Decreto Legislativo Regional 54/2006/A, de 22 de Dezembro, façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e registou 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para à votação do diploma apresentado pelo Partido Popular Monárquico.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM e registou 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/P e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para à votação do diploma apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do BE e registou 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/P e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Pedia ao Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos sobranceiros para o debate na especialidade.

Secretário: Ao PSD sobram 8 minutos, ao PS 11 minutos, ao Governo, 16 minutos, ao PP 5 minutos, ao PPM 2 minutos e meio, ao PCP 9 minutos e meio e ao Bloco de Esquerda 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ponham à vossa consideração como é que vamos fazer o debate dos diversos artigos, face ao tempo existente, se preferem fazê-lo de uma só vez ou a artigo a artigo.

Parece haver consenso da câmara para se fazer de uma só vez.

Então está aberto o debate na especialidade. Cada Grupo ou Representação Parlamentar usará da palavra por uma só vez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que as alterações que o CDS/PP apresenta são equilibradas, razoáveis e são poupáveis.

Com este conjunto de alterações poupamos mais que a proposta apresentada pelo PS e isto tem que ficar aqui bem dito. Poupamos, nomeadamente na subvenção a dar aos partidos, onde se poupa 10 mil euros por ano.

De resto, mantemos a dignidade mínima que achamos que deve ter uma representação parlamentar, tendo um adjunto, ou seja, pessoal qualificado, para trabalhar numa Assembleia com um Deputado.

Prevemos uma coisa que achamos hedionda (estou a usar um termo da Sra. Deputada, ela vai dar os direitos de autor para este artigo), para o n.º 3 do artigo 37.º.

Os senhores retiram os secretários do plenário, mas não têm em consideração que depois é preciso deslocar alguém.

Os senhores eliminam o n.º 3).

Nós propomos que se possa deslocar um auxiliar e um secretário durante o período de plenário.

Os senhores eliminam os secretários do plenário e eliminam o n.º 3.

Portanto, conscientemente não querem apoio parlamentar na Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

* **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou-se nesta câmara com uma proposta que visa reduzir em cerca de 800 mil euros aquilo que seriam os encargos com o funcionamento dos gabinetes dos diversos grupos e representações parlamentares.

Propomos assim, por esta via, um corte de 50% nas despesas correspondentes.

Foram apresentadas a esta câmara 5 propostas diferentes, algumas de alteração da nossa própria proposta.

Ficou demonstrado que tivemos toda a disponibilidade para discutir a nossa proposta.

Tivemos, igualmente, toda a disponibilidade para discutir as outras propostas.

Nada nos indica que a nossa é menos boa, pelo contrário, do que as outras. É verdade.

Há uma proposta que corta basicamente o mesmo que a nossa, que é a proposta apresentada pelo PP. Corta mais um pouco, como foi dito pelo nosso Deputado Hernâni Jorge, à custa, naturalmente, do Partido Socialista.

Consideramos que esta é a proposta que se representa como uma proposta com cortes mais equilibrados.

Todos nós sofremos com estes cortes, começando pelo próprio Partido Socialista. Isto é algo que nos honra e é nesta medida que não consideramos que ninguém, nesta casa se tenha apresentado com a verdade absoluta.

Consideramos que a nossa verdade, não sendo absoluta, é a melhor verdade que aqui foi apresentada e por isso é aquela que merece o voto favorável.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para de uma forma sucinta especificar um outro pormenor, porque, de resto, no âmbito do debate na generalidade, as propostas foram escarpelizadas e de alguma

forma se percebeu o que é que cada um dos partidos pretende relativamente a esta matéria.

A proposta do PSD, como já referi, implica uma poupança de 320 mil euros relativamente à lei actual. No entanto, não põe em causa a dignidade mínima do funcionamento dos grupos parlamentares.

Isso parece-nos essencial e nessa medida apresentamos um conjunto de propostas que são integralmente as mesmas que apresentámos em sede de Comissão.

Da nossa parte houve a tentativa de promover esse consenso. Quisemos debater, quisemos discutir, mas o que é certo é que lamentavelmente confirmou-se aquela expectativa, que foi anunciada nos jornais e na comunicação social, da intransigência.

O PSD, em Comissão, instou o Partido Socialista para confirmar se essa intransigência era absoluta ou se tinha sido um excesso de linguagem.

Infelizmente não foi um excesso de linguagem.

Foi um excesso de arrogância!

Isto é lamentável para a democracia e para este Parlamento.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta propostas que visam conter as despesas como referi, promovem uma congelação dos custos de assessoria às Representações e Grupos Parlamentares, altera o valor de referência actualmente do salário mínimo garantido na Região para o indexante de apoio social dentro dos parâmetros que decorrem da actual lei de financiamento dos partidos, estabelece limites às despesas administrativas. É um conjunto de medidas que nos parecem que, elas sim, cumprem os objectivos que devem nortear a nossa acção parlamentar: contenção, racionalização de despesas, mas ao mesmo tempo manter a dignidade e promover a dignidade do funcionamento desta Assembleia.

De resto, as outras propostas formalmente pretendem actualizar ou adequar aquilo que são os pressupostos de uma qualquer lei orgânica.

Lamentavelmente foi mais uma vez tanto trabalho, tanto debate e, apenas e só, fica a vontade, sozinha, da maioria.

Cada vez mais sozinha!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou evidente nesta discussão qual era o objectivo do Partido Socialista.

O Partido Socialista não respondeu à questão concreta que lhe foi colocada. Não respondeu por que é que recebe mais 219 mil euros do que o mesmo número de deputados na Assembleia da República, nem explicou quais as razões que justificam esta diferença.

Esta questão foi colocada a respeito da mesma orgânica para a Região Autónoma da Madeira e o que aconteceu foi que o Sr. Deputado Hernâni, fundamentalmente, fugiu a esta questão. Fugiu porque sabe que não tem explicação para ela; sabe que ao ter um conjunto de receitas que é 38% superior à da Assembleia da República, que é o referencial constitucional, é o referencial que o Tribunal Constitucional apresentou em relação a esta questão, e ao manter as receitas em relação às representações de um único deputado, ao diminuir em 44% em relação a esse referencial, criou aqui uma profunda desigualdade constitucional.

Sabe isso, por isso se recusou a responder.

Também sabe que não resolveu uma questão essencial. Não resolveu a questão do financiamento partidário.

A Região Autónoma da Madeira apresentou a questão de uma forma muito transparente. Tinha sido o momento adequado para resolver a questão do financiamento partidário através das verbas parlamentares.

Poderíamos ter encontrado aqui uma solução, mas os senhores também não quiseram discutir esta questão. Poderiam ter respondido a ela, mas não responderam.

Portanto, em relação ao debate que aqui aconteceu, lamento muito a posição do Partido Socialista e lamento que não tenha tido a coragem de responder às questões específicas e muito precisas que lhe coloquei.

Coloco o último desafio. Explique que razões? É a insularidade (até lhe ajudo!)? São as questões de insularidade que explicam que tenha mais 38% do que o referencial constitucional da Assembleia da República?

Explique-me se tiver tempo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ter tempo, tem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma pequena nota, um esclarecimento neste debate na especialidade, até mesmo para que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na próxima semana, quando se encontrar com o Sr. Representante da Pública, não insista nas calinadas jurídicas que aqui tem reproduzido.

O que está em causa nesta nossa alteração orgânica, e o que o que está em causa nos artigos 36º e 37º da nossa lei orgânica, é um apoio mensal concedido a cada grupo e representação parlamentar dos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa para encargos de assessoria, contactos com eleitores e outras actividades correspondentes às exigências do cumprimento dos respectivos mandatos democráticos e ainda a disponibilização de pessoal de apoio directo a esses gabinetes. Nada tem a ver com o projecto que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aprovou recentemente e que ainda mais recentemente mereceu a declaração de inconstitucionalidade do Tribunal Constitucional, porque a Região Autónoma da Madeira tentou legislar em matéria de financiamento dos partidos políticos, matéria de reserva da Assembleia da República que nada tem a ver com aquilo que nós acabamos de fazer,....

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem tudo a ver!

O Orador: ... e reserva da Assembleia da República que esta Assembleia, que respeita a Constituição, não pode deixar de respeitar.

Presidente: Passamos para à votação na especialidade.

A primeira proposta de alteração é para o artigo 1º, nº 1 e é apresentada pelo Partido Social Democrata.

Relativamente ao artigo 1º da proposta base, que por sua vez aprova os artigos 36º, 37º e 38º do Decreto Legislativo Regional 54/2006/A, a primeira proposta de alteração diz respeito ao artigo 36º, nº 2 do artigo 1º, nº 1 do texto base.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de alteração do CDS/PP também para o nº 2 do artigo 36º, incito no nº 1 do artigo 1º da proposta base.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos prosseguir.

Para o nº 1 do artigo 37º....

O Sr. Deputado Clélio Meneses pretende usar da palavra?

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, julgo que votámos o artigo 1º da proposta do PSD, que foi rejeitado nos termos em que foram referidos pelo Sr. Secretário e votámos depois o nº 2 do artigo 36º da proposta do CDS/PP.

Não votámos a proposta do PSD relativamente ao nº 2 do artigo 36º.

Presidente: Desculpe, nós votámos o nº 2 do artigo 36º da proposta do PSD e votámos o nº 2 do artigo 36º da proposta do PP.

Agora coloco à votação a proposta de alteração para o artigo 37º, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Perguntava à câmara se posso pôr à votação, em conjunto, a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 37º, nºs 1 e 3, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 37º, nºs 1 e 3, apresentada pelo CDS/PP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 38º, nº 3, temos uma proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Segue-se relativamente ainda ao artigo 1º, nº 1, uma proposta de alteração, que neste caso significa o acrescento do artigo 57º, nº 1, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para a votação das propostas de alteração apresentadas pelo Partido Social Democrata, para o artigo 38º-A, nº 2

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Uma vez que não foi aprovada nenhuma proposta de alteração, vamos votar o artigo 1º, da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Relativamente ao artigo 2º, o Partido Social Democrata, apresenta propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Socialista, que não sofreu nenhuma alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 3º do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 4º, há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata, que implica dois números.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar, embora não tenha tido alterações, o artigo 4º do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje, por parte do Partido Socialista, a um regresso no passado da democracia.

O Partido Socialista dá um triste exemplo para a democracia dos Açores.

O Partido Socialista nega a sua história enquanto oposição, nega o seu passado histórico enquanto partido da oposição e nega, sobretudo, o bom exemplo que Carlos César deu quando era um deputado da oposição.

O Partido Socialista não quer dar meios para que esta Assembleia funcione regularmente.

Apresenta argumentos falaciosos.

Vem dizer que a sua proposta é a que poupa mais. Não é verdade!

A proposta mais equilibrada, porque qualificava, é a do CDS/PP.

A proposta que mais poupa é a CDS. Poupa mais do que a vossa, mas não aceitaram uma única proposta de alteração razoável que se propunha. Até cortam as deslocações do pessoal auxiliar a este plenário, quando acabaram com os secretários auxiliares.

O PS dá uma machadada na democracia dos Açores.

Este momento ficará para a história.

Um partido que tem na sua história o facto de ter dignificado este Parlamento, quando para aqui veio, em 96.

Um partido que fica na história por ter dado o primeiro passo para o princípio e o fim da dignificação desta casa.

Por isso mesmo, quando dizemos dignificar, é porque em vez de um secretário damos um adjunto a uma representação parlamentar.

Os senhores vão embolsar quase 2 milhões de euros no fim desta legislatura. É isto que os açorianos têm que saber. São 1.7 milhões de euros que os senhores vão levar de subvenção e não aceitaram uma redução mínima nessa subvenção.

Os senhores, na progressão do vosso poder, chegaram a um estado, ao estado da democracia serôdia, que é essa que acabou em 92 e que os senhores tanto criticavam.

Estão no estado da democracia serôdia, como muito bem dizia Carlos César nesta casa em 1992.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancada do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputada Zuraida Soares (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que quer do lado a maioria, quer do lado da oposição, tudo foi dito e redito. Está mais do que concluído que ninguém ouviu, ou pelo menos do lado da maioria não ouviram os argumentos, não os quiseram aceitar. Portanto, não houve nenhum tipo de consenso, não houve nenhum tipo de encontro, não houve nenhum tipo de vontade de sairmos desta sessão, deste plenário, com a certeza de que todos tínhamos dado um contributo para a solução de um problema.

Acho que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não é uma “mercearia”.

Como não é uma “mercearia”, penso que a generosidade e a bondade das propostas não pode ser feita com a avaliação de que poupa mais, ou poupa menos. Não é assim que se avalia uma proposta como esta de alteração a uma lei orgânica.

Avalia-se uma proposta como esta se ela garante a democracia, a proporcionalidade, a dignidade e a seriedade do trabalho que se faz nesta casa.

Portanto, do meu ponto de vista, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, todo este debate está inquinado desde o princípio, porque desde o princípio esta casa foi transformada numa “mercearia”.

Exactamente porque esta casa não é uma “mercearia”, não é possível dizer: “vamos pôr a política de lado e vamos falar do material”.

Já houve, e ainda há, quem queira pôr a democracia de parênteses durante 6 meses, para depois tratar dos problemas. Agora, quer-se pôr a política de lado para ir tratar do material.

São coincidências de discursos!

A proposta do Bloco de Esquerda, como outras propostas com mérito que vieram de outras bancadas parlamentares, garantia o mínimo para um trabalho digno. O mínimo era 1 adjunto, 1 secretário e 1 auxiliar.

Os Srs. Deputados da maioria falaram da *ratio* e tentaram provar que com essa *ratio* quem saia prejudicado era o partido da maioria.

Isto é história da galinha e da galinha e meia. Há sempre um que não come nada!

Essa *ratio* esconde um facto muito claro, é que há duas representações parlamentares e um grupo parlamentar que não vão ter 1 adjunto, enquanto todos os outros vão ter.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: A história da galinha é sempre muito sintomática e dá sempre jeito quando nós a utilizamos e quando, sobretudo, garantimos que há um ou uma que não lhe põe a mão em cima.

Portanto, a *ratio* é demagogia.

Não sou eu que gosto da palavra. Eu sou obrigada a constatar-la. Não é uma questão de gosto.

Finalmente, os serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores têm, como muito bem disseram os Srs. Deputados, juristas e economistas. Portanto, têm um serviço de apoio aos diferentes Grupos e Representações Parlamentares que podem ser usados.

Srs. Deputados, isso é tão verdade para a oposição, como é verdade para o Grupo Parlamentar da maioria.

Portanto, com esse argumento, não é possível convencer as bancadas parlamentares que ficam sem jurista, porque ser assessor também requer, à luz da lei vigente, determinado tipo de competências, determinado tipo de formação que não são as de um auxiliar ou de um secretário.

Portanto, se nós podemos ficar (nós e outros) sem jurista e sem assessor, porque temos os serviços competentes da Assembleia, o mesmo acontece com as outras bancadas e com a da maioria também.

Lamento!

A síntese para o Bloco de Esquerda resultante deste debate é muito clara:

A proposta apresentada e aprovada pelo Partido Socialista é, do nosso ponto de vista, um golpe na democracia, um entorse na proporcionalidade e não honra esta casa.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Acho que chega de adjetivos!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como era sabido, desde o dia 19 de Novembro, quando regressámos cada um de nós às nossas ilhas de residência e nas nossas costas o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista, através do seu Presidente, anunciou e tornou público esta proposta que hoje aqui foi aprovada integralmente, isto viria inevitavelmente a acontecer.

Não houve nenhuma disponibilidade do Partido Socialista em aproveitar este novo quadro político que hoje vivemos na Região Autónoma dos Açores, que decorre de uma lei eleitoral, que não é do Partido Socialista. Foi construída pelo Partido Socialista e por outros grupos políticos, nomeadamente o PCP, na legislatura de 2000/2004.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria dizer-lhe que o Partido Socialista (isso eu reconheço!) honrou o compromisso que tinha com o PCP, resultante da legislatura de 2000 a 2004, mas, Sr. Deputado Helder Silva, a paternidade desta proposta não é exclusiva do Partido Socialista.

Para além da lei eleitoral que hoje nos permite ter aqui uma representação que é plural e que sobretudo representa as muitas vozes nos Açores, temos hoje (e aqui estamos todos de acordo, concordámos e unanimemente saiu daqui uma proposta para a República) um novo Estatuto que nos confere competências alargadas, com uma dimensão da qual eu, possivelmente, pela minha inexperiência, e com certeza muitos deputados, que apesar de terem muita experiência, não têm ainda consciência da dimensão do trabalho que se avizinha, por via das competências que foram cometidas a esta câmara.

Aproveitar este momento e este novo quadro político para fazer uma reforma do Parlamento, isso sim, tinha o meu total acordo, tendo como princípio a contenção da despesa e uma rigorosa aplicação dos dinheiros públicos. Agora, fazer aquilo que o Partido Socialista fez não é aceitável e é efectivamente um duro golpe na democracia açoriana, sobretudo naquilo que é um instrumento e vai ferir um instrumento que tanta luta e tanto trabalho deu a construir de uma forma exemplar.

O PCP não estava representado, mas teve oportunidade de claramente dizer que a Comissão Eventual que propôs e que construiu a proposta da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores tinha feito um trabalho exemplar.

O PCP Açores apropriou-se dela e fez tudo aquilo que estava ao seu alcance para que hoje estivéssemos aqui já com o Estatuto promulgado.

É neste quadro, sim, que o Partido Socialista deveria ter, em conjunto com todas as outras forças políticas, procurado, sob o princípio da contenção da despesa, sob o rigor da aplicação dos dinheiro públicos, encontrar aqui um novo Regimento, uma nova orgânica adaptada a uma nova realidade.

Termino, porque relativamente às outras questões, na minha intervenção inicial e na posição que tomei relativamente a isto, quis que o PCP se demarcasse deste processo vergonhoso.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos suspender os nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

Eram 19 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Diana Rosa Ávila Valadão

** Texto não revisto pelo orador*

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

ENCARREGA A COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO DE, NO USO DO DIREITO DE ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO E TELEVISÃO NOS AÇORES, CONFERIDO PELA ALÍNEA D) DO N.º DO ARTIGO 42.º DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E PELO N.º 5 DO ARTIGO 5.º DOS ESTATUTOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., PROCEDER À AUDIÇÃO ANUAL DO DIRECTOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RTP, S.A

O direito de acompanhamento, pela Assembleia Legislativa, do serviço público de rádio e televisão nos Açores, através da audição do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., está previsto na alínea *d)* do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira revisão aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, e no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Essa audição reveste carácter anual e a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exercitou tal prerrogativa, pela primeira vez, em 14 de Fevereiro de 2008. Recentes notícias relativas à situação da RTP-Açores, aconselham que a Assembleia Legislativa, para o exercício cabal daquelas funções de acompanhamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores, proceda também à audição dos representantes dos trabalhadores do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A..

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Região Autónoma dos Açores, apresenta o seguinte Projecto de Resolução:

1. A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no exercício

do direito de acompanhamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores, conferido pela alínea *d*) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da terceira revisão aprovada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, e no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, deve proceder à audição anual do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.;

2. Ainda no exercício das respectivas funções de acompanhamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deve proceder também à audição dos representantes dos trabalhadores do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.;

3. A referida Comissão deve elaborar um relatório das diligências efectuadas, a apresentar no Plenário da Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 45 dias, contado da data de aprovação da presente resolução.

Horta, 28 de Janeiro de 2009

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Hernâni Jorge, Catarina Furtado e Berto Messias*

1 – Requerimentos:

Assunto: Cuidado de Saúde no Conselho de Angra do Heroísmo

Autores: Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 09.01.27

Referência: 54.03.03 – N.º 34/IX;

Assunto: Responsabilidades do Governo Regional na Reconstrução

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 09.01.28

Referência: 54.03.07 – N.º 35/IX;

Assunto: Obras de Requalificação da “Mata da Doca” de Ponta Delgada

Autores: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 09.02.02

Referência: 54.04.02 – N.º 36/IX;

Assunto: Derrapagem nas Obras do Porto da Caloura

Autores: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 09.02.03

Referência: 54.03.02 – N.º 37/IX;

2 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs. 5 e 6.

REQUERIMENTO

O acesso generalizado aos cuidados de saúde é uma exigência que não poderá ser posta em causa. E, neste sentido, o Serviço Regional de Saúde tem a obrigação de servir os utentes, promovendo a melhoria progressiva da prestação de tais cuidados de saúde.

São sobejamente conhecidas as falhas e dificuldades de acesso ao Serviço Regional de Saúde e o elevado número de utentes que não dispõem de médico de família.

Neste sentido, um dos concelhos onde esta situação é deveras preocupante é Angra do Heroísmo, onde, segundo tem sido noticiado, mais de metade da sua população não tem médico de família. Também, o serviço de urgência do Hospital de Angra do

Heroísmo apresenta sinais de ruptura, pelo facto de ser a única alternativa restante à maioria dos utentes.

De resto, são também conhecidas as desculpas constantes do Governo Regional que apontam sempre para a falta de médicos a nível nacional e a dificuldade nas diversas tentativas de cativar médicos para a Região. Esquecendo, no entanto, que a abertura de vagas suficientes em cada uma das especialidades e a atenção que pode ser dada aos nossos internos, pela vontade que expressam para ingresso em vagas de acesso à especialidade por este Hospital, a par de todo e qualquer incentivo – atenuador da nossa condição insular - serão sempre os primeiros passos para tentar atrair mais recursos para a nossa Região.

Ao longo dos anos, foram sendo anunciadas medidas que supostamente iriam permitir atenuar os constrangimentos causados aos utentes que não dispunham de médico de família.

Durante muito tempo, a população de Angra do Heroísmo deslocou-se às seis e sete da manhã ao seu Centro de Saúde para aguardar a sua vez na tentativa de conseguir uma consulta.

Até este momento, apenas uma medida foi concretizada e nem um ano durou!

Em Abril de 2008, foi anunciado que o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo iria disponibilizar “*um regime de consultas abertas*” para abranger, não só, os utentes que não dispunham de médico de família, mas, também, os doentes diabéticos descompensados e para vigilância de crianças até aos 24 meses.

Queixas de utentes apontam para a suspensão deste regime iniciado há cerca de oito meses penalizando, mais uma vez, a população que não dispõe de médico de família e fica, desse modo, sem acesso a cuidados de saúde, restando-lhe o Serviço de urgência ou as consultas na privada.

Pela ineficácia do Governo Regional que, passados tantos anos, não conseguiu alargar o quadro deste Centro de Saúde, abrindo assim listas de acesso a médico de família, vêm os Deputados do PSD ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requerer o seguinte:

- 1) Qual a razão que motivou a suspensão do “*regime de consultas abertas*”?

- 2) Qual a alternativa encontrada para acudir aos utentes que não dispõem de médico de família? E porque razão esta suspensão não ocorreu aquando da implementação de uma alternativa?
- 3) Confirma o Governo Regional a existência de 24 mil utentes, no Concelho de Angra do Heroísmo, sem médico de família?
- 4) De quantas vagas é composto o quadro do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, ao nível de pessoal médico? Quantas vagas estão por preencher?
- 5) Quantas vagas foram abertas e quantas foram preenchidas ao longo dos últimos quatro anos? (discriminar por ano)
- 6) Confirma o Governo Regional que tenha sido contactado o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo no sentido de receber currículos de possíveis interessados para preenchimento de vagas e tenha declinado receber qualquer candidatura?

Angra do Heroísmo, 27 de Janeiro de 2009

Os deputados do P.S.D., *Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura*

REQUERIMENTO

Assunto: RESPONSABILIDADES DO GOVERNO REGIONAL NA RECONSTRUÇÃO

Considerando que mais de dez anos depois do sismo de 1998 no Faial *persistem* situações por resolver e clarificar, sobre as quais recai o absoluto silêncio e a ausência de decisões dos responsáveis governativos;

Considerando que muitos proprietários realojados em novos terrenos por imposição legal continuam até hoje sem qualquer documento que ateste o seu direito de propriedade sobre o imóvel e sobre o terreno;

Considerando que no contexto dos apoios concedidos aos sinistrados, a ex-Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos celebrou com eles contrato escrito dos apoios

concedidos, onde se afirma que “este acto está isento do Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis (IMT)”;

Considerando que posteriormente esses sinistrados foram notificados pelos Serviços de Finanças para pagarem aquele imposto;

Considerando que tendo esta situação sido colocada aos Serviços daquela Secretaria Regional no Faial, os mesmos recomendaram aos sinistrados em causa que aguardassem por uma resolução superior do problema;

Considerando que tal solução nunca surgiu e, entretanto, como os prazos de liquidação do imposto foram ultrapassados, aqueles sinistrados estão agora a ser objecto de acções de penhora por parte das Finanças;

Considerando que, inexplicavelmente, depois de nunca solucionar o problema criado, o governo invoca agora a “falta de enquadramento legal” para não assumir qualquer responsabilidade junto dos sinistrados neste caso;

Considerando que estas são situações lesivas dos direitos dos cidadãos, surgiram por exclusiva responsabilidade dos serviços do Governo Regional e não é aceitável nem compreensível a aparente fuga que agora se verifica por parte do governo á assumpção plena das suas responsabilidades;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Como é possível que, na maior parte dos casos, quatro anos depois de terem recebido as suas moradias, os sinistrados proprietários ainda não estejam na posse de documento legal comprovativo da propriedade sobre o imóvel e o respectivo terreno?

2. Quando regularizará o Governo Regional esta situação e como garante, em caso de falecimento, o direito de herança?

3. Indicação, loteamento por loteamento, dos seguintes dados:

a) Número de lotes;

b) Número de casos em que os proprietários ainda não têm documento comprovativo da propriedade sobre o terreno e o imóvel.

4. Qual a posição do Governo Regional sobre os problemas relacionados com o IMT e as penhoras determinadas pelas Finanças aos sinistrados devedores que aguardam instruções do próprio Governo Regional?

5. Entende ou não o Governo Regional ser responsabilidade sua a inclusão nos contratos escritos com os sinistrados da cláusula relativa à isenção do IMI?
6. Entende ou não o Governo Regional ser responsabilidade sua a demora no fornecimento de orientações aos sinistrados que acabaram por conduzir ao accionamento das penhoras?
7. Sendo responsabilidade sua, pretende ou não o Governo Regional responsabilizar-se pelas suas falhas e omissões, assumindo as consequências que agora incumbem sobre os sinistrados?

Horta, 26 de Janeiro de 2009

Os Deputados Regionais, *Jorge Costa Pereira e Luís Garcia*

REQUERIMENTO

Tendo em conta o importantíssimo valor simbólico e paisagístico daquilo que resta da chamada “Mata da Doca”, na Freguesia de Santa Clara, Concelho de Ponta Delgada, ilha de São Miguel;

Tendo em conta que a área em questão foi gravemente afectada pela construção dos actuais depósitos subterrâneos da Pol-Nato, sem que na altura se tivessem sopesado devidamente os valores ambientais e paisagísticos a proteger, nomeadamente a existência do maior maciço de araucárias dos Açores, que foi significativamente afectado;

Tendo em conta a importância da recuperação paisagística e ambiental da Mata da Doca, que, em 2007, foi reconhecida e prometida pela então Secretária Regional do Ambiente e Mar, foi lançado concurso público para a execução da requalificação desta área em Julho de 2008, com um prazo previsto de 210 dias;

Tendo em conta que as ditas obras não arrancaram, desconhecendo-se as razões para tal atraso;

Tendo em conta que a população de Santa Clara aspira, há longo tempo, pela recuperação de um espaço que tem um profundo valor histórico, social e ambiental, e que muito contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população e para a urgente requalificação da zona ocidental da cidade de Ponta Delgada;

A Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo a seguinte informação:

1. Quais foram as razões que levaram ao substancial atraso nas obras de requalificação ambiental e paisagística da Mata da Doca?
2. Qual é o ponto de situação actual do concurso público e quais os seus desenvolvimentos próximos previsíveis?
3. Quais são os prazos de execução e custos previstos para esta obra?

O Deputado Regional do PCP, *Aníbal Pires*

Requerimento

Assunto: Derrapagem nas obras do Porto da Caloura

As obras relativas à requalificação e melhoramento do Porto da Caloura, tendo em vista dotar de maior operacionalidade aquele Porto e criar melhores condições de trabalho, eram há muito ansiadas pelos pescadores de Água de Pau e deveriam estar concluídas no início do passado mês Dezembro.

Depois de algumas alterações ao estudo prévio, tendo em vista uma adaptação à direcção e localização do cais, por falta de condições de atracagem das embarcações, indo assim ao encontro das preocupações dos pescadores, esta obra só durante uma semana foi modificada por três vezes, pelo Subsecretário Regional das Pescas.

O custo inicial desta obra foi estimado em 288 mil euros, registando-se neste momento uma derrapagem de mais de 260 mil euros, atingindo os 548 mil euros.

Face a estes contratempos, importa conhecer os contornos de um desfasamento significativo do custo da obra, que ultrapassa largamente os valores legalmente

admissíveis, pelo que os Deputados subscritores solicitam ao Governo Regional, de acordo com as normas estatutárias e regimentais, as seguintes informações:

1. Qual o custo estimado das alterações da obra de requalificação do Porto da Caloura?
2. O anunciado aumento de 260 mil euros no custo da obra foi objecto de um novo procedimento concursal? Em caso afirmativo qual?
3. O aumento de 260 mil euros no custo da obra resultou de trabalhos a mais?
4. Em caso afirmativo, qual a sua origem?
5. As respectivas alterações recolheram a opinião favorável dos respectivos pescadores?
6. Que motivos explicam que a obra tenha sido modificada por três vezes no espaço de uma semana?
7. Para quando está prevista a conclusão desta obra?
8. Foi elaborado algum estudo de impacto ambiental ou estudo ambiental para esta obra?

Ponta Delgada, 3 de Fevereiro de 2009

O Deputado, *António Pedro Costa*

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco